

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**A emigração de cirurgiões-dentistas brasileiros
para Portugal**

Carla Andrea Soares

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Teresa Sales de Melo Suarez

CAMPINAS

1997

Carla Andrea Soares

A emigração de cirurgiões-dentistas brasileiros para Portugal

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação da Prof^a Dr^a
Maria Teresa Sales de Melo, Suarez.

Banca:

Prof^a Dr^a Maria Teresa Sales de Melo Suarez

Prof^a Dr^a Neide Lopes Patarra —

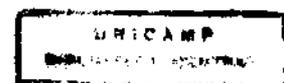
Prof^a Dr^a Lúcia Maria Machado Bógus —

Prof. Dr. Dalton Luis de Paula Ramos

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em 13/08/97

CAMPINAS

1997



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	
TÍTULO	Unicamp
ALFABETIZADO	Soares
	31795
	28/97
	121
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	17/10/97
N.º CPD	

CM-00101344-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Soares, Carla Andrea
So 11 e A emigração de cirurgiões-dentistas brasileiros para Portugal /
Carla Andrea Soares. - - Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador: Maria Teresa Sales de Melo Suarez.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração.✕ 2. Migração internacional.✕ 3. Relações
Internacionais.✕ 4. Cirurgião-Dentista.✕ I. Suarez, Maria Tereza
Sales de M. (Maria Teresa Sales de Melo). II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora Prof.^ª Dr.^ª Teresa Sales, ao meu amigo e co-orientador Prof. Dr. Dalton Luiz de Paula Ramos, da Odontologia da USP, que muito me orientaram neste caminho ajudando-me a resgatar nesta dissertação a minha experiência humana.

Ao Dr. Oswaldo Crivello Júnior, Dr. Emil Adib Razuk, Dr. Hiran Fisher Trindade e Dr. Cassiano Scarpini, profissionais da área de odontologia, pelas informações concedidas sobre a formação do profissional brasileiro em odontologia e na configuração da história destes imigrantes brasileiros em Portugal.

Aos meus amigos da Fraternidade de Comunhão e Libertação, aos amigos Cristiane e Carlos, que me acolheram durante a pesquisa de campo, a Carla e Juliana, que me ajudaram na organização do material da pesquisa.

DEDICO

Este trabalho e todo o empenho em terminá-lo, com êxito, a meu marido, José Paulo, e a meus pais, Wanderli e Elisabete, que me apoiaram, incentivaram e lutaram comigo para este fim. Esta dissertação também é um pouco deles.

“Senhor, reconheço que tudo vem de Ti. Tudo é graça, gratuitamente dado. Misterioso, que não posso decifrar mas que aceito segundo as circunstâncias nas quais se concretiza todo o dia”.

“Assim, mesmo as coisas mais diminutas da vida cotidiana adquirem dignidade, têm um horizonte vasto, não são mais fonte de tédio e sufocamento e tornam-se sobretudo uma responsabilidade que enche de paz, nexo aparentemente frágil, mas poderoso, com aquele desígnio que nos restabelece *homens* na história”.

- Luigi Giussani -

SUMÁRIO

Introdução.....	9
I - Migrações Internacionais Recentes.....	17
1- O Contexto Histórico das Novas Migrações Internacionais.....	17
2- Impactos das Migrações Recentes.....	22
II - Relações entre Brasil e Portugal através das Migrações.....	27
1- Emigração de Portugueses para o Brasil.....	29
2- Emigração de Brasileiros para Portugal.....	33
III - A Mobilidade Internacional entre os Profissionais Qualificados.....	43
IV - A Emigração de Cirurgiões-Dentistas Brasileiros para Portugal.....	53
1- O Mercado de Trabalho para os Cirurgiões-Dentistas no Brasil e em Portugal ..	54
2- As Bases da Discussão sobre a Formação dos Profissionais.....	57
3- A História dos Cursos de Odontologia.....	68
4- Cirurgiões-Dentistas Brasileiros em Portugal.....	71
5- Problemas Emergentes com a Migração de Profissionais.....	82
V - Como Tudo Começou e que Rumo Tomou.....	85
1- Fatores Desencadeadores da Imigração dos Cirurgiões-Dentistas Brasileiros para Portugal.....	85
2- Regulamentação Profissional e Burocracia.....	91
3- Acordos e Tratados em Questão.....	100
VI - Trajetórias dos Cirurgiões-Dentistas Brasileiros Entrevistados em Portugal	104
1- Circunstâncias da Migração.....	104
2- Por que Portugal: redes migratórias e melhores condições de vida.....	108
3- Expectativas, Dificuldades e Experiências.....	111

4- Exploração e Discriminação.....	118
5- O Jeitinho Brasileiro	125
6- Preparando o Retorno	129
Considerações Finais.....	133
Bibliografia	137

INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca contribuir, num contexto geral, para a compreensão dos movimentos de migração internacional atuais, principalmente no que tange aos brasileiros que deles participam. Dentro destes movimentos de brasileiros emigrantes faz-se necessário conhecer a história dos cirurgiões-dentistas, profissionais qualificados que escolheram Portugal para aportar e lá viver e trabalhar.

Um dos temas que freqüentemente se apresentam ao interesse das ciências sociais diz respeito à mobilidade populacional, bem como às repercussões políticas, econômicas e culturais que esta acarreta tanto para as sociedades em que se originam os fluxos de migrantes quanto para a sociedade de destino destes.

Os homens migram pelas mais diversas razões. Sem dúvida, sair do seu local de origem significa para muitos a busca de melhores condições de vida, que se concretiza seja pela procura de trabalho, pela fuga da fome, das guerras, de perseguições ou instabilidades políticas e econômicas. Se por um lado estas migrações, algumas vezes, parecem ser ações individuais, certamente, ao somarem-se, configuram fluxos migratórios. Estes fluxos têm peso importante para o país de origem e para o de destino, seja de cunho político, econômico, cultural e no mercado de trabalho.

Como já colocado, toda migração, bem ou mal, dá-se pela busca do homem por melhores condições de vida. O trabalho é um importante âmbito de construção da existência humana (GIUSSANI, 1996). É no trabalho que o homem constrói a sua existência e se reconhece enquanto tal. Para os atuais movimentos migratórios pode-se dizer o mesmo: a maior parte destes migrantes saem de países subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento) para desenvolvidos em busca de trabalho e ascensão econômica, fugindo do desemprego e das recessões.

Não se pode deixar de associar os movimentos populacionais à grande transformação na ordem econômica mundial. Os últimos anos vislumbraram novos movimentos de migração de país para país, e até mesmo o Brasil, que historicamente era um receptor, ou melhor, um hospedeiro, torna-se, hoje, um ‘fornecedor’, ou seja, começa a vislumbrar de forma mais aparente a emigração de seus nacionais (SALES, 1994).

Ao mesmo tempo, a versão de trabalho e de trabalhador da era industrial está sendo transformada pelos novos movimentos do capital (SASSEN, 1988). O caráter do trabalho mudou, globalizou-se, segue o ritmo do capitalismo global¹. “Na mesma escala em que ocorre a globalização do capitalismo, verifica-se a globalização do mundo do trabalho” (IANNI, 1994:2). A formação desta sociedade global implica no rompimento das construções sociais e mentais com base na sociedade nacional. “Aliás, uma parte importante dos movimentos de trabalhadores no interior de cada sociedade nacional é provocada pela mundialização dos mercados. Multiplicam-se as direções dos movimentos migratórios, em função do mercado de força de trabalho, da progressiva dissolução do mundo agrário, da crescente urbanização do mundo, da formação da fábrica global” (IANNI, 1994:6).

Nesta nova fase, os trabalhadores não são meros especialistas, mas devem ser polivalentes, flexíveis. Piore e Sabel chamam esta nova fase de “especialização flexível”, que é representada pelo trabalhador qualificado e polivalente (1984).

Um newsletter para alunos de engenharia trazia duas matérias intituladas: “É preciso ser múltiplo” (ABB, 1996) e “Executivos globais” (ABB,

¹ Entende-se por capitalismo global, ou economia globalizada, a intensa expansão do sistema capitalista ao nível mundial, penetrando as economias que outrora se diziam socialistas, o crescimento das relações comerciais internacionais, dos investimentos e dos fluxos de capital para além das fronteiras nacionais. Bernardes coloca que “a globalização da economia engendra um reordenamento no padrão de relacionamento internacional, magnificando os graus de dependência dos países que não dominam a atual matriz tecnológica e que perdem a condição de dirigir seu processo de industrialização e desenvolvimento. A ponta de lança deste novo sistema produtivo é constituída, em sua base, pelas empresas transnacionais e transcontinentais, isto é, mundiais, que têm suas escalas operacionais ampliadas por um conjunto de redes industriais intercomunicantes e especializadas no âmbito mundial. Nesse sentido, a globalização pode ser visualizada como uma etapa do aprofundamento da internacionalização da economia mundial ao longo da década de 80, estreitamente associado à expansão das empresas multinacionais” (1994:34).

1997), que procuravam trazer a imagem de que o profissional deste fim de século ultrapassa as barreiras do Estado-Nação, vai além, deve ser um trabalhador qualificado a competir mundialmente, ou melhor, usando a expressão mais adequada a este momento, globalmente. Mas essa é apenas uma das versões que atinge os movimentos migracionais recentes: a do trabalhador qualificado. Na maior parte das vezes o migrante exerce, no país hospedeiro, funções que os nativos se recusam a executar, ou seja, atividades que não exigem muita qualificação.

Ao contrário do que coloca Piore (1979), os migrantes brasileiros que se dirigiram para Portugal não são os mesmos desqualificados que foram absorvidos pelo mercado americano, são, na verdade, estudantes, dentistas, engenheiros, publicitários, arquitetos, entre tantos profissionais que, de alguma forma, aspiravam por uma possibilidade melhor de trabalho, de ganho e de consumo. A maior parte destes profissionais é proveniente de uma classe média “decadente” (como muitos dizem) que, vendo-se a abrir mão de seu poder de compra, a conviver com a violência e insegurança crescente nas grandes cidades e a inconstância e instabilidade econômica do país, arriscaram emigrar para realidades que se apresentavam mais estáveis e promissoras. Como Portugal, que já se torna parte de uma das maiores potências econômicas deste fim de século: a União Européia.

A crise econômica na qual entrou o Brasil na década de 80, com sucessivos planos econômicos, insucessos e instabilidades político-governamentais, o alto desemprego, foi também um fator que desencadeou a emigração de muitos brasileiros para países que prometiam não só a ascensão social, mas também estabilidade. Como diz Sales, “estamos fugindo de nossa década perdida pelos portões de embarque dos aeroportos internacionais” (1995:89). Dados do Itamaraty, para o ano de 1996, apontam um total de 1.342.189 brasileiros vivendo fora do país e, considerando-se uma margem de erro grande, este número pode chegar a 1,5 milhão de brasileiros emigrados (ITAMARATY, 1996).

A emigração dos cirurgiões-dentistas brasileiros para Portugal não é de despossuídos; pelo contrário, são pessoas de classe média, com excelente nível de escolaridade. “Com exceção do caso dos ‘brasiguaios’, não são predominantemente

os mais pobres que emigram; os movimentos, em sua maioria, atingem jovens adultos de camadas médias urbanas” (PATARRA, 1996:vii). Como coloca Forjaz, “os determinantes macrossociais apontados (...), específicos da década de 80, são, entretanto, as molas propulsoras fundamentais da migração de classe média” (1993:82). Isto é o que se chama de *brain drain* (fuga de cérebros), que ocorreu também em outras épocas, com outros povos.

Num levantamento preliminar das notícias veiculadas nos jornais e revistas de maior circulação no Brasil sobre a migração de brasileiros para o exterior, chama a atenção a saída de cirurgiões-dentistas brasileiros para Portugal, por se tratar de uma mão-de-obra qualificada, que se insere no mercado externo como tal e que, embora numericamente de pouca expressividade, torna-se notícia, escândalo público, até mesmo uma “pedra no sapato” da diplomacia de ambos os países.

Após abundante divulgação por parte da imprensa, e intensas discussões sobre a presença de imigrantes brasileiros em Portugal - em especial a dos cirurgiões-dentistas -, na mídia e por parte dos dois governos, esta dissertação propõe mostrar de forma organizada este movimento internacional de profissionais qualificados sob o ponto de vista do mercado de trabalho, dos agentes envolvidos, dos acordos diplomáticos e do contexto internacional no qual se insere.

Selecionou-se, então, para melhor compreender este fenômeno migratório, o aspecto da possibilidade de inserção deste homem no mercado de trabalho e a especificidade de tal mercado para este tipo de profissional em ambos os países.

Esta dissertação pretende focalizar algumas questões que permeiam as migrações internacionais atuais, mas também, especificamente, levantar questões sobre o fluxo de brasileiros para Portugal, preocupando-se basicamente com aqueles migrantes especializados que adentram o mercado de trabalho internacional, mais especificamente os cirurgiões-dentistas brasileiros em Portugal, não como uma mão-de-obra que se sujeita a trabalhos cujos nativos não se submetem mais, mas como aqueles que se inserem dentro de sua categoria profissional. Nesta ótica, procurar-se-

á observar os traços característicos desse tipo de migração e as disposições políticas que suscita entre os países envolvidos - Brasil e Portugal -, quer seja em termos de revisão de acordos ou mesmo de leis de controle de imigrantes, quer do processo de sua integração no mercado de trabalho.

Em linhas gerais, toma-se como base a hipótese de que a migração internacional estaria seguindo um novo processo do capital. Este processo disseminou-se seja pela demanda de trabalhadores temporários, como no caso do Japão, seja pela expansão dos meios de comunicação, ou mesmo pela forma como está distribuída a renda. Este processo tem acarretado conflitos sociais em vários países. Medidas de controle são requisitadas legalmente e implementadas por governos e grupos sociais de vários países, ao passo que outrora as migrações mantinham estreita relação com o crescimento econômico das cidades por se tratarem de um incremento de mão-de-obra muitas vezes disposta a longas jornadas e remuneração mais barata. Torna-se necessário, desta forma, entender o papel desses fluxos e os interesses que existem por trás deles neste novo contexto social de globalização da economia, das estruturas de poder, dos meios de comunicação, das relações de trabalho (IANNI, 1992).

Os atuais fluxos migratórios internacionais, em nível global e, no nível que interessa a esta dissertação, o fluxo dos brasileiros que emigraram para Portugal, não se apresentam quantitativamente mensurados (pelo menos não são passíveis de mensuração direta). O Itamaraty estima que haja em torno de 22.000 brasileiros residindo em Portugal (ITAMARATY, 1996). Contudo o saldo migratório internacional do Brasil, no que diz respeito principalmente a última década (80) e início da atual, está longe de ter a confiabilidade necessária. Por esta razão também, esta dissertação, em seu desenrolar, não fará uso primordialmente de dados estatísticos, mas sobretudo de dados qualitativos, no que tange à experiência de vida dos sujeitos envolvidos.

Partindo da evidência de que existe um fluxo de migrantes brasileiros para Portugal, escolheu-se os cirurgiões-dentistas brasileiros dentre esses imigrantes por se tratar de uma mão-de-obra especializada e que se insere como tal no país

hospedeiro. Procurar-se-á verificar não só a idéia que se tem desse país como porta de entrada direta para a Comunidade Económica Europeia (CEE) - pois, sendo que, a princípio, o brasileiro em Portugal tem *direitos de cidadão*, ele é atraído pela maior possibilidade de movimentação e novas oportunidades no mercado comum europeu -, mas também como de um campo atrativo, tanto pela facilidade lingüística, quanto por existir em Portugal um mercado não regulamentado ou uma regulamentação tardia na área de saúde bucal, o que permitiu que uma variedade de profissionais lá se instalasse, atendendo à suposta demanda desse mercado em expansão.

Entre as questões que deverão ser exploradas estão: uma leitura da sociedade atual a partir do processo migratório e o mercado de trabalho mundial e interno dos países envolvidos; quais os incentivos governamentais que, direta ou indiretamente, promoveram a migração e quais as medidas para barrá-la, seja legalmente como em termos de políticas públicas ou movimentos sociais; a existência real do paradoxo nativo/migrante, pois o último representa para o nativo a concorrência aos postos de trabalho (como no caso dos dentistas brasileiros em Portugal).

Constatada a importância da compreensão do processo migratório, passou-se a colher informações que permitissem configurar o seu desenvolvimento atual, entre o fim da década de 80 e início dos anos 90.

Metodologicamente falando, partiu-se do levantamento de bibliografia em que se trata das migrações internacionais recentes. Em setembro de 1993, em viagem a Portugal, procurou-se levantar, ainda que primariamente, informações sobre a migração. Lá se constatou a existência de muitos brasileiros trabalhando em vários ramos da economia e com as mais diversas qualificações; contactou-se a Casa do Brasil, em Lisboa, que funciona como um ponto de encontro e troca de experiência entre os brasileiros que para lá imigraram; através do Sabiá, publicação da Casa do Brasil, foi possível conhecer um pouco as dificuldades de legalização destes imigrantes e as medidas de controle e regularização por parte dos órgãos oficiais portugueses; percebeu-se também a presença qualitativa de programas de televisão, rádio, teatro e musicais brasileiros no ambiente cultural português; observou-se

empresas brasileiras como a Odebrecht e a Andrade Gutierrez na transformação e modernização das vias e rodovias portuguesas em um país que está se preparando a cada dia para incorporar-se e acompanhar o desenvolvimento da Comunidade Econômica Européia. Entre 1993 e 1996, foram colhidas informações sobre o desenrolar da disputa de mercado entre os médicos dentistas portugueses e os cirurgiões-dentistas brasileiros em artigos de jornais, seja da imprensa portuguesa como da brasileira, o que facilitou o acompanhamento das atividades governamentais e institucionais de ambos os países sobre esta questão. Em novembro de 1996, retornou-se a Portugal a fim de colher mais informações e entrevistar alguns cirurgiões-dentistas brasileiros residentes em Portugal e outros sujeitos envolvidos nesta experiência.

Trechos das entrevistas foram citados a fim de ilustrar os tópicos apresentados nesta dissertação. Para tanto, algumas vezes cita-se apenas as iniciais dos entrevistados e sua profissão, de modo a não criar constrangimento.

Para o estudo de campo optou-se, como já colocado anteriormente, por entrevistas qualitativas com cirurgiões-dentistas brasileiros, visando captar os diversos aspectos da relação migração/mercado de trabalho, como também migração/adaptação a uma outra cultura e forma de vida, e os significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos (SILVA, 1989). Entender a pessoa, ouvir a sua história permite também a compreensão do grupo ao qual pertence, da história deste grupo e, de maneira geral, de toda a realidade à qual pertence, seu ponto de identificação com esta realidade. Por se tratar de pessoas, que dão sentido às suas ações, é possível compreender a migração não só no sentido de fatores econômicos e políticos, mas no sentido de empenho com a própria vida, de ação pessoal e coletiva razoável diante da realidade.

Nos mesmos dias da segunda visita a Portugal, em novembro de 1996, acontecia o 2º Congresso de Odontologia promovido pela Associação Brasileira de Odontologia - Seção Portugal (ABO-P), na cidade de Lisboa², o que permitiu

² O congresso internacional da ABO-Seção Portugal aconteceu nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 1996, no Hotel Holiday Inn, em Lisboa, com cursos para várias especialidades, conferências e assembléia geral dos sócios.

observar mais atentamente o clima de disputa entre os cirurgiões-dentistas brasileiros e os médicos-dentistas portugueses. Notícias veiculadas pelos meios de comunicação portugueses e brasileiros e entrevistas com cirurgiões-dentistas brasileiros residentes em Portugal mostravam, das mais variadas formas, um pouco da história de emigração recente dos brasileiros, suas experiências de vida no Brasil e em Portugal, os desejos, as necessidades, as dificuldades aqui e acolá, enfim, a concretude da vida. Foi assim que, com trechos de histórias de vidas, fossem elas de entrevistas ou mesmo retiradas de artigos, que se foi construindo esta história de tantos que migraram, para assim compreender um pouco a dinâmica factual, psicológica, afetiva desta ação. Num belo artigo para o jornal *Diário de notícias*, Virginia Freitas, então presidente da Casa do Brasil em Lisboa, traduzia em poucas palavras a força da experiência de muitos brasileiros que emigraram: *“Dai que é sempre tão difícil emigrar. Abandonar o país, para um brasileiro, é quase auto-expulsar-se do paraíso”*.

A dissertação se desenvolverá de forma a mostrar, num primeiro momento, o contexto e os impactos das migrações recentes para, em seguida, referir-se às relações entre os focos de interesse deste trabalho, ou seja, de Brasil e Portugal através das migrações. Para melhor compreender-se a migração dos cirurgiões-dentistas brasileiros para Portugal, será feita em primeiro lugar uma análise sobre a atual mobilidade internacional entre profissionais qualificados e suas implicações. Em seguida, parte-se para o tema propriamente dito, a emigração dos dentistas brasileiros para Portugal, o mercado de trabalho do país de origem e o de destino destes profissionais, as bases de discussão na formação de profissionais da saúde bucal, a nível mundial e no que diz respeito aos países envolvidos, fazendo uma breve compreensão das diferenças mundiais nesta área profissional, até explicitar a presença destes profissionais brasileiros em Portugal e os problemas emergentes com sua imigração. A partir disso, reconstróem-se os fatos que desencadearam tal emigração até sua situação atual. Por último, procura-se caracterizar as trajetórias de alguns cirurgiões-dentistas brasileiros residentes em Portugal que foram entrevistados na pesquisa de campo.

I - MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS RECENTES

1- O Contexto Histórico das Novas Migrações Internacionais

As migrações são históricas e tiveram os mais diversos fatores de propulsão. Entre os séculos XV ao XVIII tem-se o período das grandes conquistas, das colonizações e, subseqüentemente, da expansão do mercado consumidor, do encontro de novas fontes de matéria-prima. Homens e mulheres saíram de seus países de origem em busca do novo, do conhecimento, da fartura e da bonança. Uns subsidiados e motivados por seus governos, outros arriscando seus vinténs à procura das posses de terras e novas frentes de trabalho, outros, ainda, fugindo da fome, da peste que assolava seus países - impulsionados pelos governantes, para aliviar o peso demográfico de suas populações.

A principio surgiram vários estudos sobre as migrações históricas, ou seja, aquelas que colonizaram e povoaram novos continentes. O período após a II Guerra Mundial, no qual se colocaram em prática muitos programas de incentivo à migração a fim de minimizar a escassez de mão-de-obra nas sociedades industrializadas também representa um marco de grande fluxos migratórios, e por isso resultou em muitos estudos e pesquisas.

O mundo precisava reorganizar-se, no pós-guerra, em uma nova política econômica. Inaugurava-se uma nova fase de industrialização - a tecnológica -, com efeitos sobre o comércio entre países, as relações de trabalho e as relações internacionais. Por causa da escassez de mão-de-obra, muitos países da Europa elaboram programas de trabalho incentivando o afluxo de trabalhadores estrangeiros. Estas migrações "eram oficialmente reconhecidas, como na Alemanha e na Europa Setentrional. Elas eram pensadas como um benefício tanto para os países de origem como para os países de destino. Mas ambos pensavam-nas como um fenômeno

temporário" (PIORE, 1979: 1). Muitos destes imigrantes iriam complementar a força de trabalho nativa, trabalhariam em ofícios recusados pela população nativa.

Com o passar do tempo, os países que recrutavam os imigrantes recobriram seu crescimento econômico, e o que outrora fora escassez de mão-de-obra tornou-se um contingente competitivo no mercado de trabalho, exigindo sua inclusão nas medidas legais trabalhistas e de bem-estar social. A população imigrante perdeu a aparência de fato temporário e tornou-se uma realidade a ser administrada. O processo imigratório transformou-se, então, em fonte de um crescente número de problemas e encargos para os governos, além de um centro de conflitos entre os nativos e a população estrangeira.

Entretanto, o período pós II Guerra Mundial marcou também o início de um outro caminho da humanidade, de novas relações a nível mundial, de uma nova ordem econômica internacional³, de comportamentos diversificados das populações, e o início de muitas transformações na geopolítica do mundo. Estas transformações, porém, não se deram do dia para a noite; pelo contrário, são também produtos de um processo de transformação capitalista, uma mudança necessária à nova fase do capital.

Esta internacionalização das economias, a globalização do capitalismo, acarreta, concomitantemente, a elevação de novos países a potências econômicas, enquanto outros saem de cena. "Fatores diversos, tanto internos quanto externos, resultantes das variações do contexto internacional, todavia, bloqueiam a ascensão de um número maior de países à categoria de nações privilegiadas no mundo. Mesmo porque a própria dinâmica do sistema internacional não permite uma equidade mundial, como a desejada pelos países em desenvolvimento, e envolvendo a todos, visto que isso simplesmente implicaria o próprio fim da estrutura de poder vigente, eliminando conseqüentemente as barreiras e disparidades existentes entre ricos e pobres, entre detentores ou não de tecnologia, que, em grande parte, moldam as relações internacionais" (MIYAMOTO, 1991:9).

³ Desta nova ordem participam mudanças na caracterização do capital - um capital globalizado que determina diversas mudanças, como não só o dólar como moeda forte -, a integração da Europa, o Japão sendo elevado a uma nova potência econômica mundial, o fim da Guerra fria, a expansão de multinacionais (o plano Marshall), o surgimento de fortes organizações como a ONU, FMI e o Banco Mundial, entre outros aspectos.

Como exemplo disso, vê-se o início da organização, de fato, da Comunidade Econômica Européia - CEE -, impulsionando uma forte concentração de renda em seu território⁴, abrindo os mercados internos a mais de 100 milhões de consumidores, uma vez que o objetivo do processo de construção européia é a promoção da paz, da segurança e da estabilidade entre os europeus (EUROPA, 1997). A formação do Mercado Comum Europeu e, mais ainda, a "unificação" de alguns países na Comunidade Econômica Européia é um exemplo claro dessas novas relações impressas pelo novo modelo de desenvolvimento capitalista: por um lado, a formação de blocos econômicos e, por outro, o acirramento das características regionais. Tem-se, então, uma reestruturação geopolítica do mundo, caem antigas fronteiras e formam-se outras.

A economia atinge outro patamar. Não é mais só dependente de seus desempenhos nacionais mas, sobretudo, está vinculada aos acordos do mercado internacional, que incidem em seu contexto interno. "Assim, um aumento do preço do petróleo ou do ouro, uma lei protecionista ou uma crise na Bolsa de Valores de Nova York ou Londres, por exemplo, imediatamente repercutem nas políticas econômicas de todas as nações, já que a economia é, hoje, altamente internacionalizada, na qual ninguém pode ou consegue tomar decisões sem levar em conta o que se passa nos centros financeiros dos países industrializados" (MIYAMOTO, 1991: 7).

Uma nova ordem política, econômica e demográfica começou a instaurar-se, principalmente na década de 1980, e novos problemas globais surgiram. Os últimos decênios desse século caminham para rumos diversos dos que vigoravam após a II Guerra Mundial. A década de 80 cravou a história da humanidade de grandes e sérios acontecimentos. Dentre eles, pode-se destacar: a queda da "Cortina

⁴ O processo de integração dar-se-á gradualmente, e foi pensado desde 1953. O Tratado de Maastrich, efetivado em 1º de novembro de 1993, prevê a unificação dos países europeus em 1997, quando consolidar-se-á a União Européia, da qual participam doze países: Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Grã Bretanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Espanha e Portugal. Portugal e Espanha entraram na UE em 1986. Esta junção começou a efetivar-se, mais claramente, em fins dos anos 80 e início da década de 90. Este Tratado prevê maior cooperação em assuntos jurídicos e policiais, com regras de imigração e o combate ao crime organizado; regula a política externa comum; define a implementação de uma moeda comum e banco central único até 1999. Após este tratado, houve também o Acordo de Shengen, que legisla, entre outras coisas, sobre a cooperação das polícias de fronteira no sentido de barrar os fluxos migratórios.

de Ferro" e, conseqüentemente, o processo de reunificação da Alemanha; a dissolução dos Estados do antigo bloco soviético; a fuga dos curdos da repressão iraquiana; albaneses que são expulsos de seu país indo atracar em portos italianos; mexicanos que redimensionam a massa de emigrantes para os Estados Unidos; a Crise do Golfo que instaura a guerra tipo "vídeo game", sustentada não somente por um grande poderio bélico mas também por uma mídia influente, contribuindo para a formação de uma nova opinião pública mundial. Toffler aponta que "o mundo que está emergindo rapidamente do choque de novos valores e tecnologias, novas relações geopolíticas, novos estilos de vida e novos modos de comunicação exige idéias e analogias novas, novas classificações e novos conceitos" (1992:16).

Com a queda do Muro de Berlim, que é um dos marcos fundamentais destas transformações, temos a unificação da Alemanha. Milhões de pessoas da ex-Alemanha Oriental experimentam a possibilidade de mover-se para outros territórios, fundem-se com a população de sua outra metade, a Alemanha Ocidental, deparando-se com costumes e posturas novas, diferenças de renda, e experimentando o comportamento econômico deste novo mercado de trabalho e consumo. A União dos Estados Soviéticos também inicia uma abertura em suas posturas políticas e econômicas em relação ao mundo Ocidental, com a perestroika e a glassnost, o que vem por determinar o fim da "Guerra Fria". Estas mudanças no cenário soviético irão se refletir no seu mercado interno, de certa forma, desmantelando a rigidez de suas fronteiras e, assim, remetendo a movimentos populacionais para diferentes localidades, possibilitando que muitos soviéticos experimentem a liberdade de ir e vir.

Atualmente, o movimento de populações para além de seu local de origem tem-se dado por razões um pouco diferentes das verificadas anteriormente na história. Vem ao encontro da grave crise econômica interna dos países em desenvolvimento, de certo modo aguçada pelas desigualdades entre estes países e os países ricos. Neste sentido, "a migração pode ser um sinal de um tipo diferente de relação: a conjugação de pobreza, crescimento demográfico rápido e danos ambientais é um poderoso factor de desestabilização, que provoca o crescimento urbano e acaba por levar à migração internacional. Isto é particularmente evidente em

África, mas também se pode ver no Sul da Ásia e em alguns países latino-americanos” (FNUAP, 1993: iii).

Além do espectro da crise econômica em que se encontram muitos países, o desenvolvimento dos meios de transporte e, de certa forma, o seu barateamento, e o avanço dos meios de comunicação também propiciaram uma explosão em escala mundial da atividade migratória. Os meios de comunicação trazem à porta dos países em crise econômica uma outra realidade, a dos países desenvolvidos, estimulando o desejo de muitos cidadãos por oportunidades no campo profissional, instigando seus desejos por melhores condições de vida.

Segundo o Banco Mundial, “a depressão dos anos 80 foi seguida por um aumento do crescimento da população estrangeira de aproximadamente 180.000 pessoas por ano. Diferente dos anos 60, entretanto, a maior explosão de crescimento ocorre num ambiente de aumento do desemprego, onde há tensões sociais exacerbadas e aumento da xenofobia, tanto nos EUA como na Europa” (WORLD BANK, 1995: 65).

As migrações internacionais no contexto do processo de globalização passam, num primeiro momento, a idéia de um mundo sem fronteiras, ou mesmo de blocos de países entre os quais não existem fronteiras. Tem-se, ao mesmo tempo, a impressão de que as fronteiras tendem a se acirrar, a se tornar cada vez mais marcadas para aqueles que não participam dos blocos econômicos.

Surgem restrições legais aos fluxos migratórios, e grande parte destes fluxos acabam se transformando em migrações clandestinas. Torna-se difícil, assim, estimar sua dimensão. Teresa Sales, em seu trabalho “Brasil migrante, Brasil clandestino”, retrata com clareza este fenômeno quando trata dos brasileiros que migraram para os Estados Unidos (1994).

Segundo relatório do Banco Mundial, é possível enunciar alguns aspectos das migrações internacionais recentes (WORLD BANK, 1995), que também

podem ser verificados nas recentes pesquisas sobre as migrações internacionais efetuadas por pesquisadores das maiores universidades a nível mundial:

- os imigrantes normalmente vêm de países pobres;
- o tempo de permanência nos países hospedeiros está começando a diminuir;
- o número de imigrantes qualificados tem aumentado;
- aumentou também o número de refugiados;
- mais da metade do fluxo global de emigração vem de países em desenvolvimento;
- a maior parte das migrações dá-se em direção aos países industrializados.

2- Impactos das Migrações Recentes

Os impactos das correntes migratórias são históricos e há muito têm caráter mundial, e não só nacional. As guerras, as perseguições religiosas, o descobrimento de novas terras, e sua colonização, a Revolução Industrial, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e o assalariamento, as catástrofes como terremotos, pestes, enchentes, entre outros fatores, impulsionaram deslocamentos populacionais no mundo inteiro, ao longo dos tempos. As migrações humanas fizeram o mundo, povoaram as Américas, parte da África, a Austrália, criaram novas etnias, línguas, raças. Os deslocamentos humanos ajudaram a desbravar e povoar o mundo.

As migrações hoje, fim do século XX, compõem-se de muitos elementos, dos quais selecionei cinco de meu interesse para este trabalho. Em primeiro lugar, tem-se um mercado de trabalho que, ao transformar-se diante da tecnologia, da manipulação da informação em escala global, manipula e disciplina a mão-de-obra, seja esta qualificada ou não, nacional ou não, e redireciona os movimentos populacionais de países em desenvolvimento para países ricos. Dessa forma, entre os imigrantes internacionais, ver-se-ão não só os refugiados políticos ou os exilados, mas em grande parte o que atualmente se chama "refugiados econômicos". "Em termos econômicos, a migração é tanto um fenômeno mundial como o comércio de mercadorias ou de bens manufacturados. Faz parte de um

modelo mais vasto e é um sinal de relações econômicas, sociais e culturais em transformação" (FNUAP, 1993).

O incentivo à imigração é como uma resposta a uma situação de mudança no mercado de trabalho, ou seja, à medida que as sociedades se desenvolvem, novos cargos e funções são criados na hierarquia social e profissional. Neste sentido, o migrante vem para suprir a demanda por mão-de-obra em funções que os naturais refutam, suprimindo uma deficiência crítica de trabalho. Este mercado específico é caracterizado por baixa ou nenhuma qualificação, baixos salários e, muitas vezes, contratos clandestinos.

Segundo relatório do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP, 1993), verifica-se "um crescimento demográfico rápido e persistente, em muitas partes do mundo em desenvolvimento; elevados níveis de crescimento natural nas cidades e, bem assim, uma migração contínua das zonas rurais para as urbanas; a inclusão de um número sem precedente de jovens, alguns dos quais possuidores de alguma instrução, na mão-de-obra urbana; o contacto permanente com valores e estilos de vida dos países mais prósperos, associado a um aumento generalizado das expectativas, apontam para que seja provável que a migração internacional aumente, em vez de diminuir, no futuro".

Em segundo lugar, a migração significa um processo social diferente que reflete, em última análise, uma forte crise econômica, com inflação galopante e aumento da pobreza, o aumento do desemprego e a incapacidade de absorver sequer a mão-de-obra qualificada, uma crise política, inconsistência dos governos, perseguições políticas, religiosas e raciais. A migração, portanto, espelha não só uma estratégia de sobrevivência a nível familiar ou individual, ou um meio de alcançar uma qualidade de vida e de inserção profissional melhor, mas também um processo social.

Este movimento é influenciado também por empresas multinacionais ou transnacionais (SCHILLER et alii, 1992), pelo próprio mercado de capital e pela desigualdade entre os países. A cada dia toma-se conhecimento de um novo fluxo de pessoas a deslocarem-se mundialmente. Os curdos e os albaneses fogem dos conflitos

sociais de seus países; brasileiros nisseis, chamados de kasseguis, vão trabalhar no Japão; os norte-africanos invadem a Europa, entre outros. Os países pobres são hoje os maiores focos de emigração, ou mesmo os maiores exportadores de mão-de-obra não qualificada. Noticiava o *Jornal do Brasil* (11/08/91) que "milhões de cidadãos de segunda categoria fogem de países de Terceiro Mundo em direção às terras onde estão o trabalho, a segurança, o respeito aos direitos de cidadania, o consumo". Mas não emigraram somente os cidadãos de "segunda categoria": também os profissionais qualificados saem à procura de um mercado mais competitivo.

Em terceiro lugar, estes movimentos de população a nível internacional, como também internamente, causam grande impacto tanto na economia dos países de origem quanto nos de destino.

Muitos destes imigrantes remetem dinheiro a seus familiares nos países de origem e estas transferências de divisas causam grande impacto na economia nacional. Financiando muitos investimentos internos, tornam-se transmigrantes. Mas também intensificam as migrações, pois se estabelecem assim rotas e redes de migrantes. Como exemplo mais claro, tem-se o fluxo de migrantes da cidade de Governador Valadares, no interior de Minas Gerais, para Boston, nos Estados Unidos (SALES, 1992). Estabelece-se aí uma rede migratória clara, em que um indivíduo parte para os EUA e, lá se instalando, não só remete seus ganhos para a terra natal, mas também cria condições para que novos conterrâneos venham somar-se a ele. Estas redes se estabelecem de tal forma que assentamentos de migrantes acabam se concentrando em determinados lugares em cada país, o que os torna mais visíveis e também aumenta a percepção das diferenças culturais entre nativos e estrangeiros⁵.

No caso do Brasil, "o Ministério das Relações Exteriores calcula em 1,4 milhão o número de brasileiros que vivem no exterior (...). 'Saem para ajuntar dólares e retornam para abrir seu próprio negócio no Brasil ou comprar uma casa'"

⁵ Os dois volumes que resultaram dos Seminários de Migração Internacional promovidos pelo Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional, junto ao Instituto de Economia da UNICAMP, em setembro de 1994 e março e outubro de 1995, "Emigração e Imigração internacionais no Brasil Contemporâneo" e "Migrações Internacionais: herança XX, agenda XXI", trazem material teórico e de resultados de pesquisas sobre o tema, de forma atualizada e bem trabalhada, que podem enriquecer ainda mais esta discussão.

(FOLHA DE S. PAULO, 08/09/1991). Estimativas mais atualizadas do Ministério das Relações Exteriores apontam a existência de mais de um milhão e meio de brasileiros vivendo fora do país, conforme foi informado na introdução deste trabalho. Dada a posição de ‘clandestinidade’ (SALES, 1994) ou “ilegalidade” em que muitos se submetem em face das restrições que os países hospedeiros adotam, José Alberto Magno de Carvalho, em seu artigo “O saldo dos fluxos migratórios internacionais do Brasil na década de 80”, faz uma estimativa da emigração de brasileiros na década de 80, considerando os dados censitários de 1980 e 1991 e os componentes demográficos pertinentes (CARVALHO, 1996). Lembre-se que tradicionalmente o Brasil era um país de imigração; dadas as novas configurações de mercado de trabalho internacional e as crises internas, entre outros fatores, mudou-se consideravelmente este perfil⁶.

Um quarto aspecto diz respeito às medidas de controle dessas migrações. Quanto aos países de destino, se em um dado momento estas migrações vieram para suprir uma demanda por mão-de-obra, atualmente, dada a grande massa de estrangeiros que adentra ou pretende adentrar os países ricos, os governos encontram-se obrigados a estabelecer certo controle sobre estes migrantes. A argumentação que justifica este controle se dá em vários níveis: torna-se difícil arcar com as despesas de infra-estrutura que um grande aumento populacional acarreta.

Uma das regiões de destino dos atuais fluxos migratórios são os países da Comunidade Econômica Européia. Esta compreende a integração econômica de 12 países do continente europeu, além de uma união militar e da abertura das fronteiras internas à livre circulação dos cidadãos europeus, que podem trabalhar, morar e estudar em qualquer um dos países da Comunidade. Lúcia Bógus (1997) trata deste tema e mostra como a Europa tem sido também entre os brasileiros um ponto de referência para emigrar.

Por outro lado, dada a abertura de suas fronteiras internas, a CEE procurará evitar ao máximo a entrada de imigrantes clandestinos que venham

⁶ Segundo dados do Serviço de Tráfego Internacional do Ministério da Justiça e dados do IBGE, estima-se, em 1991, que em torno de 1,3 milhão de pessoas, com idade entre 20 e 44 anos, emigraram do Brasil (OLIVEIRA ET ALII, 1996).

trabalhar em seu território. Dentre os principais pontos do Tratado de Maastricht, que regula a união da CEE, há um que "prevê maior cooperação em assuntos jurídicos e policiais, como regras de imigração e o combate ao crime organizado" (FOLHA DE S. PAULO, 16/10/1991).

Um quinto aspecto pode ser elencado: um grande fluxo de migrantes para um dado país tem implicações na cultura desse país, pois pode afetar a maneira de pensar, como também a própria identidade ou etnicidade do hospedeiro. Dessa mesma forma, pode transformar as relações profissionais do país de destino, como poderemos ver com a presença dos cirurgiões-dentistas brasileiros em Portugal, que, de uma forma ou de outra, impõe uma nova forma de tratar da saúde bucal (como, por exemplo, não deixar de lado a estética de dentes bem cuidados, ou a necessidade de bem atender ao cliente, deixando-o tranquilo antes de ser anestesiado para o tratamento, etc.), e, mais importante, a necessidade de se regulamentar o exercício da profissão em Portugal. A presença dos brasileiros em Portugal, levando as telenovelas e o "jeito brasileiro do falar", o "jeitinho brasileiro" de lidar com o público, os apelos publicitários e a "criatividade brasileira", as músicas, entre tantos outros instrumentos culturais também influencia aspectos da cultura do país hospedeiro.

A presença de imigrantes competindo no mercado de trabalho, trazendo hábitos e culturas diferentes tem provocado insatisfações entre as populações. "Em toda a Europa Ocidental, fervilha atualmente uma forte hostilidade contra os imigrantes que desembarcam todos os dias nos aeroportos, estações ferroviárias e campos de refugiados. Em número crescente, os europeus se sentem invadidos pelos pobres, escuros ou apenas diferentes que introduzem hábitos estranhos em suas ruas, oferecem uma mão-de-obra mais barata ou, através do trabalho, conquistam algum naco de seus preciosos benefícios sociais" (VEJA, 02/10/1991).

No cerne da questão do controle da imigração está também a questão do desemprego que vinga de ambos os lados. Muitos países "exportam" seus desempregados, que em terras alheias sujeitam-se a salários inferiores, competindo com a mão-de-obra residente e, por sua vez, provocando aí também o desemprego.

Porém, a preocupação desta dissertação não é focalizar este setor do mercado de trabalho ou este perfil de migrante, mas sim aquele migrante que possui uma especialidade, uma qualificação e que se insere de forma distinta no mercado do país hospedeiro, exercendo funções muitas vezes disputadas pelos naturais.

John Salt (1992), em seu artigo sobre o processo de migração entre os altamente especializados na Europa, relaciona a migração de qualificados à estruturação econômica européia. Segundo este autor, a abertura do Leste europeu provocou uma massiva saída de cérebros para o Oeste. Tais movimentos se dariam principalmente entre profissionais de carreira, ou profissionais que possuem habilidades, ou melhor, uma linguagem mais universal, como é o caso da tecnologia computacional.

Em concordância com Salt (1992), acredito que a reestruturação econômica da Europa impulsionou também movimentos de imigração, e dentre eles o de trabalhadores altamente qualificados. E, como colocado anteriormente, este movimento não só é impulsionado por tais mudanças como também é parte integrante delas.

Talvez as noções de "fatores de atração" e "fatores de expulsão" não sejam as mais adequadas ao considerar-se a migração internacional nos patamares atuais. Talvez a expressão *dinamismo*, que encerra as duas posturas (atração e expulsão) concomitantemente, seja a mais adequada para os movimentos migracionais na era da globalização. Atualmente, a migração internacional é fruto, mas também condição *sine qua non* da nova ordem econômica internacional. O movimento de pessoas para além e entre fronteiras afeta claramente as relações entre países, constringendo à formulação de políticas de controle e assentamento destas.

II - RELAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL ATRAVÉS DAS MIGRAÇÕES

Desde o período do descobrimento, em 1500, a história destes dois países ficou atrelada. A colonização nos delegou uma língua e costumes semelhantes e relações comerciais e pessoais bem próximas. Não é à toa que muitas famílias portuguesas vieram estabelecer-se em solo brasileiro por mais de 400 anos e vice-versa. Estimava-se, no ano de 1991, a presença de 20 mil brasileiros residindo em Portugal, dado que esta imigração é recente, e aproximadamente um milhão e duzentos mil portugueses no Brasil, que se deslocaram historicamente.

Junto com imigrantes de outros povos (italianos, africanos, japoneses, nativos, espanhóis, alemães e árabes), os portugueses também ajudaram a construir a Nação brasileira.

Como já colocado anteriormente, dada tamanha proximidade, muitos acordos diplomáticos foram assinados pelos dois países a fim de favorecer seus cidadãos, que, em toda a história, migraram entre os dois países⁷. A própria Constituição Federal do Brasil reconhece a igualdade de direitos entre cidadãos dos dois países. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988, no Art. 12, II, b, parágrafo primeiro:

“Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição” (1997).

É isto que permite a eleição e participação de cidadãos portugueses no cenário político federal. Na Câmara Federal Brasileira há a participação de, atualmente, quatro deputados federais de origem portuguesa.

⁷ Sobre Acordos e Tratados entre Brasil e Portugal ver ítem 3 do capítulo V.

Contudo, o cenário político-econômico internacional⁸ conferiu nuances atrativas ao mercado de trabalho português. Inversamente do que fora experimentado por tantos anos, ou seja, a imigração de portugueses para o Brasil, diante da demanda já citada, da situação do mercado brasileiro, da integração de Portugal à Comunidade Econômica Européia e da situação de crise econômica pela qual passava o Brasil, observou-se a imigração de cidadãos brasileiros para terras lusitanas, em meados dos anos 80 e início da década de 90.

1. Emigração de Portugueses para o Brasil

A partir das descobertas geográficas, principalmente do século XV ao século XVIII, tem-se o que se chama de migrações transoceânicas. Foi sobretudo devido ao ímpeto descobridor, impaciente, dinâmico do homem, que é capaz de deixar as raízes e lançar-se ao infinito, ao desconhecido, que novas terras foram descobertas, desbravadas, conhecidas e colonizadas. Foi neste ímpeto, neste movimento de saída e de encontro, que as terras brasileiras se fizeram conhecer. Somando-se à população primitiva do local, muitos foram os imigrantes que para cá se dirigiram, estabeleceram residência trazendo família, dinheiro, trabalho e misturando-se entre si. Miscigenando-se, deram origem a um novo povo, a uma nova nacionalidade, a novos cidadãos. Essa foi, porém, a fase propriamente de povoamento e colonização do nosso país.

A imigração enquanto tal começou a desenvolver-se com o declínio do trabalho escravo e a valorização do trabalho livre. Depois da Abolição, a República, como novo marco de mudança social e econômica, veio a impulsionar a imigração.

No contexto nacional, a imigração estrangeira veio suprir as demandas de mão-de-obra do mercado brasileiro, principalmente do Estado de São Paulo, atraída pelo crescimento da economia cafeeira e no período de princípio da industrialização. Nesse período, grande parte dessa imigração foi subvencionada pelo

⁸ Sobre o cenário político internacional, ver capítulo I.

governo brasileiro e pelos grandes fazendeiros paulistas, numa estratégia de substituir a mão-de-obra escrava e aos poucos tornar o trabalho livre uma mão-de-obra barata. "O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, mesmo sem considerar o risco que representa a vida humana, forma um adiantamento a longo prazo de sobretrabalho eventual a ser produzido; e portanto um empate de capital. O assalariado, pelo contrário, fornece aquele sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão; o capital, permitindo dispensá-la, a exclui. É o que se deu com o advento da indústria moderna" (PRADO JR., 1984:175).

A imigração, nesse momento, passa a ter estrita relação com a abolição da escravatura. "Trata-se efetivamente de dois aspectos, embora distintos, de um mesmo acontecimento fundamental da evolução brasileira, e que é a grande transformação do regime de trabalho no país" (PRADO JR., 1984:183).

A proibição do tráfico de escravos, internacionalmente, acentuou bruscamente a escassez de braços para o trabalho nas lavouras e nas indústrias manufatureiras que se iniciavam; outros aspectos, como as dificuldades econômicas e a superpopulação de alguns países da Europa, a redução dos custos do transporte marítimo intercontinental, facilitando a mobilidade dos estrangeiros e o barateamento do custo da subvenção desta imigração, e a demanda de mão-de-obra em âmbito nacional foram fatores que se combinaram permitindo um grande fluxo de imigrantes para o Brasil.

Em fins do século XIX muitos navios estrangeiros atracavam nos portos brasileiros despejando milhares de imigrantes, principalmente europeus, em busca de *oportunidades* nesta terra nova e tão promissora.

Entre 1880 e 1930, mais de 4 milhões de imigrantes entraram no Brasil e cerca de 60% dessa população fixou-se onde se constituiria o Estado de São Paulo. "Também foi o período que viu a abolição da escravatura, o crescimento de uma economia salarial e a expansão da fronteira oeste de São Paulo. Foi uma época de rápido crescimento urbano e início do desenvolvimento industrial, baseado nas

indústrias têxteis, de construção e processamento de alimentos. Politicamente, o período testemunhou o desaparecimento da estrutura imperial do poder e a proclamação da República" (MERRICK & GRAHAM, 1981: 110).

Merrick exemplifica esta situação e a posição dos fazendeiros paulistas colocando que "frente à falta de um substituto local para a mão-de-obra escrava, eles criaram em 1886 a Sociedade Promotora da Imigração para estimular o afluxo de imigrantes europeus (sobretudo italianos). (...) Em 1886, porém, havia chegado o momento de êxito para a estratégia da imigração. As despesas com ela em São Paulo representavam apenas 2 a 3% da receita total da província em princípio da década de 1880" (MERRICK & GRAHAM, 1981: 120).

Grandes levas de imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, alemães, e de várias outras nacionalidades vieram a aportar em terras brasileiras, à procura de propriedade e fortuna, trabalho e melhores condições de vida, na fuga das dificuldades pelas quais passavam seus países. Muitos destes imigrantes estabeleceram-se por aqui, apesar de não realizarem seus projetos, enquanto outros poucos retornaram aos países de origem.

Dessa forma, estabeleceu-se forte associação entre a imigração estrangeira e a força de trabalho no mercado brasileiro. Por outro lado, estes fluxos migratórios para o Brasil não se colocam como permutação tão somente do trabalho nativo. "É relevante, no caso, o fato de que grande parte de seu sucesso se fez em termos de mobilidade *estrutural*, e não de mobilidade de *troca*, isto é, sua participação econômica contribuiu para a criação de novos empregos através da expansão da economia (que então ocupavam nos setores industriais e comerciais) e não substituindo os nativos em ocupações já estabelecidas" (MERRICK & GRAHAM, 1981:149). Caio Prado complementa o valor da mão-de-obra estrangeira na evolução da economia brasileira, principalmente no que diz respeito à atividade industrial, dizendo que "a imigração concorrerá com a habilitação técnica do trabalhador europeu, muito superior ao nacional recém-egresso da escravidão ou estados similares" (1984:260). Merrick e Graham salientam o fato de que "a imigração portuguesa refletia uma tradição histórica mais longa de fixação em centros

comerciais mais antigos no litoral, ao passo que os italianos eram recrutados especificamente para empreendimentos agrícolas nas áreas cafeeiras e programas de colonização no Sul" (MERRICK & GRAHAM, 1981: 127).

Entre tantos imigrantes que aqui chegaram, os portugueses foram os mais numerosos. Entre 1872 e 1972 mais de um milhão de portugueses migraram para o Brasil⁹. Por esta razão um pouco de Portugal está no Brasil. A imigração portuguesa para o Brasil foi a mais longa e a que teve as menores taxas de retorno, e ocorreu, na maioria das vezes, à margem dos subsídios dados para se estimular as migrações para o Brasil. Há que se considerar também que houve, diante de tal fluxo migratório de portugueses para o Brasil, uma adaptação rápida destes imigrantes, seja por laços criados através dos descobrimentos e colonização, seja por traços culturais e lingüísticos próximos entre as duas nações. "A corrente imigratória portuguesa, por exemplo, diferenciou-se, no Brasil, das demais correntes estrangeiras, por ter compartilhado, por três séculos, uma história e por falar a mesma língua da terra hospedeira, dentre outros fatores" (BASSANEZZI, 1997:16).

"(os brasileiros) Sempre ouviram falar de Portugal. Grande parte tem um pai ou um avô português. Os que não têm conviveram com Portugal no Brasil. Viram os portugueses chegar às centenas desde sempre. Souberam que em cem anos - de 1850 a 1950 - foram para o Brasil três milhões de portugueses. Presenciaram, em 1974, a acolhida de duzentos e cinquenta mil, saídos não só de Portugal como também de Angola e Moçambique. (...) Português não é estrangeiro naquela terra" (Virginia Freitas - presidente da Casa do Brasil em Lisboa - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, set. 1993).

⁹ MERRICK & GRAHAM (1981:123) apontam para o fato de que os portugueses que no Brasil chegaram neste período eram 1.662.180 pessoas. Segundo o Censo Demográfico do Brasil, publicado pelo IBGE, em 1980 os portugueses ainda eram o grupo de estrangeiros residentes mais numeroso, em torno de 348.815 pessoas que ainda não se naturalizaram brasileiras.

2- Emigração de Brasileiros para Portugal

Unidos por laços históricos e pela presença numerosa de cidadãos portugueses em terras brasileiras, as duas nações mantêm relações políticas satisfatórias para ambas as comunidades, através de Acordos e Tratados de Amizade¹⁰. Grande número de brasileiros têm emigrado para a Comunidade Econômica Européia, dado que esta se transforma numa das economias mais fortes do planeta. Dentre os países da CEE, Portugal é o que mais recebe brasileiros, seja pela facilidade da língua, seja por uma aparente "complacência da corte com sua colônia"¹¹.

"A OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico) verificou em 1990 e 1991 um crescimento de imigração em direção aos membros da entidade, que reúne alguns dos 24 países mais ricos do mundo (...). A OCDE destaca ainda o que chamou de "mundialização" dos fluxos migratórios. Novas correntes começam a ganhar importância em regiões em que sua ocorrência era desprezível na década anterior. Como exemplo, o documento aponta a ida de brasileiros para Portugal e a de latino-americanos em direção à Itália e à Espanha" (FOLHA DE S. PAULO, 13/06/1992).

Segundo artigo da revista *Isto É*, de 15 de julho de 1987, naquela época havia filas de imigrantes nos consulados desejando a repatriação, filas de descendentes a requisitar concessão de passaportes estrangeiros e cidadania, ou mesmo brasileiros em busca de vistos de residências em países que outrora exportavam população, sem contar os brasileiros que emigram para, em princípio, estarem como clandestinos até se regularizarem nesses países.

¹⁰ Sobre estes Acordos e Tratados ver capítulo IV, item 2.

¹¹¹ Os meios de comunicação têm dado uma grande cobertura a esta temática nos últimos anos e são uma rica fonte de informações sobre os diversos comportamentos - institucionais, políticos, culturais, econômicos e individuais - a respeito deste assunto. Valendo-se disso, utilizei várias citações destas fontes para ilustrar os fatos aqui apresentados.

Hoje temos no Brasil japoneses e seus descendentes que migram, contratados por empresas, para trabalhar temporariamente no Japão com a promessa de fazer fortuna e então voltar.

No Brasil, a década de 80 foi marcada por uma forte recessão econômica, altos índices de violência, instabilidade política e social, remetendo o país, com maior ênfase, a exportar mão-de-obra para outros países. Ao final da década, já no governo Collor, muitos sentiram que aquele momento era o crucial, a *gota d'água* que faltava para arrumar as malas e ir embora:

"Assustados com a crise econômica, cerca de 15 mil brasileiros deixaram o País em busca da prosperidade econômica em Portugal. A invasão brasileira começou com as novelas e vem aumentando nos dois últimos anos, com a emigração e o crescente interesse de empresas do Brasil em investir na antiga metrópole, de olho no Mercado Comum Europeu" (O GLOBO, 22/01/1989).

"Eu e Ana, minha mulher, queríamos passar algum tempo fora do Brasil, obter novos dados, e aí a terra dos nossos antepassados surgiu como opção natural. No caso, o plano Collor foi a gota d'água. Ele entrou e nós saímos" (Luiz Christello, publicitário brasileiro em Portugal - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, set. 1993).

"Incapazes de continuar a conviver com a violência e a inflação, os brasileiros começaram muito recentemente a procurar outras terras. A Portugal começaram a chegar em maior número a partir de 1988. Estima-se que haja aqui trinta mil brasileiros ao todo. São, em geral, profissionais liberais, gente de publicidade, de jornalismo, de televisão, de informática. Ou então professores, dentistas, estudantes. Ultimamente, também candidatos a empregos na construção civil, mão-de-obra barata, que preferem empenhar seu suor em escudos. Há também gestores, economistas, empresários. Mas a maioria é assalariada, sem ambições de fazer fortuna. Tudo o

que quer é viver com um salário decente, comprar uma casa, guardar tostões, dar um giro nas férias pela Europa e criar os filhos sem medo de seqüestros” (Virginia Freitas - presidente da Casa do Brasil em Lisboa - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, set. 1993).

A crise pela qual passava o Brasil, fosse esta política, econômica ou tecnológica, com qualidade de vida deteriorada, acabava por destituir o país de grandes pretensões na política internacional.

Fernando Henrique Cardoso, na época em que era ministro das Relações Exteriores do governo de Itamar Franco, afirmou que havia, em 1993, cerca de 400 mil brasileiros residindo em nações desenvolvidas. Este grande número de cidadãos brasileiros fora do país levou o Itamaraty a aumentar e reestruturar seus consulados, principalmente nessas nações. De acordo com estimativas do governo brasileiro, estes imigrantes remetiam anualmente, em 1993, cerca de US\$ 2,4 bilhões. Em 1995, este valor chegou próximo dos US\$ 4 bilhões. Grande parte deste montante foi enviado pelos dekasseguis (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1995). Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* em 02 de janeiro de 1993, Fernando Henrique afirmou que:

“há inclusive um aspecto novo para a diplomacia brasileira. Nós não nos organizamos para ser um país de emigração: e hoje nós o somos. Eu tive que fechar os consulados de New Orleans e Dallas, nos Estados Unidos, para abrir outro em Boston, onde há uma concentração de dezenas de milhares de brasileiros. No Japão, em Nagoya, a situação é a mesma. Tivemos que abrir um consulado lá. Há hoje brasileiros trabalhando no exterior e remetendo dinheiro para cá em quantia apreciável” (FOLHA DE S. PAULO, 02/01/1993).

O governo constatou também, através da afirmação do então Ministro, que esta emigração se deve em grande parte à situação de crise pela qual passa o país, que apresenta, entre outras características, o desemprego.

“Por causa da crise econômica, era para eu ir pro Canadá, mas eu li uma reportagem na revista *Veja*, falando sobre Portugal, a polêmica. Ai eu resolvi vir para cá” (A.P. - protético brasileiro em Portugal).

“Eu estava frustado no Brasil. Tinha uma renda familiar média, mas nenhum horizonte à vista. Eu ia ao supermercado com uma máquina de calcular no bolso, andava nas ruas com receio de assaltos. A impressão que tenho é de que estou mudando para um país mais sério. Só espero que Portugal não esteja vivendo hoje uma época semelhante à que vivemos na era do Plano Cruzado e que a coisa toda desmonte dentro de alguns meses” (S. - imigrante brasileiro em Portugal - VEJA, 16/03/1988).

Os movimentos migratórios do Brasil, para a CEE, Japão, Europa ou qualquer outro país, respondem a este processo de transformação capitalista de internacionalização das economias¹², como também são uma consequência da crise interna do país. Deve-se lembrar que não ocorre somente a emigração de pessoas em tempos de crise, mas há também um processo de expansão de capital, através de empresas que resolvem investir em outro mercado mais estável ou com possibilidades de crescimento. Por esta razão viu-se, principalmente no ano de 1989, uma considerável expansão de capital brasileiro sendo investido em terras lusitanas¹³.

“Estima-se que os brasileiros já investiram mais de 155 milhões de contos (mais de 1 bilhão de dólares) e que tenham gerado, com os seus empreendimentos, mais de 8200 postos de trabalho (até o ano

¹² A internacionalização ou globalização das economias “expressa as formas e os movimentos do capital em geral, já universal, subsumindo amplamente as formas singulares e particulares do capital” (IANNI, 1996:5). Sob um outro aspecto, “a discussão sobre a globalização da economia mundial centra-se, hoje, no que se poderia designar um novo nível de complementaridade entre e dentro das empresas internacionais, no âmbito regional e mundial, fruto de uma concorrência internacional extremamente acirrada, que inclui também a disputa de mercados emergentes pelos grandes grupos industriais que produzem para escalas supra-nacional, regional e mundial” (KLAGSBRUNN, 1996: 34).

¹³ Empresas como a Varig, Grupo Itaú (1988), Banco do Brasil (1972), Banco Francês e Brasileiro, Odebrecht (1988), Andrade Gutierrez (1988), Banco Safra, Unibanco, Cofap têm suas filiais em Portugal.

de 1993)” (Francisco de Araújo Lima - empresário brasileiro em Portugal - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, set. 1993).

O contrário, ou seja, a recuperação do mercado nacional, permite que o capital das empresas brasileiras seja reinvestido no país.

“Para Castro Lima (empresário brasileiro em Portugal), a prioridade do empresário brasileiro mudou. Embora afirme existir espaço, aqui (em Portugal), para novas empresas do seu país, sublinha que no primeiro semestre de 1993 houve uma certa recuperação das empresas no Brasil, o que estabilizou o mercado e inibiu a vinda de outros empresários” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, set. 1993)

Segundo Boaventura de Sousa Santos, Portugal, “findo o ciclo do império, está a renegociar a sua posição no sistema mundial (...). A integração na CEE tende a criar a ilusão credível de que Portugal, por se integrar no centro, passa a ser central, e o discurso político dominante tem sido o grande agente da inculcação social da imaginação do centro: estar com a Europa é ser como a Europa” (SANTOS, 1991:105).

Em 1986, Portugal adere à Comunidade Européia. Contudo, Portugal é um dos países menos abastados da CEE, e sua integração ao “Grupo dos 12” pode favorecê-lo em sua política econômica ampliando seu mercado importador e exportador. A fim de concretamente participar como membro da Comunidade Européia, Portugal deve adotar algumas posturas e restrições em relação a suas ex-colônias e aos imigrantes que para lá se dirigem. Para tanto, lançou mão de uma nova lei de imigração que, entre outros, dispõe dos seguintes artigos:

“Artigo 7 (condições de entrada e permanência): Devem os estrangeiros dispor do equivalente a US\$ 150 por cada entrada em território nacional e US\$ 40 por dia de permanência (...).

Artigo 10 (interdição de entrada): Será interditada a entrada em território nacional dos estrangeiros (já) expulsos dos país (ou outro

país da CEE), com fortes indícios de terem praticado delitos graves, com fortes indícios de que tencionam praticar um delito grave ou de que constituem uma ameaça para a ordem pública, segurança nacional ou relações internacionais” (JORNAL DO BRASIL, 29/01/1983).

Por esta razão, muitos brasileiros que tentaram emigrar para Portugal encontraram dificuldades, principalmente aqueles que carregavam consigo a idéia de que o país irmão, que iniciava sua escalada para a prosperidade com a sua participação na CEE, iria acolhê-los com facilidade. A ilusão de Portugal ser a porta de entrada dos brasileiros para a Europa e sua prosperidade caiu por terra. Os brasileiros que a terras lusitanas se dirigiram com a intenção de obter a dupla cidadania e assim ingressarem no mercado europeu com os mesmos direitos que os cidadãos portugueses perderam a viagem, pois a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres de 1971 vale apenas no território dos dois países. Embora tenham os mesmos direitos que os portugueses, os brasileiros com *cidadania* portuguesa, ou residentes em Portugal, não fazem jus ao *direito nacional*¹⁴ e não podem solicitar passaporte ou outro documento legal às autoridades portuguesas.

"Está cada vez mais difícil conseguir 'asilo econômico' em Portugal. O consulado brasileiro em Lisboa contabiliza a inscrição de 20 mil brasileiros morando em Portugal, a maior parte como clandestinos. (...) Até agora, o governo português não tomou medidas porque teme represálias contra os portugueses no Brasil, que passam de 1 milhão. Espera-se que o fluxo diminua ou que seja a Comunidade Econômica Européia a exigir restrições, quando ocorrer a integração de Portugal no mercado único, em 1992" (Jair Rattner - FOLHA DE S. PAULO, 29/08/1988).

¹⁴ Por direito nacional entende-se o direito de quem tenha nascido ou por naturalização pertença a uma nação, condição de quem é nacional; e por cidadania entende-se a qualidade ou estado de cidadão, ou seja, aquele que goza de direitos civis e políticos de um Estado. Caso desejem obter passaporte europeu através de Portugal, os brasileiros devem optar pela nacionalização.

“O Acordo Cultural é específico entre Brasil e Portugal; e a União Européia, o Tratado de Roma, estabelece para os países da UE que tenham tratados com países terceiros que esses tratados continuem tendo valor desde que apenas dentro do seu território, que não se estendam aos outros territórios. A Espanha tem tratados com a América Latina, e a França, a Holanda e a Inglaterra com Índia; então, os tratados que foram celebrados por esses países e países terceiros continuam tendo valor desde que apenas dentro do seu território. Então, nós podemos trabalhar dentro do território português, nós não somos cidadãos comunitários, eu seria cidadão comunitário se eu adquirisse a nacionalidade portuguesa” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Neste sentido, é clara a postura da CEE quanto aos imigrantes ilegais. Os estrangeiros expulsos serão confinados em "centros de instalação temporária". Esses centros visam principalmente os imigrantes ilegais, que têm prazo até 13 de fevereiro para regularizar sua situação" (JORNAL DO BRASIL, 29/01/1983).

"A CE não deseja estender automaticamente aos brasileiros as facilidades que os portugueses terão, de circular e trabalhar nos outros sete países, e quer que Portugal reveja o acordo com o Brasil" (FOLHA DE S. PAULO, 27/06/1991).

Segundo Carlos Vianna, brasileiro residente em Portugal,

"O que se passa na Europa interessa de perto a nós, cidadãos não-comunitários que vivemos em países da CEE. O que se passa na Europa interessa ao mundo inteiro, porque conviver melhor na (cada vez mais) aldeia global interessa ao conjunto da Humanidade. E uma das coisas que se está a passar é a tendência clara dos países comunitários se fecharem. O que quer dizer rejeição dos não-europeus e até dos europeus do leste. O Acordo de Schengen, firmado pela maioria dos países da CEE, legisla, entre outros

assuntos, sobre a cooperação das polícias de fronteiras no sentido de barrar os fluxos migratórios. Ou seja, como fechar as portas com mais eficácia..." (SABIÁ, nov. 1992).

"Os europeístas da cultura do 'ecu' aceitam e defendem a teoria suicida do isolacionismo, do fechamento do espaço europeu sobre si mesmo, com uma política imigratória ultra-selectiva. A médio prazo seria o suicídio demográfico, econômico e cultural da Europa" (Alípio de Freitas - brasileiro, diretor da Casa do Brasil em Lisboa - SABIÁ, mar. 1993).

Um exemplo claro de que as relações entre o Brasil e Portugal começam a sofrer algumas alterações no tocante à questão da imigração brasileira para terras lusitanas e de que, de certa forma, tornam-se conflituosas é o caso dos profissionais de Odontologia que se mudaram para lá. Esse caso teve tamanha repercussão que foi necessária a intervenção do Itamaraty e do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Em 1992, o governo português baixou um decreto-lei que trata da concessão extraordinária de residência aos estrangeiros. Porém, esta concessão só é válida para aqueles estrangeiros que entraram em Portugal antes de 12 de abril de 1992. Estes deveriam apresentar: requerimento formulado em modelo próprio, acompanhado de fotografia; prova documental ou testemunhal da data de entrada e presença continuada em território português; documento que comprove a existência de rendimentos próprios ou declaração do exercício de atividade remunerada. No ano de 1996, houve uma legalização extraordinária que beneficia especialmente os cidadãos de países de língua portuguesa. Segundo o jornal Sabiá de outubro de 1996, até a data de 25/09/96 haviam sido legalizados, nessa fase extraordinária, 17.608 pessoas, dos quais 1.544 eram brasileiros.

Os brasileiros que residem em Portugal têm um outro ponto de referência, além dos consulados, onde podem buscar ajuda e informações sobre documentações: a Casa do Brasil, em Lisboa. Este lugar também funciona como um

ponto de encontro para os brasileiros discutirem os problemas enfrentados com a emigração e se mobilizarem em busca de soluções, promovendo debates, além de ser um local onde a saudade do Brasil faz ecoar suas músicas, dança e troca de informações sobre a situação da terra natal. A Casa do Brasil publica uma espécie de jornal veiculado entre os brasileiros associados à Casa. Neste jornal estão presentes temas variados como: a questão da legalização dos brasileiros em Portugal, onde obter informações, onde entregar os documentos. Na Casa formou-se também uma comissão de imigração.

Esta porta de entrada para a Europa, via Portugal, não se dá somente a nível individual, mas também através de empresas brasileiras que ali investem seu capital e competem por uma fatia do mercado. Segundo colocações do empresário Castro Lima depois da Europa, o Brasil é o maior investidor estrangeiro em Portugal. Empresas de capital brasileiro de ramos diversos - autopeças, setor químico, obras públicas, do setor financeiro, de serviços, comércio, bancos, companhia aérea, entre outras - foram também investir em Portugal. O ano de 1989 marcou o boom de entrada de empresas brasileiras neste país.

"Em recente levantamento sobre o investimento brasileiro em Portugal, o ICEP contabilizou 71,9 milhões de contos, aplicados de 1986 a fevereiro de 1993, ou seja, aproximadamente 500 milhões de dólares" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, set. 1993:4).

Em janeiro de 1993 alguns brasileiros foram impedidos de entrar em Portugal. Barrados nos aeroportos de Lisboa e do Porto, este caso foi o estopim de muitas discussões e divergências entre os dois governos, como também possibilitou uma avaliação do preço da entrada de Portugal na CEE e das restrições que esta lhe impõe. Através de rádio, TV, jornais e revistas, cidadãos das duas comunidades - portuguesa e brasileira - expressaram seu repúdio a tais acontecimentos. No jornal Sabiá de março de 1993, José Alberto Braga fez uma coletânea de algumas destas *expressões* das quais utilizo algumas partes para ilustrar a situação:

"Uma conjugação de excesso de zelo com tal ausência de bom senso e sentido humanitário (...); o Portugal de hoje tem de saber resistir a esse novo-riquismo civilizacional" (M. Bettencourt, diretor do Diário de Notícias).

"A vinda de brasileiros para Portugal ajuda, pois, os portugueses a conferir a dignidade e até o decoro a um projeto da Europa que, se não tiver passado, tão pouco terá futuro. É neste espírito que daqui, de Coimbra, dirijo um apelo a todos os brasileiros para que nos juntemos na criação de um Movimento para a Livre Circulação de Pessoas entre Brasil e Portugal" (Boaventura Sousa Santos, sociólogo e professor da faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em artigo na FOLHA DE S. PAULO, 03/02/19).

Quanto à possibilidade de revisão dos Tratados e Acordos entre Brasil e Portugal, dado os incidentes que ocorreram em janeiro de 1993, os brasileiros que lá residem se manifestam contra as possíveis restrições que esta venha a causar. "A nós, brasileiros em Portugal e portugueses no Brasil, definitivamente, não interessa que os Acordos que nos possibilitam alguns (poucos) privilégios aqui e lá sejam modificados. Porque, se forem, será pior" (Carlos Vianna - SABIÁ, mar. 1993).

III - A MOBILIDADE INTERNACIONAL ENTRE OS PROFISSIONAIS QUALIFICADOS

Emigrar consiste muitas vezes num saldo positivo ou negativo, não só para o sujeito emigrante como também para ambas as nações - hospedeira e de origem. A discussão de quem ganha ou quem perde com o fluxo migratório torna-se mais intensa e crítica quando estes sujeitos de migração estão na categoria dos "especializados" ou "qualificados".

Vem-se diagnosticando nos últimos vinte anos a existência de um fluxo de mão-de-obra especializada dos países considerados menos desenvolvidos ou em desenvolvimento, em direção aos países ricos ou desenvolvidos. Por esta razão, há questões que surgem e precisam ser examinadas quanto a este fenômeno: Quais são ou serão para os países menos desenvolvidos as conseqüências desta emigração? Em que medida estes países podem dispor de sua mão-de-obra especializada? Experimenta-se, hoje, a possibilidade dos países menos desenvolvidos terem um excedente de profissionais treinados, ou seja, pessoas que estão em excesso para suas capacidades de emprego?

Nos estudos acadêmicos este movimento é freqüentemente denominado de *brain drain*, ou seja, "fuga de cérebros". O conceito de *brain drain* surgiu nos anos 60, quando o fenômeno da "importação de cérebros" tornou-se mais conhecido, ou seja, quando os países desenvolvidos - seus governos ou mesmo suas empresas - começaram a propor benefícios aos profissionais mais qualificados dos países em desenvolvimento que viessem a compor seu quadro de profissionais.

Por outro lado não se descarta que esta migração possa dar-se também por razões individuais ou familiares, seja com respeito a trabalho, estudo, residência ou pelos mais variados motivos. Por esta razão, muitos estudos surgiram para tentar captar o "porquê" ou os muitos fatores e motivações para estas migrações. Há uma vasta bibliografia que trata deste tema, detectando a existência de um fluxo de mão-

de-obra especializada dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos e as possíveis conseqüências destes fluxos para os menos desenvolvidos (BHAGWATI, 1976; SALT, 1992; PIORE, 1979).

O discurso em torno deste tema é muito ambíguo. Por um lado, há um segmento de autores e observadores do fenômeno que o vêem como uma transferência inversa de tecnologia dos países em desenvolvimento em favor dos desenvolvidos. Por outro, defende-se esta "mobilidade científica" ou "profissional" pelos benefícios que esta pode trazer com o seu retorno, ou mesmo pelas divisas que muitos destes profissionais podem remeter a seus países de origem.

No relatório do Banco Mundial de 1991, colocava-se que fluxos internacionais de capital e de trabalho influenciavam o crescimento e bem estar de duas formas: 1ª) o capital estrangeiro poderia financiar investimentos domésticos (nacionais) e ajudar as economias a se ajustarem aos choques temporários; 2ª) o investimento estrangeiro e a migração de trabalhadores são vias importantes de transferência de tecnologia e conhecimento (WORLD BANK, 1991: 93).

Neste sentido, poder-se-ia olhar para a transferência de tecnologia e conhecimento como um fenômeno "bipolar", ou seja, a migração de pessoal qualificado para empresas no exterior e também o retorno de trabalhadores para seu país contribuem para a difusão de tecnologia, com a troca de informações e novas idéias para ambos os países envolvidos.

Por outro lado, pode-se olhar para esta migração como uma forma de redução das disparidades de renda (econômicas) pelo mundo. Ela ajuda, ainda, a aliviar as taxas de desemprego dos países de emigração. Há, sem dúvida, o custo da perda de trabalhadores qualificados ou altamente treinados que emigram para os países desenvolvidos ou industriais. "Em Bangladesh, a quota de profissionais emigrando foi tão grande que acredita-se ter contribuído para a deficiência de algumas categorias profissionais (WORLD BANK, 1991: 94). A rede de perdas com a fuga de profissionais (*brain drain*) deve ser mitigada por outros fatores. Prova disso são as

remessas de capital para o país de emigração: os emigrantes enviam cerca de 40 a 50% de seus ganhos para seus países.

Ao mesmo tempo, para compreender-se melhor o fenômeno do *brain drain*, deve-se procurar não reduzir as motivações deste fenômeno ao simples diferencial de renda entre os países, mas procurar abranger os múltiplos motivos desta decisão, tais como: motivos religiosos, raciais, oportunidades profissionais, oportunidades de estudos, de qualificação, de acesso aos bens duráveis, etc.

Lendo o Relatório do Banco Mundial de 1995, no que tange à migração internacional, foi possível elencar alguns pontos que interessam à discussão do *brain drain*: diz o documento que os migrantes são frequentemente mais produtivos; sua presença reduz o custo do trabalho; os migrantes enviam remessas aos parentes no país de origem, impulsionando rendas (normalmente pobres); nem todos ganham com a migração, pois os imigrantes desqualificados fazem os piores trabalhos ou recebem os salários mais baixos; no caso dos trabalhadores altamente qualificados, estes tendem a um sucesso recompensador, ao mesmo tempo em que castigam políticas domésticas com diferentes carências; a migração internacional permanece muito mais cobrada politicamente do que os fluxos de capital ou comercial.

Além disso, nos países hospedeiros a oposição pública aos migrantes não-qualificados tem aumentado e tem sido exacerbada pelos problemas com nacionais em situação de desemprego, não necessariamente causada pela presença dos imigrantes; torna-se interessante investigar o quanto a presença de imigrantes que fazem o trabalho dos nativos contribui para as desigualdades salariais; se estes imigrantes representariam uma rede que sobrecarrega os orçamentos governamentais; e perceber que, em toda a história, houve períodos em que a migração foi uma importante válvula de escape social e econômico, permitindo realocar o trabalho para áreas onde havia maior escassez. Normalmente, o custo e a dificuldade de viajar eram uma séria limitação; agora, em fins do século XX, com o avanço dos transportes e a queda nos custos, 125 milhões de pessoas vivem fora de seus países (1995) (WORLD BANK, 1995:65).

De certo, há muita dificuldade para se dimensionar também este fluxo, bem como dispor de uma metodologia comum entre os países para classificar o migrante enquanto mão-de-obra que pode ser "técnica", "especializada", "profissional", "de alto nível", entre outros.

Além disso, Bhagwati aponta limitações muito concretas para se mensurar este tipo de imigração, tais como:

- A classificação dos imigrantes segundo sua nacionalidade não significa captar seu último país de residência;
- A não disponibilidade de dados não permite classificar ou comparar os imigrantes segundo seu nível educacional;
- Desconhece-se o número de imigrantes que retornam ao seu país de origem ou mesmo que se movem para além das fronteiras dos diferentes países;
- Quando os imigrantes são classificados enquanto profissionais, muitas vezes não se inclui a qualificação daqueles que entram junto com eles como parentes ou refugiados;
- É impossível comparar os dados entre a maioria dos países, dado que os critérios são bastante diferenciados e não estão padronizados; é especialmente difícil classificar os imigrantes dentro da categoria de profissionais.

Além disso, não há conhecimento e mapeamento das várias imigrações que um mesmo profissional pode vir a fazer entre os países desenvolvidos e nem quantos retornam ao seu país de origem. Contudo, isto não torna estes imigrantes invisíveis às sociedades nas quais se inserem.

Nos últimos anos, paradoxalmente, principalmente na década de 80, nota-se um processo de criação de barreiras à imigração por parte de alguns países ricos e seus blocos ou mercados comuns, mas uma tolerância, ou melhor, uma certa preferência, através de mudanças recentes de suas legislações, em favor daquela considerada como mão-de-obra especializada. Entre estes países estão os Estados Unidos, Canadá e o Reino Unido.

“Diariamente, cerca de vinte brasileiros solicitam visto de imigração para a Nova Zelândia - país de 3,3 milhões de habitantes que até 1987 só aceitava cidadãos ingleses e holandeses e que concede uma só autorização de visto a cada 100 pedidos encaminhados por brasileiros. O perfil ideal para ser aceito? Ser jovem, recém-formado, técnico, contador ou economista” (VEJA, 16/03/1988).

“Hoje, pessoas de nível sócio-econômico mais alto sonham morar nos EUA. Temos muitos pedidos de empresários, advogados, engenheiros” (Kevin Richardson - vice-cônsul no Rio de Janeiro - VEJA, 16/03/1988).

“A educação do solicitante (a emigrar para o Canadá), por exemplo, pode valer 12 pontos - um para cada ano de educação básica. Outros itens, com seus respectivos pontos são:

- Experiência na função: 8 pontos
- Nível de especialização: 15 pontos
- Idade (entre 21 e 44 anos): 10 pontos
- Idade acima de 44 anos: menos 1 ponto para cada ano
- Facilidade com o idioma (inglês ou francês): 15 pontos
- Impressão pessoal (entrevista): 10 pontos
- Oferta de trabalho (baseado em um guia periódico de oferta e demanda): 10 pontos
- Interessados em viver no norte/nordeste do país (leia-se, numa geleira): 10 pontos

Total de pontos: 90. Vai ao Canadá o candidato que obtiver pelo menos 70 pontos” (VEJA, 16/03/1988).

Este tipo de mão-de-obra passa por várias definições, tais como: de alto nível, especializada, profissional, técnica e congêneres; e entre estas se encontram desde médicos, dentistas, engenheiros, cientistas em geral, acadêmicos, técnicos especializados na eletrônica e na microeletrônica, gerentes e administradores de

grandes empresas ou multinacionais, pessoas dos meios de comunicação, mídia e meios culturais em geral, que se engajam nos mais diversos campos da sociedade e do mercado de trabalho. Como coloca Bhagwati (1976), muitos centros de ciência vêm sendo construídos pelo influxo de talentos através das fronteiras.

Isto não ocorre por acaso, mas segue claramente as mudanças na ordem econômica mundial que provocam transformações no mercado de trabalho internacionalizado. O migrante internacional pode, neste contexto, ser compreendido como o trabalhador internacional, o que deixa transparecer o caráter circular desta migração. Neste sentido, esta difere das migrações históricas, que se caracterizavam por uma permanência maior no país hospedeiro, a grande maioria ali estabelecendo residência.

Este caráter circular responde ao processo de globalização, onde a mão-de-obra qualificada teria a possibilidade de exercer-se profissionalmente e ser bem aceita em qualquer parte do globo, num processo de competição entre os melhores. É neste sentido que interessa observar a emigração dos cirurgiões-dentistas brasileiros, como um grupo de profissionais qualificados que se permitem competir com parceiros afins em qualquer parte do mundo.

Alejandro Canales Cerón (1996), entende o caráter circular da migração internacional atual sob uma outra ótica, como a sucessiva mudança de morada entre o lugar de residência (ou da família) e o lugar de trabalho, que parece estar vinculado tanto ao caráter de trabalho da migração como a determinadas condições sociais, econômicas, culturais e geográficas em que esta se desenvolve. Sob este aspecto, a migração dos dentistas brasileiros não é circular, pois estes se estabelecem profissionalmente em território estrangeiro e voltam ao Brasil apenas em férias, para visitar parentes e amigos. Não descarta-se que muitos também fazem investimentos no Brasil, comprando apartamentos e outros bens a fim de preparar “o retorno”.

A própria formação dos blocos econômicos, com um mercado comum entre os países que deles participam, compreende o livre comércio entre estes países e a circulação de sua mão-de-obra.

O fenômeno do *brain drain* permanece um problema onde há distorções no mercado de trabalho ou no sistema de educação. Em alguns países está se produzindo mais graduados do que o mercado pode absorver, criando-se, assim, pressupostos para a migração. Os profissionais qualificados diferem muito dos trabalhadores de baixa qualificação no mercado de trabalho. A qualificação destes profissionais¹⁵ e seu treinamento representam um enorme investimento pessoal, por parte do governo e da empresa na qual se inserem, muitas vezes para se desenvolverem habilidades específicas. Isto faz com que as empresas elaborem recrutamentos muito complexos e estratégias de progressão de carreira (SALT, 1992).

Pode-se dizer que esta é uma mobilidade de profissionais de status cuja adesão é supranacional, ou seja, adesão à empresa, ao seu trabalho, acima de tudo. Por esta razão não se deve esquecer que as grandes empresas e multinacionais são também responsáveis pela mobilidade entre os profissionais qualificados no mercado de trabalho internacional. Estas empresas promovem a mobilidade de seus profissionais entre suas filiais localizadas nos mais diversos países. "A medida da importância dada pelas corporações à realocação de seu pessoal altamente especializado está na quantidade de dinheiro que elas estão disponíveis a gastar neste processo" (SALT, 1992:490).

Num outro aspecto, Portes (1981) classifica dois tipos de imigração: para um mercado de trabalho primário e para um secundário. A primeira corresponde a empregados de governos ou outras instituições de larga escala ou mesmo de setores oligopolistas da economia; e a segunda a empregos que não requerem muita especialização. Portes coloca que a imigração para o setor primário corresponde ao que freqüentemente chama-se de *brain drain*. Para ele, a migração para o mercado de trabalho primário é a que mais interessa. Geralmente, esta imigração possui as

¹⁵ Entende-se aqui por qualificação os estudos de nível superior: graduação, mestrado, doutorado, especialização, etc., bem como cursos técnicos de especialização.

seguintes características: ocorre entre canais legais e é promovida ou desencorajada através de mudanças explícitas nas leis de imigração; os trabalhadores são contratados de acordo com habilidades mais do que por fatores étnicos; os imigrantes tendem a ter chances de mobilidade comparáveis àquelas dos trabalhadores nativos; a função desta imigração para o setor primário é normalmente suplemento da força de trabalho nativa, além de discipliná-la.

No que diz respeito ao tema desta dissertação, apesar dos cirurgiões-dentistas brasileiros em Portugal não se encaixarem em nenhum destes dois grupos, nas categorias profissionais que Portes estabelece para cada um, a eles caberia duas características das que Portes define para o mercado de trabalho primário: a de que estes imigrantes trabalham em condições não muito diferentes, em termos de remuneração, que os nativos; e que muitas vezes estes vêm para suplementar a força de trabalho nativa ou mesmo para discipliná-la.

Enquanto para muitos países não há uma tendência específica de profissionais imigrantes discernível, entre os brasileiros que vão para Portugal há uma categoria de profissionais que tem se destacado, inclusive porque sua presença começa a incomodar os portugueses da área: os cirurgiões-dentistas.

Há também, no mercado português, a presença de outros brasileiros qualificados. Muitos médicos brasileiros imigraram para Portugal e concorrem também com seus iguais lusitanos; publicitários, engenheiros e técnicos afins trabalham neste mercado com poucos ou muitos percalços na qualidade de estrangeiros, mas sua presença não tem ainda alcançado o furor público das categorias com as quais competem e nem atritos diplomáticos.

“O mercado português está todo aberto ao publicitário que chega aqui falando a língua deles e com boas idéias na cabeça” (Luis Cristelo - publicitário brasileiro em Portugal - VEJA, 21/04/1993).

“Forçada a reconstituir o seu corpo clínico, a Clipóvoa começou a procurar profissionais no estrangeiro, tendo optado

preferencialmente por médicos brasileiros ou por portugueses formados no Brasil. (...) Nenhum médico em Portugal estava disposto a suportar sucessivas ingerências da administração em matérias exclusivamente de foro clínico, nem a agüentar condições que, por muito bem pagas que fossem, roçavam um regime que um dos médicos que se afastaram nos definiu como ‘de escravatura’. A solução da Clipóva foi contratar diplomados no Brasil, os quais, sabidas as dificuldades de verem os seus títulos reconhecidos em Portugal, se tornavam vulneráveis às pressões sobre eles exercidas” (SÁBADO, 06 a 12/03/1992).

“Na raiz desse êxodo há um paradoxo educacional. Os brasileiros que preferem emigrar e que o fazem com maiores chances de sucesso são profissionais liberais formados na custosa rede de ensino nacional, na qual a maioria dos diplomados sai de universidades gratuitas. Esses engenheiros, arquitetos e médicos encerram vinte anos de vida escolar e caem num mercado de trabalho em que sua formação é ostensivamente desrespeitada. Um médico do INAMPS recebe menos de 500 dólares por mês. Diante disso, o profissional se defronta com a alternativa de acumular dez empregos e decidir jamais ser médico competente ou então pensar no futuro. Com a situação atual, o problema pode ser resolvido com um visto de imigração. O profissional liberal brasileiro é razoavelmente qualificado e extremamente barato. Ao longo dos últimos anos, sua qualificação se fez recorrendo à língua inglesa como ferramenta de trabalho, o que lhe abre um leque de possibilidades maiores no exterior” (VEJA, 16/03/1988).

“Eu tenho muitos amigos médicos, engenheiros, é interessante isso, os brasileiros que estão em Portugal, numa proporção muito elevada são profissionais liberais, profissionais de nível superior, totalmente diferente da migração que houve de Portugal pro Brasil. Antes era uma migração desqualificada e os brasileiros tão aqui e,

na grande maioria deles, eles são profissionais de nível superior, são profissionais, talvez, por isso, despertem mais inveja, porque ocupam posições de destaque” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Há de se observar que não ocorre no Brasil um excedente de mão-de-obra qualificada, mais ainda no que tange aos dentistas, mas uma má distribuição desses profissionais pelo território. Ou seja, o *brain drain* brasileiro, que se verificou principalmente em fins da década de 80, não é decorrente de uma mão-de-obra excedente mas de problemas políticos, econômicos, ao mesmo tempo que responde ao processo de globalização e concorrência a nível mundial. Por outro lado, não se pode deixar de notar que o Brasil, em outros momentos, experimentou a imigração de qualificados: tanto após a Segunda Guerra quanto em decorrência dos confrontos políticos internos que muitos países vizinhos experimentaram nos anos 70 (PATARRA, 1996). Por esta razão, torna-se importante delinear o contexto do país de origem e de destino nos quais se inserem os cirurgiões-dentistas que emigraram.

IV - A EMIGRAÇÃO DE CIRURGIÕES-DENTISTAS BRASILEIROS PARA PORTUGAL

A migração de cirurgiões-dentistas brasileiros para Portugal, ao longo da década de 1980 e início dos anos 90, transforma-se, hoje, num palco onde muitos temas de discussão emergem, tais como: mercado de trabalho, reserva de mercado, qualificação, globalização, livre circulação, Mercados Comuns, Acordos Diplomáticos, relações internacionais, qualidade de vida, educação, saúde, concorrência, competência, xenofobismo, marginalização.

Na verdade, trata-se de aproximadamente 800¹⁶ cirurgiões-dentistas brasileiros em Portugal. Apesar de numericamente serem poucos, a presença desses profissionais nesse mercado tem tomado vulto, seja pelo incômodo que profissionais nativos e os meios de comunicação locais têm manifestado, seja pelas relações diplomáticas entre os dois países, que se abalaram com esse fato¹⁷.

Esse capítulo inicia-se pela apresentação do atual mercado de trabalho para os cirurgiões-dentistas brasileiros no Brasil e em Portugal, procurando destacar as bases das discussões entre os profissionais brasileiros e portugueses da área de saúde bucal. Em seguida, passaremos à compreensão do desenrolar dos fatos que originaram esta migração e a disputa entre nativos e imigrantes. Nesse sentido, torna-se interessante observar quais são os problemas emergentes com a imigração dos cirurgiões-dentistas brasileiros para terras lusitanas.

¹⁶ Estimativa do Conselho Federal de Odontologia (CFO) de 1993.

¹⁷ Esse "abalo" foi verificado em vários níveis do relacionamento entre os dois países. Por exemplo: no campo esportivo, o governo português, através do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, resolveu tratar os jogadores brasileiros em Portugal da mesma forma que trata todos os outros brasileiros, ou seja, vão ter que tirar visto de entrada antes de chegar a Portugal (FOLHA DE S. PAULO, 12/02/1993); o governo brasileiro concedeu igualdade de direitos a 21 cidadãos portugueses em fevereiro de 1993, "este tipo de concessão estava suspenso desde que começaram os recentes incidentes com brasileiros em Portugal" (FOLHA DE S. PAULO, 20/02/1993); o Ibama, nesse mesmo período, apreendeu a carga de um pescador português, que estava em águas territoriais brasileiras, numa fiscalização (FOLHA DE S. PAULO, 20/02/1993); em 22/02/93, o atual ministro da Cultura Antonio Houaiss, principal defensor do projeto de unificação ortográfica no Brasil, afirmou que o acordo poderia até ser rejeitado, devido aos atritos entre os dois países (FOLHA DE S. PAULO, 22/02/1993).

1- O Mercado de Trabalho para os Cirurgiões-Dentistas no Brasil e em Portugal

Para se ter uma idéia de como se configura o mercado de trabalho nacional para os cirurgiões-dentistas, no ano de 1993, segundo o Conselho Federal de Odontologia (CFO), estimava-se a existência de aproximadamente 124.839 profissionais no Brasil, ou seja, uma relação de 1 (um) dentista para cada 1.241 pessoas¹⁸. O ideal apontado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de um dentista para cada mil e quinhentos habitantes (1/1.500), o que coloca o Brasil numa posição privilegiada. Esse é o maior índice de toda a América Latina (excluindo o Uruguai), além de ser superior também aos Estados Unidos (1/1.598) e ao Canadá (1/1.873).

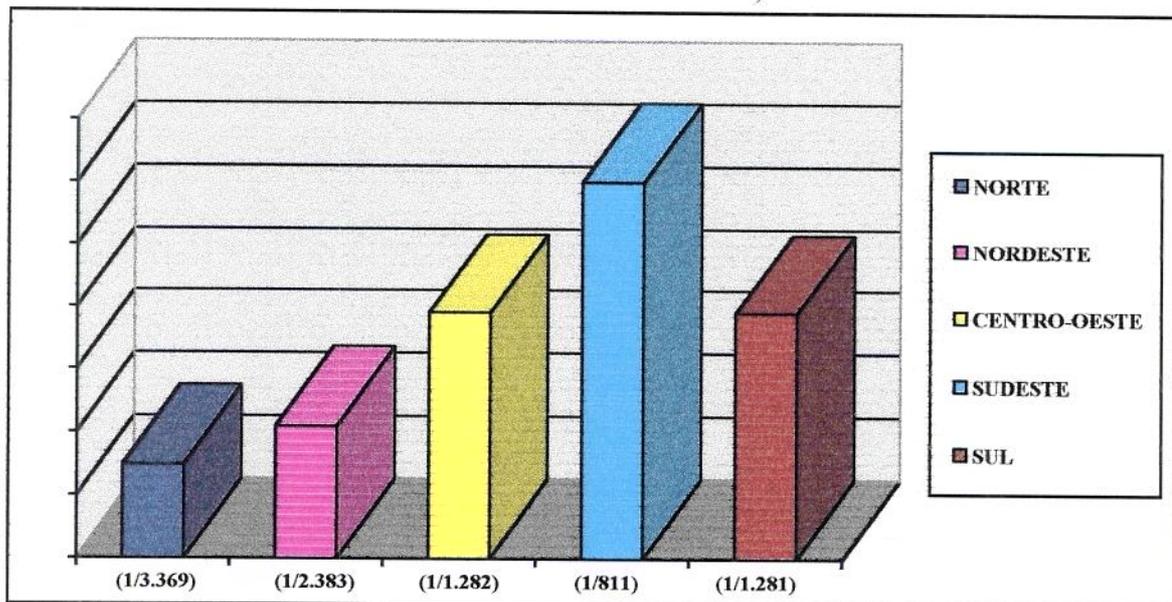
Contudo, a distribuição desses profissionais pelo território brasileiro é bastante desigual (Gráfico 1). A maior parte dos cirurgiões-dentistas localiza-se na região Sudeste (1/831), enquanto na região Norte (1/3.369) e Nordeste (1/2.383) há o maior déficit desses profissionais. Isso pode acarretar num problema para os profissionais que se encontram nos grandes centros urbanos, onde a concorrência é maior, em detrimento de cidades menores, tornando o cenário profissional muitas vezes pouco interessante. Isso ocorre porque ainda não há, no Brasil, uma política de formação e distribuição de profissionais adequada às necessidades do mercado, como em alguns países da Europa¹⁹.

¹⁸ A população do Brasil estimada pelo IBGE em 1993 era de 154.837.424 habitantes.

¹⁹ A problemática de formação de profissionais adequada às necessidades do mercado é assunto que por si só é tema de discussão e estudo, por isso será, para fins da discussão desta dissertação, apenas assinalado.

Gráfico 1

Distribuição dos cirurgiões-dentistas segundo as regiões do Brasil



Fonte: Conselho Federal de Odontologia - CFO, 1993

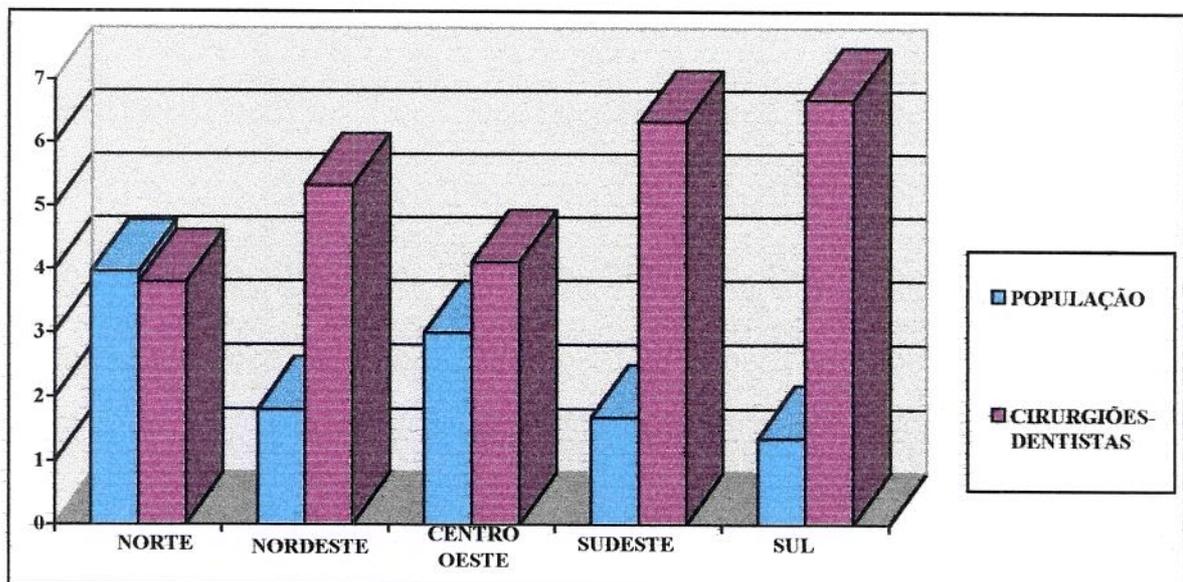
De acordo com o CFO, até o ano de 1993 existiam oitenta e seis (86) cursos de Odontologia no país, formando anualmente um total de 7.543 profissionais. Somente na região Sudeste encontrava-se 57% de todos os cursos de Odontologia do país, sendo que o Estado de São Paulo possuía 30% deles, ou seja, cerca de 42.000 cirurgiões-dentistas²⁰.

Comparando-se o crescimento populacional nacional com o crescimento da população de cirurgiões-dentistas a cada ano, nota-se que enquanto a população brasileira cresce a uma taxa de 1,89% a.a., os cirurgiões-dentistas crescem a 6,04% a.a., o que já demonstra a discrepância do mercado de trabalho no qual devem inserir-se esses profissionais (Gráfico 2).

²⁰ Devido a esse quadro, o CFO sugere inibir o surgimento indiscriminado de cursos de Odontologia, principalmente porque muitas escolas visam interesses políticos e econômicos - atuando como verdadeiras empresas - não tendo como preocupação o atendimento social e muitas vezes oferecendo cursos deficientes.

Gráfico 2

Taxa de Crescimento anual da população brasileira e dos cirurgiões-dentistas formados no Brasil



Fonte: Conselho Federal de Odontologia - CFO, 1993.

Em artigo do jornal *Folha de S. Paulo* de 29 de agosto de 1988, momento em que começa a repercutir o problema da presença e do exercício profissional dos cirurgiões-dentistas brasileiros em Portugal, o jornalista Jair Ratner levantou junto ao Sindicato nacional dos Odontologistas Portugueses a existência de aproximadamente 1.200 profissionais portugueses na área odontológica, enquanto seriam necessários 5 mil. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), Portugal apresenta demanda de 3.000 dentistas e a Espanha, de 9.000.

Em Portugal existem, desde 1975, três faculdades de Medicina Dentária, localizadas em Lisboa, Porto e Coimbra, e duas particulares, que estão com seus processos de reconhecimento em tramitação. A carreira de médico dentista foi regulamentada em Portugal no ano de 1991, pela Lei nº. 110/91. No Brasil, a profissão de cirurgião-dentista foi regulamentada pela Lei nº 5.081 de 24/08 de 1966.

Cursos de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ainda não existem nas faculdades de Medicina Dentária em Portugal, o que faz com que muitos profissionais procurem fazê-los no Brasil ou em outros países europeus. No ano de 1994 quatro médico dentistas e um Estomatologista portugueses vieram

fazer um curso, ministrado por um brasileiro, na UNESP de Presidente Prudente, revelando que a Odontologia no Brasil também tem muito a ensinar. Segundo o Dr. Emil Adib Razuk, cirurgião-dentista e presidente do Conselho Regional de Odontologia - São Paulo (CRO-SP), de 1988 a 1996:

“o intercâmbio cultural tem sido constante, com prevalência do ensino ministrado no Brasil, pelo seu desenvolvimento, pela maior capacitação geral de nossos profissionais e pela abrangência de nosso mercado” (Emil Adib Razuk- cirurgião-dentista e presidente do CRO-SP)

No Brasil os cirurgiões-dentistas organizam-se através de um Conselho Federal (CFO) e Conselhos Regionais (CRO), da Associação Brasileira de Odontologia (ABO), além dos sindicatos, órgãos esses encarregados de fiscalizar o exercício de sua classe e a garantia da ética, apesar de cada uma ter papéis distintos. Em Portugal, os médicos dentistas estão organizados através da Associação Profissional dos Médicos Dentistas (APMD)²¹.

2 - As Bases da Discussão sobre a Formação dos Profissionais

Observe-se que a discrepância entre as duas categorias já está presente na própria denominação desses profissionais. No Brasil a formação denomina-se cirurgião-dentista enquanto em Portugal médico dentista.

O problema, pelo que parece, não se encontra no âmbito da eficiência e qualificação entre os profissionais brasileiros e portugueses, mas muito mais em relação a seus currículos. Por outro lado, o mercado de trabalho português, para quem trabalha com a saúde bucal, é amplo no sentido de que permite a várias categorias profissionais a execução do trabalho. Tem-se, por exemplo, os *médicos-*

²¹ A Associação Profissional de Médicos Dentistas (APMD) foi criada pela Lei 110/91, publicada no Diário da República, em 28/11/1991, com a finalidade de regulamentar a profissão.

estomatologistas, que são graduados, com estágio em Estomatologia em hospital-escola, são reconhecidos pela Ordem dos Médicos e pelo Ministério dos Assuntos Sociais para atuar nesta área; os *médicos*, que, mesmo não tendo nenhum conhecimento específico em Odontologia, exercem esta função, tendo muitas vezes estagiado em órgãos militares onde aprendem a fazer extrações; os *médicos dentistas*, com curso semelhante à Odontologia brasileira, com pequenas diferenças curriculares, são licenciados nas escolas de Medicina Dentária, cujo curso é de seis anos, três dos quais na faculdade de Medicina; os *odontologistas*, que são práticos sem nenhuma formação profissional e que a exercem legalmente, com a autorização do Governo (licenciados)²², e os *mecânicos*, que são práticos não legalizados. O curso de Medicina tem duração de 7 anos, mais os anos da respectiva especialização (CRO-SP, 1993).

“O estomatologista tende a acabar cá em Portugal, como tá a acabar em outros países. É que o médico tira ao fim dos seus anos de Medicina uma especialidade médica, assim como o anestesista, o ortopedista, geriatrista para idosos, etc. E tende a acabar porque tirar 6 anos de Medicina e depois mais 5 de Medicina Dentária, começam a ver que é muito tempo, e então facilitaria neste aspecto se ao fim de 3 anos de Medicina a pessoa entrasse logo para Medicina Dentária. Portanto, já não se pode inscrever nada na ordem dos médicos. Tem os 3 anos de Medicina geral e depois faz o resto de Medicina Dentária. (...) Há uma associação de Medicina Dentária própria, Associação Portuguesa de Medicina Dentária. Não se pode inscrever na Ordem dos Médicos, não se é médico com título de médico. Foi o meu caso: fiz 3 anos de Medicina e 3 de Medicina Dentária. Posso subscrever receitas. Basicamente exerço minha parte de Medicina Dentária. Na parte bucal (pode-se fazer cirurgias), mas referente à extrações quer dizer, o que é cirurgia óssea, já não posso fazer, tem que ser um cirurgião maxilofacial.

²² O termo odontologista internacionalmente refere-se àquele que possui título universitário na cadeira de Medicina Dentária ou Odontologia. Em Portugal, confusamente, o termo é usado para referir-se a indivíduos que, sem habilitação acadêmica, possuem conhecimentos mínimos de extração dentária, ou seja, *práticos*.

Tive professores destes, mas tinham o curso médico e depois fizeram especialização em cirurgia maxilofacial” (C.S. - médico dentista português).

Estimava-se, em 1991, que em Portugal existissem cerca de 700 estomatologistas, 700 médicos dentistas e 500 odontologistas (*práticos*) com carteira, exercendo a atividade (SEMANÁRIO, 11/05/1991).

No Brasil, a formação em Odontologia é autônoma, ou seja, separada do curso de Medicina, seguindo assim o modelo de ensino americano. Dentre as especializações desta área, tem-se a Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial, a Patologia Bucal, Odontologia Legal, Odontologia Preventiva e Social, Endodontia, Odontopediatria, Dentística Restauradora, Ortodontia, Periodontia, Implantes, Prótese Buco-Maxilo-Facial, Prótese Dental e Radiologia. O curso tem duração de 4 a 6 anos e, ao se formar o dentista pode optar por especializar-se em uma das áreas citadas acima, cursando pelo menos mais dois anos do curso de especialização, mestrado ou doutorado.

O cirurgião-dentista brasileiro, quando no trato das afecções buco-maxilo-faciais, exerce a mesma função que o médico-estomatologista português, afirmam os primeiros. Nisso residem as controvérsias, pois, na opinião de alguns profissionais, a faculdade de Odontologia não fornece conhecimento para cirurgias buco-maxilo-facial, pois não há a disciplina de clínica médica, o que seria necessário para se avaliar por exemplo os efeitos da aplicação de uma anestesia, ou atendimento de uma emergência. Segundo o Dr. Oswaldo Crivello Junior, do Departamento de Cirurgia, Prótese e Traumatologia Maxilo-Faciais da Universidade de São Paulo, a defasagem da formação do cirurgião-dentista brasileiro dá-se em relação à questão médica. Todavia, tecnicamente, sua formação é muito superior;

“nosso povo tem uma destreza manual para a beleza e para a técnica muito boa; então, as nossas restaurações perto das européias são magníficas, a gente é muito mais criterioso, mas falha na formação, pois o cirurgião-dentista tem a mesma responsabilidade que um

médico, você age sobre o paciente” (Dr. Oswaldo Crivello Jr. - professor do Departamento de Cirurgia, Prótese e Traumatologia Maxilo-Faciais da USP).

“Eu estudei na França, há dois anos, num Instituto de Estomatologia. A Estomatologia é uma coisa bem inferior, eu acho que o médico que vai ser dentista, quer dizer, o cara que estudou um monte de coisas e de repente resolveu aprender a fazer restauração e obturação, deve ser até bom, mas não teve a mesma formação que um cirurgião dentista. Existem duas escolas de Odontologia: a escola escandinava e a escola americana, que são as melhores. No Brasil, não é que todas as faculdades sejam boas, não é que tudo presta, mas o Brasil contém uma das melhores odontologias do mundo. Profissionalmente, a quantidade de faculdades reflete muito mal, a nível mundial, no meio odontológico; o pessoal fala: ‘Ah, o Brasil tem mais de 90 escolas!’. Você sente que as pessoas criticam isso. O Brasil contém uma boa formação, dessas escolas talvez umas 20 se safem. A odontologia brasileira é voltada pra escola americana; a escola européia, eu acho, está ligeiramente abaixo, mas já esteve pior, da escandinava e dos Estados Unidos. Agora eles tão batalhando pra chegar, mas a nível mundial a escola européia é inferior. É inferior em nível de diagnóstico, não de material, eles têm bons materiais, lá na França a gente via. Mas é diferente, o americano é mais objetivo, ele pesquisa mais, ele quer fazer melhor; aqui é muito socializado, isso influi, eu acho, na qualidade. Na França, eu trabalhava em ambulatório de hospitais e não tinha um trabalho refinado, que foi o que eu aprendi em nível da pós-graduação lá no Brasil. Hoje eu recebo pacientes que vem [nacionalidade] da Inglaterra, da Bélgica, da França, África do Sul, dos Estados Unidos, da Venezuela e do Brasil. É difícil você achar que tem uma qualidade, em todos os aspectos, de planos de tratamento, de acabamento, a maneira como se conduz a coisa, a especialidade em si. Na França, eu via o que eu vejo hoje aqui:

peessoa desdentada, sem estética, uma coroa de metal num canino, pré-molar, toda de metal, aparecendo aquele prateado, ou dourado, não se está muito preocupado com a estética, mas isso eu acho que é uma coisa europeia” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

“A Farmacologia é uma só no mundo inteiro. O que acontece é que aqui a faculdade é de 6 anos, eles fazem 3 anos básicos com cadeiras junto da Medicina, isto é coisa que eu fiz também, só que o curso do Brasil é mais concentrado, aqui é mais diluído um pouco” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

“Não acho que tenha muita diferença. Toda diferença que eu vejo é que eles se formam e eles tem a mesma dificuldade que nós temos logo no início. E acho, por sinal, que em Portugal, não só na nossa área, em todas as áreas, tem muita teoria, o que eles tem mais do que nós temos, e na nossa profissão não é bem a teoria que faz o, vamos dizer assim, o nosso profissionalismo. Nós temos de ter, pra já, uma vontade de trabalhar, esse trabalho não é um trabalho te digo fácil. Sentar aqui desde as 9 da manhã até 9 da noite como nós trabalhamos é duro. Tem que gostar realmente. Então eu acho que não há diferença nenhuma. Eles podem ter uma carga horária maior do que a nossa, mas eu também tenho conversado com muitos, às vezes vêm aqui colegas portugueses, e conversando em termos de faculdade eu vejo que eles vão à aula da manhã, não vão à aula a tarde e lá não. Lá nós tínhamos aula em tempo integral. Nós tínhamos um curso direto. Nós tínhamos laboratório de manhã, a tarde nós tínhamos aulas teóricas, depois da tarde nós tínhamos novamente laboratório à noite e era assim. Então não vejo assim que haja tanta diferença” (C.P. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

De outra parte, há quem defenda uma formação mais substancial na área médica, por exemplo os médicos dentistas portugueses:

“o médico dentista tem de ser essencialmente um médico; como tal, os seus conhecimentos passam por uma formação básica universitária de Medicina (...). As faculdades brasileiras têm uma parte muito básica mesmo. No que concerne à Anatomia, só dão a cabeça, não dão o resto do corpo, em Farmacologia estudam só fármacos ligados com a Medicina Dentária. De qualquer maneira é pouco, porque a gente sabe aquilo que tem de receitar. Recebemos pacientes com uma medicação e temos que saber as contra indicações” (Francisco José Pinheiro Freitas - médico dentista português - OPINIÃO PÚBLICA, 30/10/1991).

Na verdade, o curso de odontologia do Brasil ministra anatomia geral com maior ênfase para a anatomia da cabeça, o mesmo em relação a farmacologia que é geral, mas com maior enfoque para a farmacologia associada a problemas odontológicos.

Na França, historicamente, existe o curso de Estomatologia, o que, segundo o Dr. Oswaldo Crivello Jr., é mais coerente, pois a Estomatologia é o estudo da boca, em que o dente é uma das partes, e não se estuda o dente isoladamente, mas dentro do contexto da boca. Esse é um estudo agregado à faculdade de Medicina. A União Européia já coloca em questão o reconhecimento desse tipo de profissional. Na Alemanha tem-se a dupla qualificação, sete anos de Medicina e cinco de Odontologia:

“[Isto] se o profissional quiser ser dentista e não cirurgião, se ele quiser fazer restauração. Na Suíça e na Bélgica, a mesma coisa. Então o que acontecia com a União Européia, o dentista da França não poderia trabalhar na Alemanha porque lá existe a dupla qualificação, que ele não possui, nem o Estomatologista, porque ele é médico e não tem formação completa, pois ele é um médico-estomatologista e não um cirurgião-dentista” (Dr. Oswaldo Crivello Jr - professor do Departamento de Cirurgia, Prótese e Traumatologia Maxilo-Faciais da USP).

O fato de haver um grande número de faculdades de Odontologia no Brasil (aproximadamente 80) e apenas duas em Portugal levanta a questão de, primeiramente, não existir uma fiscalização adequada por parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC) da excelência destas faculdades, e, em segundo lugar, que o número de profissionais formados por estas faculdades é absurdo.

“Como existem faculdades maravilhosas, existem faculdades cuja idoneidade deixa um pouco a desejar. E o que é certo é que todos esses profissionais aparecem em Portugal com o mesmo título” (Francisco José Pinheiro Freitas - médico dentista português - OPINIÃO PÚBLICA, 30/10/1991).

“Lendo a última revista da APMD, o editorial do presidente da entidade reconhece que as cinco faculdades portuguesas têm diferenças, têm profundas diferenças entre elas, e é lógico que uma faculdade não vai ser igual a outra. Nós nunca, em momento nenhum, poderíamos comparar os cursos do Brasil e de Portugal, são países com realidades distintas; nós temos que saber é se esses cursos são legais, se esses cursos estão legalizados, se os diplomas emitidos são autênticos, são legais, e isso tudo já foi ultrapassado. Por isso, a questão qualidade, a questão formação foi uma falsa questão levantada para iludir, para mentir à opinião pública portuguesa e tentar colocar a opinião pública portuguesa contra os profissionais brasileiros, o que nunca se conseguiu, porque os nossos consultórios desde sempre se mantêm muito requisitados e muito procurados; foi uma tentativa clara de mentir à opinião pública, o que felizmente não deu resultados” (C. S. - presidente da ABO-Seção Portugal - entrevista coletiva).

Ressalte-se que apesar de haver muitas faculdades de Odontologia no Brasil, deve-se levar em conta as diferenças econômicas e culturais entre os dois

países, além de seus aspectos demográficos e políticos²³, o que pode determinar a necessidade ou não de um número maior de profissionais em determinadas áreas e de cursos para formá-los. Ao mesmo tempo, os Conselhos de Odontologia com sede em todos os estados do Brasil, no que tange à formação de profissionais, têm clara a questão de que é necessário mais rigor na abertura de novas faculdades, ou mesmo da necessidade de se coibir o surgimento de novos cursos, dado o “saturamento” de algumas regiões do país, ao passo que seria também importante repensar a distribuição desses profissionais por áreas com defasagem, através de políticas de incentivo.

Mesmo assim, o fato de haver um grande número de faculdades de Odontologia no Brasil não pode apresentar-se como preocupação direta para os portugueses deixarem de olhar para problemas mais consistentes gerados no interior de seu próprio mercado, como é o caso das autorizações concedidas aos *práticos*.

“O grande problema do exercício ilegal de dentistas no nosso País não é com os brasileiros, mas sim com os portugueses. Sabemos que a preparação dos ilegais portugueses é, na maior parte dos casos, praticamente nula. (...) Há já muitos processos-crime contra dentistas portugueses, embora não adiante muito, pois as penalidades são praticamente inexistentes” (Fontes de Carvalho - vice-presidente da APMD - TAL & QUAL, 22/11/1991).

Outro ponto de discussão, no caso dos dentistas, diz respeito aos Acordos e Tratados estabelecidos entre os dois países, como por exemplo o Tratado de Amizade e Consulta, de 1953; o Acordo sobre vistos em passaportes comuns, de 9 de agosto de 1960; o Acordo de Comércio, de 1966; o Acordo Cultural, de 1966 e a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre brasileiros e portugueses, de 1972.

²³ O Brasil possui uma área de 8.511.996 Km², e sua população, em 1991, era de 146.154.502 habitantes. Portugal, por sua vez possui área de 91.630 Km², e uma população de 10.525.000 habitantes. O território brasileiro é 92 vezes maior que o português e a população brasileira 14 vezes maior. A população brasileira cresce a uma taxa de 1,9% ao ano, enquanto a população portuguesa apresenta uma taxa de 0,6% a.a..

No Tratado de Amizade e Consulta, que data de 16 de dezembro de 1953 e foi promulgado pelo decreto nº 36.776, de 13 de janeiro de 1955, já se lia:

“Artigo Segundo - Cada uma das Altas Partes Contratantes acorda em conceder aos nacionais da outra tratamento especial, que os equipare aos respectivos nacionais em tudo que, de outro modo, não estiver diretamente regulado nas disposições constitucionais das duas Nações, quer na esfera jurídica, quer nas esferas comerciais, econômica, financeira e cultural, devendo a proteção das autoridades locais ser tão ampla quanto a concedida aos próprios nacionais” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 13/01/1955).

A Convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses traz em seu texto que ambos os países “resolveram concluir, em testemunho solene de fraternal e indestrutível amizade, a seguinte Convenção”:

“Artigo Primeiro - Os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal gozarão de igualdade de direitos e deveres com os respectivos nacionais.

Artigo Quinto - A igualdade de direitos e deveres será reconhecida mediante decisão do Ministério da Justiça, no Brasil, e do Ministério do Interior, em Portugal aos portugueses e brasileiros que a requeiram, desde que civilmente capazes e com residência permanente” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 12/04/1972).

O Acordo no qual os cirurgiões-dentistas brasileiros se apóiam, a princípio, para estabelecerem-se legalmente em Portugal é o Acordo Cultural entre Brasil e Portugal²⁴. Em setembro de 1971, Brasil e Portugal promulgaram um

²⁴ O Acordo Cultural foi assinado em Lisboa em 07 de setembro de 1966, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 29 de 1967, e ratificado no Brasil em 04 de setembro de 1967 e por Portugal em 1968; foi promulgado, no Brasil, pelo Decreto nº 62.646, de 03/05/68, e publicado em D.O. do dia 07/05/68.

protocolo adicional a este Acordo Cultural de 1966. Este Acordo, então, ficou consubstanciado nos seguintes termos, dos quais se destacam os artigos:

"Artigo Décimo Terceiro - Cada Parte Contratante reconhecerá equivalência de estudos aos nacionais de qualquer dos dois países que tenham tido aproveitamento escolar em estabelecimento de ensino da outra Parte, para o efeito de serem transferidos para os seus próprios estabelecimentos de ensino do mesmo grau ou admitidos nos de grau subsequente.

2. A equivalência será estabelecida em face da documentação considerada idônea e devidamente legalizada e sem levar em conta diferenças regulamentares de duração dos ciclos de estudo, procedendo-se, entretanto, à necessária conciliação curricular.

Artigo Décimo Quarto - Cada Parte Contratante reconhecerá, para efeito de exercício de profissão em seu território, os diplomas e títulos profissionais idôneos expedidos por institutos de ensino da outra Parte e desde que devidamente legalizados e emitidos em favor de nacionais de uma e de outra Parte, favorecendo, em caso de inexistência ou diferença de curso, as necessárias adaptações para o mais próximo" (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 23/09/1971).

Sobre esta questão, as posições dos personagens envolvidos são bastante conflitantes quanto à leitura que fazem destes acordos:

"O Acordo Luso-Brasileiro estipula que, quando no país onde um indivíduo se candidata para trabalhar não existe o título ou profissão que ele possui, é necessária uma adaptação para a categoria mais próxima" (Fontes de Carvalho - vice-presidente da APMD - TAL & QUAL, 22/11/1991).

"Convém não esquecer os tratados e os acordos que foram assinados entre Brasil e Portugal. Estabelecem muito claramente as

condições do exercício profissional de qualquer profissão num território de um país ou de outro. Lembro-lhe que esses acordos estão sendo radicalmente violados pelo Estado Português. O Brasil sempre cumpriu e honrou os compromissos assinados com Portugal. Não temos conhecimento de nenhuma campanha no Brasil de qualquer cidadão português” (Hiran F. Trindade - presidente da ABO-Seção Portugal - OPINIÃO PÚBLICA, 30/10/1991).

“Claramente, no nosso entender, trata-se de uma defesa corporativa de mercado que tem tudo para ser luta, só não o é porque viola as leis, não do mercado mas também as leis constitucionais do conjunto da legislação portuguesa” (C. S. - presidente da ABO-Seção Portugal - entrevista coletiva, 22/11/1996).

“Então o preço legal é fazer valer em Portugal o Acordo Cultural e nisto há seis anos estamos com dificuldades que a senhora com certeza deverá reconhecer, estamos enfrentando dificuldades das mais variadas ordens, mas não vamos desistir até providenciarmos o cumprimento desse acordo e o respeito à cidadania. Um sacrifício de ordem profissional, de ordem moral, de ordem financeira, mas nós não vamos desistir até termos o direito constitucional e legal conferido pela associação pública portuguesa, nós não estamos numa guerra, não nos interessa brigar seja com quem for, nós estamos defendendo direitos que nos são conferidos até pela constituição portuguesa, e são derivados de acordos internacionais. Infelizmente os governos portugueses, que muito pesem a retórica das boas relações com o Brasil, têm descumprido esses acordos” (C. S. - presidente da ABO-Seção Portugal - entrevista coletiva, 22/11/1996).

Como se pode observar, há alguns pontos que, na relação entre os profissionais que estão inseridos no mercado de trabalho português, ainda não foram esclarecidos seja por desconhecimento sobre formação de ambos os profissionais

envolvidos, seja por ordem político-corporativista. O mesmo poderia se dizer quanto à configuração dos cursos e número de escolas e profissionais que se formam em ambos os países. E, por fim, coloca-se em questão a validade, utilidade e competência de Acordos e Tratados para ambos os países em dado momento histórico.

“Realmente o Brasil está a passar por uma situação muito delicada na sua economia. Mas entre 1975 e 1978, a situação de Portugal não era também das melhores e, a nível de ensino universitário, as passagens administrativas obrigavam a Europa, incluindo o próprio mercado português a fechar as portas aos seus licenciados, enquanto o Brasil as abria de braços abertos sem pestanejar. A difícil situação econômica do Brasil não se reflecte no quadro de formação dos seus licenciados, visto que muitos livros de texto de Medicina Dentária das nossas faculdades (Lisboa, Porto, Coimbra) são de autores brasileiros ou então são traduções brasileiras para a língua portuguesa de livros estrangeiros. As faculdades de Odontologia brasileiras são consideradas como algumas das melhores do mundo, bem assim como os seus profissionais. Enquanto em Portugal se conta em uma mão o número de publicações da especialidade mensais, as publicações brasileiras giram em torno de algumas dezenas” (A.M.S.C.L. - cirurgião-dentista português - PÚBLICO, 21/03/1992).

3- A História dos Cursos de Odontologia

A primeira preocupação de transformar o cuidado com a saúde bucal em um curso de base científica e acadêmica comprovada e aprofundada surgiu nos Estados Unidos, ainda no século XIX (em Baltimore, no ano de 1840). O curso, no início, era teórico, com duração de 2 anos. A prática ficava para ser aprendida nos consultórios com outros dentistas. Pouco a pouco, o ensino odontológico foi se aprimorando.

No Brasil, o curso de Odontologia surgiu ligado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1884. A Odontologia, inicialmente, pertencia a um curso único junto com a farmácia e a obstetria, e foi trazida por Dom João VI, quando da vinda da família Real para o Brasil em 1808. Pouco antes da Proclamação da República, sob a influência das idéias positivistas, rompeu-se com o modelo europeu e aderiu-se ao modelo americano, que promove cursos isolados. Desde então, os cursos tornaram-se independentes, apenas a obstetria juntou-se à Medicina, e a influência positivista e americana ficou clara não só na política mas também na educação e na cultura como um todo.

Em seu livro “Odontologia Social”, Mário M. Chaves descreve cinco etapas na evolução da Odontologia. Na primeira, chamada *etapa de ocupação indiferenciada*, a Odontologia era exercida por curandeiros ou outros membros da comunidade, no que “esta etapa da Odontologia Sanitária coincide também com etapas primárias da Medicina”. Na *etapa de diferenciação ocupacional*, o profissional exerce a Odontologia como um ofício que aprende de outros indivíduos, sem cursos formais. A terceira é a *etapa inicial de profissionalização*: “Num determinado momento histórico, o grupo que exercia a profissão, querendo melhorar seu nível, decidiu organizar cursos para os que nela desejassem ingressar” (CHAVES, 1977:151). A partir desse momento surgiu uma legislação para regulamentar o exercício da profissão. Aqueles que já a exerciam foram chamados de práticos e aqueles que faziam o curso eram considerados dentistas.

A quarta etapa é chamada de *etapa intermediária de profissionalização*, onde os cursos se estendem de três a seis anos e exigem que o candidato tenha ao menos o 2º grau completo. A partir daí o curso de Odontologia passa a ser de nível superior e, aos poucos, vai se tornando autônomo da Medicina.

A *etapa avançada de profissionalização* é a quinta apresentada no livro acima referido. Nesta fase desenvolvem-se os cursos de pós-graduação na área odontológica e também as especializações, tais como Ortodontia, Periodontia, Cirurgia Oral, entre outras. No Brasil são reconhecidas pelo Conselho Federal de

Odontologia as seguintes especialidades, através da Resolução 185/93: Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, Dentística Restauradora, Endodontia, Odontologia Legal, Odontologia em Saúde Coletiva, Odontopediatria, Ortodontia, Patologia Bucal, Periodontia, Prótese Bucomaxilofacial, Radiologia, Implantodontia e Estomatologia (CALVIELLI, 1997).

Na Europa há, basicamente, três modelos de educação odontológica²⁵. Um deles é o seguido pela Suécia, onde a Odontologia é independente da faculdade de Medicina. O curso tem duração de cinco anos, sendo o primeiro básico, ao fim do qual o aluno submete-se a um exame odontológico preliminar, e nos outros quatro anos segue conteúdos de Odontologia e Medicina. Já na União Soviética segue-se a outro modelo. Ali o estudante de Odontologia tem formação semelhante à do médico e recebe, ao fim do curso, o título de estomatólogo. O curso tem duração de cinco anos, “sendo que a parte prática é desenvolvida em policlinicas estomatológicas durante dois meses, a partir do quarto semestre, e um mês, no quinto semestre” (CHAVES, 1977: 383).

A Itália adota o terceiro modelo de formação profissional da Europa, onde a Odontologia é uma especialidade médica, tem duração de seis anos e uma parte teórica de Odontologia no quinto ou sexto ano. “Após seis anos de Medicina, aqueles que desejarem exercer a odontoestomatologia devem matricular-se em uma faculdade de Odontologia onde, após dois anos, recebem o diploma de ‘especialista em Odontologia e prótese Dentária’” (CHAVES, 1977:383).

Pode-se dizer que a América Latina segue o modelo de formação profissional norte-americano, cujo curso é independente da Medicina e tem duração de quatro anos, enquanto Portugal e vários países da Europa seguem um outro modelo de formação, onde o curso de Odontologia aparece como uma especialização do curso de Medicina. Há de se considerar, portanto, que Brasil e Portugal têm diferentes tradições na formação profissional de seus cirurgiões-dentistas, o que,

²⁵ Chaves em seu livro “Odontologia Social” faz uma comparação da formação profissional em Odontologia em todos os continentes.

conforme será visto mais adiante, será utilizado como argumento para discriminar esses profissionais brasileiros em Portugal.

“Há diferenças entre os dentistas portugueses e os cirurgiões-dentários brasileiros. Estes têm menos 1500 horas no currículo total, menos de oito disciplinas e cerca de 12 disciplinas com insuficiência curricular grave” (Fontes Carvalho - secretário-geral da APMD - Correio da Manhã 27/03/1992)

4 - Cirurgiões-Dentistas Brasileiros em Portugal

Muitas vezes, a configuração do mercado externo pode parecer mais interessante para o profissional que, em razão da grande concorrência interna e déficit externo, sai em busca de uma fatia maior de mercado. Afirma-se, através principalmente dos meios de comunicação, que o mercado de trabalho português demandava por profissionais “da boca” e, por esta razão, tornava-se um atrativo para os cirurgiões-dentistas brasileiros em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Esta suposta demanda do mercado de trabalho português tornou-se interessante para os cirurgiões-dentistas brasileiros, dada a facilidade da língua e também a existência de Acordos entre os dois países que garantiam o reconhecimento da formação profissional de seus cidadãos. Há de considerar-se também o atrativo de um mercado em vias de expandir-se, ou seja, diante de uma Europa que estava prestes a abolir suas fronteiras internas e, assim, possibilitar uma ampliação desse cenário.

“Um dos motivos por que a gente resolveu optar por vir pra cá é justamente a facilidade que se tem de conhecer outros lugares. Portugal é um país que está no meio do mundo e, pra ganhar dinheiro, pra viver eu poderia ir pra qualquer lugar, mas tem a facilidade da língua, embora eu fale inglês, francês e espanhol, tem a facilidade da língua, uma certa ligação cultural, apesar de eu achar

que são duas culturas diferentes: Brasil é uma coisa e Portugal é outra, apenas têm uma língua semelhante” (C.C. - ortodontista)

Deve-se lembrar também que esta porta de entrada para a Europa, via Portugal, não se dá somente a nível individual, mas também através de empresas brasileiras que ali investem seu capital e competem por uma fatia do mercado. A questão dos dentistas, nesse sentido, parece ser meramente corporativa:

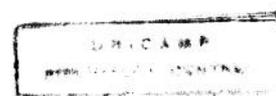
“Se não existisse mercado garanto que não teríamos um só dentista brasileiro em Portugal” (Castro Lima - empresário brasileiro em Portugal - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, set. 1993).

Contudo, a colocação desses profissionais brasileiros em Portugal não se deu de forma tão simples. Embora Brasil e Portugal tenham acordado²⁶ sobre a acolhida de seus cidadãos em ambos os países, abolindo a necessidade de vistos e demais burocracias, tratando-se de países irmãos cuja história esteve sempre tão entrelaçada, diante do problema da presença de cirurgiões-dentistas brasileiros em terras lusitanas estes Acordos mostraram ter pouca potência política e serem válidos apenas em alguns momentos convenientes.

Na defesa de direitos de reserva de mercado, interesses corporativistas, os profissionais “da boca” (médicos, médicos-estomatologistas e médicos dentistas) portugueses manifestaram repúdio e muita intolerância à presença dos cirurgiões-dentistas brasileiros. O problema é que esta política de oposição à presença desses profissionais brasileiros tornou-se motivo de escândalo público, tomando vulto através dos meios de comunicação locais e, posteriormente, internacionais. Além disso, a situação profissional dos cirurgiões-dentistas brasileiros em Portugal era muitas vezes precária. O artigo de Jair Ratner para o jornal *Folha de S. Paulo* de 29 de agosto de 1988 ilustra bem esta precariedade.

"Mesmo criticando a vinda de tantos dentistas, que devem chegar a mil, o sindicato não tomou providências. Para que os brasileiros

²⁶ Como referido no item 2 deste mesmo capítulo.



possam trabalhar, necessitam de dentistas portugueses que assinem as receitas, e muitos associados do sindicato conseguem tirar proveito dos brasileiros, pagando salários baixos, ou não cumprindo acordos. Para os dentistas trabalharem legalmente, seria necessário o reconhecimento dos diplomas. A Faculdade de Medicina Dentária de Lisboa dá-se ao direito de julgar à distância: considera os cursos particulares fracos e coloca dificuldades para o reconhecimento" (FOLHA DE S. PAULO, 29/08/1988).

Como já citado, os meios de comunicação também disseminam as ocorrências sociais e, muitas vezes, usam de sensacionalismo no tratamento de alguns assuntos, influenciando positiva ou negativamente junto à opinião pública.

“...Ontem, por volta das 17 horas, eu e minha esposa tomamos um táxi no Campo Pequeno para irmos ao Shopping das Amoreiras e durante todo o percurso o motorista ficou a insultar-nos em particular, e aos brasileiros em geral, dizendo que deveríamos todos ir-nos de Portugal, que os brasileiros eram preguiçosos, incompetentes e parasitas, que pior do que nós somente os negros do PALOP” (SABIÁ, ago./set. 1993).

Matérias intituladas como: “*Brasileiros são uma dor de dente*”, “*Odontologistas brasileiros são ‘perigosos’ para nós*” ou referências a “*risco à saúde pública*” tratam pejorativamente o exercício profissional dos cirurgiões-dentistas lá residentes. Em manifesto da ABO-Seção Portugal, de maio de 1991, enviado às autoridades brasileiras lê-se:

“A origem deste estado de coisas foi fomentada apenas por alguns profissionais nacionais que fizeram transbordar a gota de água tendo a imprensa portuguesa feito eco” (OPINIÃO PÚBLICA, 30/10/1991).

“Teve uma época, que foi por volta de 90-92, que foi a época em que a coisa aqui em Portugal era pública e extremamente agressiva. A imprensa portuguesa foi extremamente agressiva nessa época, quase que diariamente saíam títulos de jornais, televisões e rádio, sempre falando mal da gente. Os nossos colegas portugueses diziam que os profissionais brasileiros eram incompetentes; houve uma ação judicial contra o ‘fulano’ de tal; chegaram ao ponto de dizer até que nós éramos elementos de transmissão de AIDS, até esse ponto” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

O processo migratório, enquanto fenômeno social, deixa de ser o simples ir e vir de pessoas de um país para outro como acontece todos os dias; carrega consigo uma série de implicações, como aquelas elencadas na introdução dessa dissertação. O caso da emigração dos cirurgiões-dentistas brasileiros para Portugal tornou-se, por razões históricas, um problema diplomático entre os dois países envolvidos. O que em princípio era o conflito de interesses de classe tornou-se uma questão diplomática delicada para ambas as nações. Esse problema ultrapassou manifestações de classe para ocupar lugar em processos criminais de “burla” e “exercício ilegal da profissão”:

“Mais duas dentistas brasileiras foram condenadas esta semana em Portugal ‘por usurpação de funções e prática ilegal de Odontologia’. E.K.S. e M.C.Y., de São Paulo, completam o número de cinco dentistas brasileiros com pena de dois anos de prisão pelo fato de as faculdades portuguesas recusarem a revalidação dos diplomas” (FOLHA DE S. PAULO, 02/06/91).

De um lado, os médico dentistas, médicos e médicos-estomatologistas portugueses, que são os profissionais autorizados a cuidarem dos problemas buco-maxilo-faciais, ou seja, da saúde oral da população, sentem-se prejudicados com a presença dos cirurgiões-dentistas brasileiros, colocando em questão sua qualificação profissional, pretendendo a revisão do Acordo Cultural Brasil-Portugal, que prevê o reconhecimento imediato dos diplomas dos dentistas brasileiros; e, de outro, os

cirurgiões-dentistas exigem que se cumpram os Acordos entre os dois países a fim de regularizarem sua situação, procurando demonstrar sua eficiência profissional. Há de se pensar que não se trata somente de questão corporativista, mas esta situação deixa escapar que muitos médicos e *práticos* portugueses tiram proveito da *clandestinidade* de alguns profissionais brasileiros:

“No final do mês (novembro de 1991), entra em vigor uma lei que os impedirá de continuar trabalhando em consultórios de dentistas portugueses, aos quais pagam até 75% de seus salários para permanecer em Portugal”. (JORNAL DO BRASIL, 18/11/91).

Em muitas das entrevistas feitas com os cirurgiões-dentistas, em novembro de 1996, em Portugal, esses profissionais relatam suas primeiras experiências profissionais nesse país, deixando transparecer a rede de interesses que mantém e vive desta clandestinidade:

“Comecei a trabalhar para um senhor que tinha 20 clínicas. Ele pagava 50% do particular e 40% dos convênios. Nessa clínica, a grande maioria eram brasileiros que trabalhavam” (C. A. - cirurgião-dentista)

Em Portugal, os órgãos portugueses responsáveis pela validação dos diplomas viram-se coagidos pelas entidades de classe a imporem obstáculos para esta ação, mas deve-se lembrar que o Acordo Cultural, já citado anteriormente, estabelece, em seu Artigo XIV, o reconhecimento de diplomas e títulos, não determinando a necessidade de revalidação. Segundo entrevista que o Dr. Emil Adib Razuk, então presidente do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, deu à rádio Bandeirantes, em maio de 1991:

“A discriminação chega ao absurdo de as autoridades de Lisboa convalidarem os diplomas de portugueses formados em Odontologia no Brasil e negarem a medida a cirurgiões-dentistas

brasileiros formados nas mesmas escolas” (Emil Adib Razuk-cirurgião-dentista e presidente do CRO-SP).

É importante que as qualificações de profissionais que durante anos freqüentaram a Universidade, foram avaliados e diplomados, sejam reconhecidas no país de destino. Nisto a questão dos dentistas brasileiros em Portugal é bem ilustrativa, no sentido de que eles só podem exercer sua profissão se esta for reconhecida, ou melhor, se seu diploma de nível superior for reconhecido pelas autoridades portuguesas.

“A nível profissional, todas (as dificuldades). Eu entrei com um pedido de equivalência, naquela altura, na Faculdade de Medicina Dentária de Lisboa. Nem era necessário, porque naquela época não havia esta situação pública, que foi criada em 1991. Naquele momento eu entreguei os documentos e aguardei uma resposta. Foi indeferido, nem me solicitaram prova” (C.S. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

No Brasil, o assunto tomou tal ênfase que fez com que Ulisses Guimarães, então presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal, pedisse a criação de uma Subcomissão Permanente para Assuntos Luso-Brasileiros, que se concretizou em outubro de 1991. Para Portugal dirigiu-se, então, uma Missão Parlamentar, a fim de conhecer melhor a situação e estabelecer contato com os órgãos competentes para o melhor desfecho do caso. Ao mesmo tempo, a Associação Brasileira de Odontologia criou a seção-Portugal, para também auxiliar seus membros residentes naquele país.

A situação vivenciada por esses cidadãos brasileiros em Portugal gera, por parte da opinião pública, uma necessidade imediatista de solução, em que muitas vezes é sugerida a retaliação - “devolver na mesma moeda” - aos cidadãos portugueses que residem em terras brasileiras. Todavia, uma reação como esta gera uma cadeia de intrigas, insatisfações e desentendimentos que, nesse momento, creio, não interessa a nenhuma das duas nações que pretendem da melhor forma integrar-se

às discussões de internacionalização de economias. Em artigo do jornal *O Globo* coloca-se:

“Os cidadãos portugueses radicados no Brasil poderão perder os mesmos direitos inerentes aos brasileiros natos e ter cassados os eventuais mandatos políticos no País, caso o Congresso venha futuramente a aceitar a proposta de revisão constitucional feita pelo Presidente da Associação Brasileira de Odontologia (ABO) em Portugal, Hiran Fisher Trindade, e pelo empresário Álvaro Feijó. A proposta, segundo Hiran, é uma reação à discriminação que sofrem os brasileiros em Portugal, e já conta com apoio de vários Deputados” (O GLOBO, 10/06/1991).

Da mesma forma, os odontólogos brasileiros rebatem as manifestações dos médico dentistas com propostas ao Governo do Brasil, tais como: fiscalização da entrada e permanência no Brasil dos cidadãos portugueses, maior rigor e exigência por parte do Ministério da Educação brasileiro na concessão de formação profissional, especializações e doutorados a portugueses e a retirada da Constituição do artigo que dá a igualdade de direitos, pois afirmam que não há a reciprocidade.

No caminho das negociações para minimizar a crise entre os dois países e as exigências das entidades de classe, num primeiro momento, o Governo português apresentou algumas propostas para esse assunto:

"Esses dentistas fariam um estágio de um ano em uma faculdade portuguesa, com disciplinas determinadas por uma comissão mista de professores portugueses e brasileiros. No fim do estágio, os dentistas brasileiros passariam por uma avaliação. Os profissionais que começaram a atuar em Portugal depois de 15 de novembro teriam que se submeter às atuais normas de equivalência de diplomas" (FOLHA DE S. PAULO, 07/02/91).

Outra sugestão do Governo português é refletir sobre um possível estabelecimento de quotas de profissionais que poderão ser acolhidos em terras lusitanas, dada a inelasticidade do mercado de trabalho.

Os negociadores brasileiros, em missão em Portugal, em entrevista à *Folha de S. Paulo* em 15/02/92, rebatiam que, no caso dos dentistas em Portugal, dois pontos são fundamentais nesta negociação: a manutenção da soberania brasileira e a idoneidade dos títulos dos profissionais.

Posteriormente, o Governo português propôs, na tentativa de minimizar o problema e, de certa forma, atender às solicitações tanto das entidades de classe portuguesas quanto das negociações com o Governo Brasileiro, estabelecer um Acordo para regularizar a situação de alguns profissionais brasileiros lá residentes. Esse Acordo, assinado pelo subsecretário de Estado adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Dr. Duarte Ivo Cruz, foi encaminhado nos seguintes termos:

“1- O Governo Português, mediante Portaria Conjunta dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Saúde, cria a categoria profissional do “cirurgião-dentista”, reservada aos profissionais formados no Brasil, identificados pela Embaixada do Brasil até 15 de novembro de 1991, constantes da lista anexa, e detentores de diplomas de ensino superior devidamente registrado no respectivo Conselho Federal de Odontologia.

“2- Nos termos da Portaria referida no número anterior, os cirurgiões-dentistas abrangidos ficam habilitados a praticar os actos de saúde oral previstos no artigo 4º da Consolidação das Normas para procedimentos nos Conselhos de Odontologia, de que se junta fotocópia à presente Nota.

“3- Os governos da República Portuguesa e da República Federativa do Brasil denunciam, nesta data, os artigos XIII e XVI do Acordo Cultural de 1966, e iniciam desde já negociações destinadas à revisão e actualização dos referidos preceitos legais,

tendo em vista as profundas alterações legislativas ocorridas em ambos os países.

“4- A fim de proceder à revisão referida no número anterior e acompanhar a execução do presente Acordo, será criada uma Comissão ad hoc Extraordinária da Comissão Mista, integrada por representantes dos Ministérios da Educação e por juristas e técnicos de ambos os países, a qual deverá se reunir no prazo máximo de 45 dias após a assinatura e aceitação de ambos os países dessa Nota” (CRO AGORA, 02/1992).

Na data de 12 de maio de 1992, após negociações entre os dois Governos e entidades de classe - APMD e ABO-Seção Portugal -, enfim, foi baixada a Portaria nº 180/12, pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Saúde Portugueses, nos seguintes termos:

“A prestação dos cuidados de saúde oral está nesse momento a cargo de três classes profissionais, de acordo com o grau de formação obtido: médicos estomatologistas, médicos dentistas e odontologistas.

“Ocorre que exerce atividade em Portugal um conjunto de cirurgiões-dentistas diplomados por escolas superiores brasileiras devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação do Brasil e registradas no Conselho Federal de Odontologia daquele país.

“As alterações ocorridas desde 1966 nos sistemas de ensino e na regulamentação profissional complementar de ambos os países tornam indispensável a revisão parcial do Acordo Cultural assinado por Portugal e Brasil em 1966, designadamente nos artigos XIII e XVI, no âmbito dos quais os profissionais acima referidos pretendem ver reconhecido o exercício de sua atividade profissional.

“A fim de não protelar mais a indefinição do regime legal aplicável a esses profissionais, a título rigorosamente excepcional e dados os laços históricos que unem os dois países:

“Manda o Governo, pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Saúde, o seguinte:

“1º - Os cirurgiões-dentistas diplomados por escolas superiores brasileiras reconhecidas pelo Ministério da Educação do Brasil, registradas no Conselho Federal de Odontologia e que constem da lista de profissionais pela Embaixada do Brasil até 15-11-91, ficam pela presente portaria habilitados a exercer legalmente a atividade de Odontologia em Portugal, nos termos previstos no artigo 4º da Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia aprovada pela Resolução 199, de 23-8-84, do Conselho Federal de Odontologia do Brasil, que constarão de despacho do Ministro da Saúde.

“2º - O título de cirurgião-dentista deve ser exibido no respectivo receituário, placas, cartões e outros modos de identificação, conjuntamente com o número do registro, organizado nos termos do número seguinte.

“3º - O Ministério da Saúde organizará o registro nacional dos cirurgiões-dentistas, previstos no nº1, do qual constará a identificação do local ou locais onde é exercida a atividade e emitirá aos interessados documento comprovativo do respectivo registro, que valerá como autorização do exercício profissional.

“Para efeitos do disposto no nº 1 e sem prejuízo do registro nacional previsto no número anterior, a lista dos cirurgiões-dentistas, devidamente confirmada pelo Conselho Federal de Odontologia, constará do despacho do Ministro da Saúde” (CRO AGORA, 10/1992).

De acordo com esta Portaria estavam aptos a exercerem sua profissão legalmente em território português um total de 413 cirurgiões-dentistas brasileiros, listados pela Embaixada do Brasil. Segundo o CFO, havia nesse período cerca de 800 cirurgiões-dentistas em Portugal.

“A embaixada fez um recenseamento, junto com a ABO, nós procuramos saber quem trabalhava e quem não trabalhava e identificamos 414 profissionais. Então, fez parte dessa portaria ministerial que foi publicada no diário da República, o Diário Oficial, dando direito a esses profissionais de trabalharem em Portugal com os mesmos direitos como se trabalhassem no Brasil, de acordo com a legislação do Conselho Federal de Odontologia; então, na teoria, seria como se estivesse, por exemplo, em Portugal com as condições legais como se estivéssemos no Brasil” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Apesar de um dos únicos progressos conseguidos nas negociações entre os dois governos ter sido a Portaria 180-A/92, que criou a profissão de cirurgião-dentista em Portugal, esta Portaria não foi devidamente normatizada pelo governo português. Por esta razão, em 16 de abril de 1993, a Associação Profissional dos Médicos dentistas (APMD) entrou com um processo pedindo a revogação desta portaria junto ao Supremo Tribunal Administrativo em Portugal.

Atualmente (abril de 1997), continua a discussão sobre a regulamentação profissional na área odontológica em Portugal. O Parlamento português tem a intenção de aprovar um Projeto de Lei onde os cirurgiões-dentistas brasileiros seriam colocados no mesmo patamar dos odontologistas (*práticos*) portugueses, que não têm formação de nível superior. Com isso, o exercício estaria limitado a simples obturações e limpeza dentária. Essa lei já foi aprovada em 1º turno (24/04/1997). O atual presidente da ABO-Seção Portugal, Flávio Portalet, diz que se não ficar claro que teremos os mesmos direitos dos dentistas portugueses, é melhor que sejamos retirados do projeto. Nesse caso, continuaríamos protegidos pela portaria ministerial. Ela não nos dá segurança porque não tem força de lei e pode ser derrubada. Mas é melhor do que nada” (FOLHA DE S. PAULO, 10/04/97).

Em contrapartida, no Brasil, já está sendo formulada uma Proposta de Emenda Constitucional visando suprimir da Constituição brasileira o parágrafo 1º do artigo 12 que dá aos portugueses direitos semelhantes aos dos brasileiros natos.

5 - Problemas Emergentes com a Migração de Profissionais

Desse cenário apresentado emergem várias questões. Uma delas é o próprio conflito de classes profissionais que reivindicam seu espaço no mercado, ao mesmo tempo em que discutem a qualificação dos profissionais. O próprio recente surgimento da APMD regulamentando a profissão em Portugal compõe-se, de outro lado, como um instrumento para processar os cirurgiões-dentistas por exercício ilegal da profissão.

Outra questão que se coloca é quanto à forma de reconhecimento dos diplomas dos cirurgiões-dentistas brasileiros. O curso de Odontologia em Portugal é recente, tem mais ou menos 15 anos. Lá, após inúmeras discussões diplomáticas, através de um Acordo bipartite criou-se (ou reconheceu-se) também a profissão de cirurgião-dentista em Portugal, em meados de 1991. Esta mudança na lei foi proposta a fim de se colocar fim às discussões entre as categorias de profissionais e aos problemas diplomáticos delas decorrentes, regularizando a situação dos cirurgiões-dentistas que exerciam sua profissão em Portugal até a data de 15 de dezembro de 1991. Um total de 413 profissionais brasileiros estariam se beneficiando com esta medida. A situação dos imigrantes que lá se estabeleceram após esta data seria estudada perante um novo Acordo a ser estabelecido entre os dois países.

Contudo, como nesse país a formação universitária é a de médico dentista, pode-se dizer que o reconhecimento da profissão de cirurgião-dentista propicia a delimitação de um gueto profissional. Logo, pela denominação, sabe-se que se tratam de brasileiros. Diante de alguns meios de comunicação e também de toda confusão, com os profissionais nativos procurando mostrar a não-qualificação dos brasileiros, isso poderia acarretar numa marginalização mascarada dos mesmos, ou mesmo a formação de guetos profissionais.

Por outro lado, esta forma de identificação também poderia beneficiar os cirurgiões-dentistas, no que tange à qualidade técnica, junto à população portuguesa:

"Não sou brasileiro de nascimento, mas sou cada vez mais pelo coração e por isso posso ser suspeito. Embora sabendo que há interesses em jogo e como em tudo há de bom e menos bom, parece-me pelos sinais (e pela experiência) que os dentistas brasileiros fizeram uma revolução no 'mundo dos dentes'. A 'minha' dentista é uma jovem *médica* brasileira e, pela primeira vez, venci os traumas que dentistas portugueses me iam alimentando. Além disso, e passando já a outro assunto, se os tempos (e os meios técnicos) actuais são de mundialização, que por sinal os portugueses iniciaram com a 'aventura (e o espaço) de 1500', por que agora são eles a 'fechar' quando tudo aponta para abrir? Como cidadão português, protesto sem deixar de ser, cada vez mais, cidadão do mundo" (A. F. - português - SABIÁ, 07/1993).

Além disso, o que se coloca em discussão não é só o reconhecimento dos direitos desses profissionais pelas autoridades portuguesas, mas o fato de que a livre passagem entre os profissionais europeus também é uma questão complicada para a CEE. Os próprios médico dentistas portugueses teriam dificuldade para estabelecerem-se em outros países da Comunidade, dada a diversidade de formação dos profissionais nesse horizonte geográfico. A globalização, mas também a formação de blocos econômicos coloca em questão a validade e temporalidade dos Acordos internacionais.

O problema criado pelos portugueses não é só de reserva de mercado, mas coloca em questão o nível técnico-científico da educação e dos cursos ministrados no Brasil, reconhecidos mundialmente. Sendo assim, questiona também o modelo de formação americano, o belga, e mesmo de outros parceiros seus na Comunidade Européia.

Essa migração, por sua vez, colocou também em questão o mercado de trabalho brasileiro, que apresenta má distribuição de seus profissionais e a não existência de políticas para melhor inserir esta mão-de-obra especializada em seu

contexto. Isso fica claro quando observa-se que mais da metade dos cirurgiões-dentistas em Portugal são provenientes do estado de São Paulo.

O tratamento aferido aos cidadãos brasileiros em Portugal leva a que algumas pessoas, numa atitude de igual xenofobia, pensem em rever também o tratamento dado aos profissionais portugueses que residem em terras brasileiras, o que não resolveria o problema humano da possibilidade de buscar em outras terras uma chance de viver melhor.

Não se deve esquecer que essa reação da Nação Portuguesa pode também ser reflexo de seu processo de integração à Comunidade Econômica Européia.

V - COMO TUDO COMEÇOU E QUE RUMO TOMOU

1 - Fatores Desencadeadores da Imigração dos Cirurgiões-Dentistas Brasileiros para Portugal

Torna-se importante observar os fatos que desencadearam este “status quo” do mercado de trabalho português, a fim de se compreender melhor por que ele se tornou tão atrativo aos brasileiros, em especial à categoria dos cirurgiões-dentistas.

Como primeiro aspecto, destaca-se o fato de que, no início dos anos 80, a Associação Portuguesa de Odontologia, com o apoio do Sindicato Nacional e do Comitê Nacional para a Representação de Portugal na Federação Dentária Internacional, através de seu representante, Dr. Braga Moreira, divulgava dados sobre a posição do mercado de trabalho português nesta mesma área. De acordo com as exigências da OMS, como já colocado em passagem anterior, naquele momento Portugal apresentava ainda demanda por profissionais na área odontológica, como lê-se na manchete do jornal “A Tribuna” em 23 de maio de 1980: *“Um dentista para cada dez mil portugueses”*.

Como já descrito anteriormente, a faculdade de Medicina Dentária em Portugal é recente, data de 1977. Até este período, profissionais como médicos, estomatologistas e também os práticos (que possuíam licença do governo para exercer tal função) eram os responsáveis pela saúde bucal do português. Neste período, o governo português já vinha legalizando outros práticos, a fim de minimizar os problemas no setor. Neste ínterim, a Ordem dos Médicos entrava em atrito com o governo quanto à possibilidade deste legalizar mais *odontologistas* (que de certa forma são *práticos*, ou seja, sem habilitação acadêmica), chamando a isto de “atentado à saúde pública”. Afirmava-se que mais de 900 indivíduos, naquela época, atuavam como odontologistas ainda ilegalmente.

Assim, um outro aspecto, e talvez o principal estimulador da migração de profissionais da área odontológica, é o fato de Portugal não ter regulamentado o mercado profissional da saúde bucal, possibilitando que uma série de “profissionais” venham a estabelecer-se e competir nesta área.

O jornal *O Correio da Manhã*, em 18 de setembro de 1982, publicava o artigo “*Legalizar odontologistas sem necessárias habilitações é porque o crime compensa*”, onde se coloca o problema de que entre 1976 e 1977 (quando da abertura dos cursos oficiais de Medicina Dentária em Portugal) “houve a tentativa de regularizar a situação dos odontologistas através de um curso acelerado em que se inscreveram 1200 ‘dos quais 43 por cento tinham a quarta classe (nossa 4ª série primária) e só 10 por cento o sétimo ano do liceu (que corresponde à 7ª série no Brasil)’ (CORREIO DA MANHÃ, 18/09/1982).

Simões dos Santos, diretor da Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa (ESMDL), diz que muitos *práticos* foram legalizados e abriram consultórios “dadas as circunstâncias, carências e brandura de costumes” em Portugal. Muitos desses *práticos* freqüentaram cursos de reciclagem²⁷ para prestarem um exame que possibilitava a sua legalização por parte do Ministério de Assuntos Sociais (MAS).

O MAS afirmava que após 1977 estariam encerradas as legalizações destes profissionais, mas o assunto voltou à tona no início dos anos 80 com o “processo dos 20”, que visava legalizar mais 20 *práticos* que não haviam sido beneficiados em 77 por não possuírem a idade mínima exigida. Foi neste momento que as discussões por parte das entidades envolvidas recomeçaram.

O diretor da ESMDL, Simões Santos, representando a instituição, combatia energeticamente esta legalização em entrevista ao jornal *Tempo* de 14 de outubro de 1982: “Se fosse a 100 anos, OK! Mas hoje? Podemos considerar o fato como perversão social! Não podemos entender esta posição por parte dos ministros. Perdeu-se a noção de competência profissional”. E, mais à frente, colocava o dilema:

²⁷ Cursos abreviados, com 200 horas teóricas. Os candidatos deveriam ter, no mínimo, 26 anos e cinco de experiência, mesmo ilegal.

“Compete ao governo dizer se quer escolas de Medicina Dentária ou faculdades de Odontologia. Os meus alunos que freqüentam durante seis anos esta escola interrogam-se se não será mais fácil, económico e rápido comprar equipamento dentário, montar logo consultório e depois pedir à Secretaria de Estado da Saúde a carteira profissional”.

De fato, em Portugal, a questão de quem é responsável pela saúde bucal era e é um tanto nebulosa. Neste período começou a surgir também neste cenário dentistas portugueses que haviam adquirido habilitação em escolas estrangeiras²⁸, outros sem cursos completos e muitos casos de diplomas falsos de escolas estrangeiras. O jornal *Correio da Manhã* de 06 de julho de 1986, com a manchete: “*Portugal necessita 3800 dentistas*”, mostrava o quadro dos profissionais da área odontológica em seu país: naquele momento haviam 1300 praticantes dentários, sendo 600 médicos estomatologistas, 240 médicos dentistas e 460 odontologistas, num país com clara carência social de cuidados com a saúde: “Um estudo divulgado pela Cooperativa de Ensino Superior e Universitário (CESPU) refere que o sal no nosso País não é devidamente tratado nem a nossa água é fluoretada (...), para se falar apenas de aspectos com influência directa no índice cariogénico nacional”. Além disso, a distribuição desses profissionais pelo território português é muito desigual, como no Brasil. O mesmo CESPU informava que seriam necessários vinte anos para se observarem resultados significativos nesta área, quando Portugal deveria ter 5100 profissionais dentários e, assim, estar no nível da CEE.

O jornal *O Correio da Manhã*, em sua edição de 05 de janeiro de 1987, trazia os seguintes dados fornecidos pelo CESPU, mostrando o quadro odontológico de seu país, tanto no nível da distribuição interna de seus profissionais quanto no de sua posição entre os membros da CEE:

²⁸ Estes cursos muitas vezes são destacados dos cursos de Medicina, como no Brasil.

Tabela 1

RELAÇÃO DENTISTA/ N.º DE HABITANTES EM PORTUGAL			
Aveiro	1/17.800	Leiria	1/11.100
Beja	1/12.960	Lisboa	1/ 4.450
Braga	1/30.303	Portalegre	1/14.250
Bragança	1/31.250	Porto	1/10.350
Castelo Branco	1/22.780	Santarém	1/13.000
Coimbra	1/ 6.700	Setúbal	1/ 8.970
Évora	1/11.980	Viana do Castelo	1/13.120
Faro	1/ 8.400	Vila Real	1/21.925
Guarda	1/15.450	Viseu	1/18.180

Fonte: Jornal *Correio da Manhã* de 05 de janeiro de 1987.

Tabela 2

RELAÇÃO DENTISTA/ N.º DE HABITANTES NA CEE			
Alemanha	1/1.690	Holanda	1/2.000
Bélgica	1/1.700	Irlanda	1/3.250
Dinamarca	1/1.030	Itália	1/1.750
Espanha	1/8.460	Luxemburgo	1/2.600
França	1/1.600	Reino Unido	1/2.750
Grécia	1/1.190	Portugal	1/7.850

Fonte: Jornal *Correio da Manhã* de 05 de janeiro de 1987.

Mesmo após quase 10 anos do surgimento das Escolas de Medicina Dentária em Portugal e da legalização de tantos outros profissionais para o trato bucal, o país ainda apresentava demanda neste setor do mercado de trabalho. Apesar da razão profissional/população ter diminuído do começo da década de um profissional para cada 10 mil habitantes para, em 1986, um dentista para cada 7.850 portugueses, esse número ainda era insuficiente, considerando que a OMS estabelecia, na época, como relação ideal um dentista para cada 2.000 habitantes.

Por essa razão, mais tarde, na segunda metade da década de 80, vieram juntar-se a este “balaio de gatos” os cirurgiões dentistas brasileiros.

Em fins da década de 80 e início dos anos 90, alguns cirurgiões-dentistas brasileiros voltaram os olhos para o mercado português. Afinal de contas, tanta demanda por profissionais em terras lusitanas, uma diversidade de profissionais podendo atuar no trato da saúde bucal desta população, a crise econômica no Brasil, a experiência positiva dos primeiros dentistas brasileiros que para lá foram e alcançaram um bom patamar econômico: só podia parecer o “paraíso”, senão fiscal, pelo menos em termos de trabalho. A fase mais aguda da imigração dos cirurgiões-dentistas brasileiros para Portugal coincide com o auge da crise econômica no Brasil, entre 1988 e 1991.

“Eu nunca pensei em sair do Brasil, dois fatores contribuíram para que houvesse essa vinda. Uma foi uma entrevista, na Revista Gaúcha de Odontologia - RGO -, que todo profissional do Brasil recebe, com um colega que é M. V., de Campinas, onde ele dizia que tava numa vida boa pra caramba, ganhava 10 mil dólares ou 8 mil dólares, e contava maravilhas daqui, logo depois a TV Globo fez uma reportagem também, mostrando com um toque muito positivo que os brasileiros eram bem recebidos pela população, ganhavam muito bem, viviam muito bem, quer dizer, isso fez com que 80% ou 90% dos profissionais que estão aqui decidissem vir, isso eu não tenho dúvida” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Em março de 1988, a revista *Veja* publicava a matéria “*Os brasileiros vão à luta: bye-bye, Brasil!*”, contando a experiência de tantos brasileiros que em meados de 1980 começaram a emigrar do Brasil para outros mercados de trabalho - muitos deles provinham de classe média e tinham algum tipo de especialização -, mostrando os novos “paraísos” econômicos do globo. Portugal foi um destes, uma verdadeira “mina de ouro” para os cirurgiões-dentistas, o que confirma a hipótese de que esta migração internacional recente segue o novo processo do capital.

“Imagine-se um país pouco menor que o Estado de Santa Catarina, com 92.000 quilômetros quadrados e uma população urbana equivalente à da cidade de São Paulo - 11 milhões de habitantes -, que deverá receber nos próximos cinco anos o equivalente a 3,6 bilhões de dólares (metade a fundo perdido) para modernizar sua indústria, agricultura e formar mão-de-obra qualificada. Para cada dólar fornecido pelo Mercado Comum Europeu, Portugal deverá entrar com pelo menos meio dólar de recursos próprios” (VEJA, 16/03/1988).

A mesma revista, em 1993, mostrava nas matérias “*A Europa descobriu Portugal*” e “*O sonho lusitano*” toda a modernização pela qual passava o país com os investimentos da CEE, ao mesmo tempo em que mostrava empresários brasileiros investindo em terras lusitanas, mas também as barreiras que aquele país começava a impor à imigração, principalmente de desqualificados.

“A instabilidade econômica do Brasil me levava a agir como comerciante com meus clientes, negociando os preços mês a mês. Em Portugal encontrei as condições necessárias para fazer um trabalho tranquilo, sem me preocupar com a sobrevivência da família” (Hiram Trindade - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal - VEJA, 21/04/1993).

Por esta razão, torna-se importante verificar as estratégias utilizadas por estes migrantes para imporem-se neste mercado de trabalho, para alcançarem o reconhecimento de seus diplomas e a confiança de seus clientes. Estratégias que vão desde a entrada como turista no país, a possibilidade de conquista de um visto de residência, até o reconhecimento de sua qualificação pela opinião pública portuguesa e mobilização de órgãos dos dois governos para a solução de sua situação em Portugal.

2 - Regulamentação Profissional e Burocracia

A partir do momento em que se torna visível a presença dos cirurgiões-dentistas brasileiros em Portugal a preocupação dos médicos dentistas portugueses deixa de ser a de combater a legalização de seus patrícios *práticos*, para passar a contestar a presença dos profissionais brasileiros que ali vinham competir no mercado. Muitas são as alegações que esta categoria de profissionais, através de seu órgão representante, a APMD, fazem para reprimir a ação dos imigrantes da área bucal: formação deficitária, reserva de mercado, investimento nacional na educação e formação universitária de seus cidadãos, .

“É uma injustiça para os estudantes portugueses permitir que indivíduos com uma formação mais deficitária ombreiem com eles no mercado de trabalho, quando tão difícil lhes foi o acesso ao Ensino Superior português, que no caso presente até é o que mais custa ao País” (João Carvalho - presidente da Comissão Nacional dos Médicos Dentistas - CNMD - CORREIO DA MANHÃ, 08/05/1991).

“Houve muita confusão com o termo odontologia. No Brasil é usado este termo, também nos outros países da Europa há muitos que usam este termo para realmente diferenciar dos médicos. Eu acho que tem a sua lógica. Cá não se fez isso porque após o 25 de Abril organizaram técnicos de prótese que trabalhavam em parte dentária e na Medicina. Então se organizaram e tiveram de dar esse nome de odontologista para não se confundir conosco. Ficou: nós médicos dentistas e estes odontologistas [*práticos*]. Isso é que são, não têm curso superior. Organizaram só uma vez. É claro, depois houve essa confusão com o termo odontologia. Lá fora usava-se este termo e, realmente, nosso projeto para cá era também ter o curso de Odontologia, com 5 anos em vez de 6. Quer dizer: não haveria aquela sobrecarga de tempo em que teríamos de estudar a

Medicina geral toda, seriam só um ou dois anos e, depois, 4 específicos de Dentária, quer dizer, para não servir de nada para que o esforço? Anatomia, biologia, bioquímica, esta só estudávamos a cabeça. Mas, depois, o governo não aceitou e até se fez um curso particular em que fomos obrigados a fazer o curso de Medicina geral, os 3 anos. Então fizemos os 3 anos de Medicina geral e depois os 3 anos específicos e acho que tudo tem a sua lógica, porque em certas situações é importante relacionar com todas as circunstâncias” (C.S. - médico dentista português).

Entre as exigências que a classe dos médicos dentistas faz para possivelmente vir a aceitar algum cirurgião-dentista brasileiro em seus quadros está: complementarem, nas Faculdades de Medicina Dentária portuguesas, as habilitações que lhes “faltam”, pagar taxas de adesão, prestarem provas para comprovarem a qualificação.

“Teve momentos da negociação em que eles queriam que nós pagássemos um valor de 200 mil escudos para ter um dos nossos diplomas reconhecidos, ou seja, flexibilizaram, mas nós não estamos dispostos a pagar um preço, que não o preço legal. Há uma estimativa que há de 40 a 50 profissionais inscritos na APMD. E, quando em 90, nos pediram análise curricular, reconhecimento de diplomas nas faculdades, nós mostramos que aquilo era uma farsa, nós juntamos num processo quatro pessoas formadas na mesma faculdade, com o mesmo currículo, em que a uma foi conseguido o título, a outra pediram determinadas provas, a outra outras provas, em diferentes disciplinas” (C. S. - presidente da ABO- Seção Portugal - entrevista coletiva, 22/11/1996).

“Dei entrada na documentação pra conseguir equivalência e voltei pro Brasil. Quando eu voltei alguns meses depois recebi a resposta da Universidade dizendo que eu tinha que prestar oito cadeiras, entre as quais ortodontia, que é a minha especialidade. Ou seja,

fazer prova pra ganhar equivalência como médico dentista. Isso é um processo meio complicado em relação ao dentista brasileiro. Existe um Acordo Cultural, existia, não existe mais, pois foi feita uma revisão desse acordo, que prevê que o que vale aqui, o que é feito aqui, vale lá, aquele que faz Medicina aqui vale lá e vice-versa, só que ninguém respeita, principalmente no mercado do dentista, nem aqui nem lá, e outras áreas também. O Brasil também não respeita o português que vai com o diploma, porque eu sei de casos de pessoas que foram lá, pra tentar a equivalência, e não conseguiram uma equivalência automática” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

“Como havia o acordo em relação ao Brasil, foi mais fácil a integração de brasileiros, mas para os que se legalizaram também se fez uma situação que eu acho um bocado errônea, que foi obrigá-los a fazer muitos exames. É lógico, também teriam que ter o curso, mas se eu quiser ir para a Suíça com certeza vão me obrigar a tirar certas cadeiras porque não há uma equivalência total de país para país. Quer dizer, em relação à maior parte da Europa, sim. Eu dei o caso da Suíça por não ser da CEE. Se eles virem o meu currículo e virem as cadeiras que eu tirei, qualquer país da CEE é capaz de me aceitar. Basicamente as orientações foram no geral, em relação à Europa. Foram todas feitas, cada curso tem a abrangência em cada país da CEE Se eu quisesse tirar pós-graduação em Espanha, à vontade, era só mostrar as cadeiras que eu fiz” (C.S. - médico dentista português).

Em torno de 50 cirurgiões-dentistas brasileiros submeteram-se a provas de proficiência em determinadas disciplinas ou então “completaram” o curso nas faculdades de Medicina Dentária portuguesas, ou seja, menos de 10% dos residentes em Portugal - que estima-se serem em torno de 600 a 800. Estes estão inscritos na entidade de classe portuguesa.

“Eu preferi, por questão burocrática, fazer estas provas. Isto não me incomodou, não me acrescentou nada em termos de conhecimento, ter que ir lá, fazer prova, ouvir ‘baboseira’ de professor, mas entra aqui e sai aqui, se você vai absorver tudo aquilo que as pessoas dizem, você fica maluco; mas eu fui lá, fiz as provas e hoje eu me sinto até aliviado pelo fato de que burocraticamente eu me encontro numa situação melhor, hoje eu tenho mais facilidade até de circular, até em outro meio porque agora eles pensam assim: ‘Bom, agora você é um dos nossos!’” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

Esta é mais uma das questões desta discussão: aos cirurgiões-dentistas brasileiros interessa estar inscritos na entidade de seus iguais portugueses, pois isto significa ter possibilidade de utilizar-se dos selos que permitem receitarem os medicamentos necessários ao tratamento bucal. Porém não interessa aos brasileiros cursar outras disciplinas em faculdades portuguesas, quando já se entende que sua formação acadêmica é o suficiente para tal responsabilidade.

“Por conta dessa legalização, desta portaria, isso me restringe a Portugal. Esta portaria não serve, não a nível de Comunidade Européia. E como, pra efeitos burocráticos, eu tinha idéia de fazer uma equivalência como um dentista português, eu fui e fiz as provas e passei em todas, pedi dispensa de Ortodontia, porque tinha mestrado, e o resto eu fiz e passei, de maneira que hoje eu estou legalizado na mesma posição que um dentista português, também tenho a legalização do dentista brasileiro. Eu procurei fazer isso pra ninguém falar absolutamente nada, lógico que tem gente que me critica porque eu fui me submeter a fazer as provas. Eu nunca tive medo de estudar, isto não é problema pra mim. Eu já me sinto aliviado porque burocraticamente as portas se abrem” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

“Eles [cirurgiões-dentistas brasileiros] estão habilitados profissionalmente e não conseguem ter a sua situação regularizada por manobras, respostas vagas e atitudes infundadas por parte de seus colegas portugueses. Essa reação da classe médica é corporativista e se evidencia não tanto pela questão jurídica, mas pelas circunstâncias de mercado” (Luiz Fernando Lampreia - embaixador do Brasil em Portugal - O GLOBO, 23/06/1991).

O fato de não estarem inscritos na Associação Portuguesa de Médicos Dentistas (APMD) ou outra associação legal de profissionais, neste caso, foi empecilho para muitos não conseguirem regularizar sua situação de residência no país, pois esta era uma das exigências do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que emite os certificados de residência. Para inscrever-se na entidade competente é necessário pedir também a equivalência de diplomas a uma das faculdades de Medicina Dentária portuguesas, o que tem se mostrado um processo demorado para quem o iniciou, permanecendo, durante este período, na ilegalidade. Antigamente os profissionais da área bucal deviam estar inscritos na Ordem dos Médicos. Atualmente, há a dissociação entre as classes profissionais, com isso, os médicos dentistas devem estar inscritos em seu órgão de classe.

Ao tomar-se como referência profissionais de outras áreas, evidencia-se o corporativismo com que vem sendo tratada a questão. A Ordem dos Advogados de Portugal, por exemplo, reconhece os títulos das universidades brasileiras, apesar de haver grandes diferenças curriculares com os cursos ministrados pelas universidades portuguesas, sem exigir qualquer adaptação ou complementação dos advogados brasileiros e, a recíproca é verdadeira, o mesmo acontece entre os publicitários. Por esta mesma razão, explica o Dr. Joaquim Loureiro, advogado brasileiro residente em Portugal:

“Dentro do ordenamento jurídico do Brasil há um curso universitário e um título referentes à Medicina Dentária que, por força do mesmo Acordo Cultural, teriam de ser reconhecidos

automaticamente pelas autoridades portuguesas, o que não acontece” (OPINIÃO PÚBLICA, 10/1991)

“O português vai pra qualquer canto do mundo, vai pra França, pra Suíça, Itália, se sujeita a trabalhar, fazer uma mão-de-obra não qualificada, e vai lá trabalhar. Tá trabalhando na Suíça, na França e lá ele se atira e faz qualquer negócio. Portugal é um país de emigração, não está acostumado a receber, ainda mais uma migração de mão de obra especializada. Nós viemos competir com a elite. Se vem um cara lá de Cabo Verde, se vem de Angola, um pretinho que vem trabalhar na construção pesada, eles não ligam; o que aconteceu? Nós viemos competir com a elite de uma classe social e isso incomodou muito, então é por isso que, eu acho, começou a haver uma certa perseguição” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

Ao mesmo tempo, lembre-se que, passados mais de dez anos da criação das faculdades de Medicina Dentária em Portugal, o exercício da profissão ainda não estava regulamentado. Este é um dos pontos-chaves da imigração dos cirurgiões-dentistas brasileiros para Portugal: um mercado que demandava por profissionais desta área e que ao mesmo tempo permitia que “qualquer profissional” ali trabalhasse. Por conseguinte, quando esta briga se acirrou, os médicos dentistas portugueses, ainda não regulamentados, criticavam a vinda de profissionais da área de saúde bucal, regulamentados em seus países de origem, para um mercado que ainda não definiu as regras de atuação sequer de seus nacionais.

“O problema mais grave com que os médicos dentistas se defrontam é o facto de, 13 anos depois da criação das faculdades, não haver ainda legislação que regule o exercício da profissão” (SEMANÁRIO, 11/05/1991).

Observe-se também que não há apenas cirurgiões-dentistas brasileiros atuando em Portugal. Profissionais com formação semelhante à dos brasileiros, porém

em número menor no mercado, também se encontram, mesmo que numa disputa menos acirrada, trabalhando em Portugal. Não se pode descartar que na maior parte das vezes a presença destes profissionais trouxe novidade e qualidade a alguns setores do mercado português. Este é o caso das propagandas, publicações e também de programas de televisão em Portugal. Diariamente vão ao ar oito telenovelas brasileiras e o programa *Você Decide*; além da rádio Cidade, que tem uma espécie de filial em Lisboa, líder de audiência com 25 pontos na pesquisa de audiência de Portugal, e que tem uma programação e vinhetas iguais à da matriz brasileira.

Por conta da presença destes profissionais em Portugal, o país recebeu, pelo trabalho do publicitário brasileiro Luis Cristelo, que lá trabalha, o primeiro Leão de Ouro, prêmio do Festival Publicitário de Cannes. Assim, segundo palavras do presidente do Clube de Criação de Portugal, José Campos, a história da publicidade neste país se divide em antes e depois dos brasileiros.

“Existem por lá [Portugal] 140 publicitários brasileiros, todos empregados e filiados ao Clube de Criação de Portugal, a associação que organiza os profissionais de publicidade e propaganda” (VEJA, 21/04/1993).

Em agosto de 1991, finalmente, foi criada a Associação Portuguesa de Médicos Dentistas (APMD), regulamentando a profissão no país e, assim, tornando “legalmente” ilegal a atuação dos dentistas brasileiros. No mês de novembro do mesmo ano, um grupo de deputados federais²⁹ brasileiros visitou Portugal, representando a Subcomissão Permanente para Assuntos Luso-Brasileiros.

“Assim que me formei, casei e vim trabalhar para Portugal, para uma das maiores clínicas médico-dentárias do país, localizada na capital do Minho. Os meus colegas e o meu patrão, todos médicos dentistas, nunca me discriminaram; pelo contrário, muitas vezes discutíamos entre nós os casos de diagnósticos e tratamentos mais

²⁹ Entre eles pode-se citar o exemplar trabalho dos deputados Adilson Mota (PDS) que também é cirurgião-dentista, Diogo Nomura (PL), Djenal Gonçalves (PDS), José Lourenço (PL), de naturalidade portuguesa, e Edésio Frias (PDT).

difíceis. Passados três anos, a situação alterou-se com a criação da APMD, pois o medo de ser apanhado a trabalhar como ilegal no meu próprio país obrigou-me a fugir de uma das mais bonitas cidades que conheço, para arriscar a montar um consultório numa vila do Alto Douro, tendo para isso contraído uma série de dívidas, que estou tentando pagar agora” (A.M.S.C.L. - cirurgião-dentista português - PÚBLICO, 21/03/1992).

A presença e atuação de cirurgiões-dentistas brasileiros tomou vulto de escândalo e ilegalidade quando, a partir de denúncias anônimas, alguns cirurgiões-dentistas brasileiros, que trabalhavam na clínica dentária Medenta, em Vila Nova Famalicão, cujo dono era um médico odontologista, foram presos por exercício ilegal da profissão. Este episódio desencadeou uma avalanche de denúncias, artigos de jornais e o envolvimento mais efetivo de ambas as nações.

Em dezembro de 1991, veio ao Brasil um grupo de portugueses com o objetivo de discutir a questão dos cirurgiões-dentistas brasileiros em terras lusitanas e também conhecer as universidades brasileiras e os critérios de admissão aos cursos e diplomas.

O fato da APMD não permitir a inscrição dos cirurgiões-dentistas brasileiros em seus quadros a fim de regularizarem suas funções, colocando uma série de exigências, como mencionado anteriormente, gerou, por parte da ABO-Seção Portugal o encadeamento de um processo jurídico:

“Nós não podemos nos submeter à vontade de um grupo dirigente de uma associação profissional, quando existe toda uma legislação determinante que diz completamente o oposto. É por isso que nós estamos acionando esta associação de forma judicial, porque ela reiteradamente não tem conclusões com base nas leis portuguesas, ela tenta impor condições ilegais, condições que nós, por dignidade, cidadania e pela história secular da Odontologia, da Medicina brasileira, da Medicina Dentária no Brasil, pela qualidade da

formação brasileira e pela questão legal, nunca poderíamos aceitar. A Associação Pública viola a constituição e a lei, por não aplicar a lei do governo; pelo fato de a Constituição portuguesa fazer a internalização automática dos acordos internacionais, [o acordo] é superior à própria lei interna. Se for criada em Portugal uma lei que vá contra o acordo internacional, vale o acordo Curupi e a lavíla de leis. A nossa ação é contra a Associação Profissional, porque, em matéria de direito internacional, uma ação contra o Governo português deveria ser da iniciativa do Governo brasileiro e não da nossa” (C. S. - presidente da ABO-Seção Portugal - entrevista coletiva, 22/11/1996).

A classe dos cirurgiões-dentistas brasileiros em Portugal, por não poder inscrever-se na entidade de classe portuguesa e pela necessidade de uma instituição que arregimentasse os dentistas brasileiros em suas questões profissionais, abriu uma seção portuguesa da entidade de classe brasileira, a Associação Brasileira de Odontologia (ABO).

“Nós temos duas preocupações. Creio que as duas não sejam propriamente radicais. Uma é de que a opinião pública portuguesa tenha conhecimento correto da questão como um todo. Nos anos 90, sofriamos agressões nos jornais, de que éramos invasores, cinco mil, de que éramos bruxos, as mais variadas e criativas manchetes. Queremos mostrar isto à população portuguesa, que já nos reconhece. A segunda preocupação é que decidimos que vamos trabalhar diretamente com as nossas entidades de classe no Brasil, com as entidades multidisciplinares de classe no Brasil, que tem uma série de associações, além do Conselho Federal de Odontologia, de cunho científico, de cunho social, de cunho profissional, de cunho disciplinar; queremos envolver todas essas entidades, ABOS, CFOS, FMO, CNBL, CROS, CFO, todas as entidades para que junto ao Congresso Nacional, junto aos deputados federais se manifeste claramente e para que o Congresso Nacional, junto com essas

entidades, exija do governo brasileiro, a nível de Ministério das Relações Exteriores e a nível central, uma ação mais determinada, capaz de reconhecer este problema como um ato não resolvido há seis anos; uma ação que possa resolver a questão” (C. S. - presidente da ABO- Seção Portugal - entrevista coletiva, 22/11/1996).

3 - Acordos e Tratados em Questão

A migração dos cirurgiões-dentistas brasileiros para Portugal bem como a possibilidade de exercício profissional, entre outros fatores, baseou-se na existência de Acordos e Tratados entre os dois países que por anos vigoraram e neste momento colocam-se em questão. Como já citado anteriormente³⁰, o Acordo Cultural e o Tratado de Amizade e Consulta garantiam o reconhecimento de diplomas de cidadãos de ambos os países.

Atualmente - 1º semestre de 1997 - o caso dos dentistas brasileiros em Portugal ainda é nebuloso, no sentido de que num determinado momento chega-se a acordos que, no momento seguinte, perdem a validade. Em determinado momento desta história o governo português baixou uma Portaria (108/91) que legalizava alguns cirurgiões-dentistas brasileiros, na tentativa de colocar um ponto final nesta questão e, no momento seguinte, a APMD julga que esta Portaria não é justa e procura derrubá-la, entre outros tantos vaivéns na história dos imigrantes qualificados na terra da emigração.

O mesmo “ora válido, ora inválido” verifica-se quanto ao Acordo Cultural estabelecido entre Portugal e Brasil, assinado em 1966. O Acordo estabelece, como já colocado anteriormente³¹, que os dois países devem reconhecer os diplomas de cidadãos de ambas as Partes Contratantes.

³⁰ Ver capítulo IV, item 2.

³¹ Capítulo IV, item 2.

“Nós trabalhávamos amparados pelo Acordo Cultural. Não existia uma cédula profissional, uma inserção profissional, nós simplesmente tínhamos amparo legal no Acordo Cultural e trabalhávamos normalmente, entretanto, qualquer pessoa que quisesse ‘incomodar’ - aqui existe a figura da denúncia, em que você vai ao tribunal -, não precisa se identificar, e faz a denúncia. Então começaram os problemas e tudo o mais” (C. - Cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Por esta razão, as autoridades brasileiras, através do então ministro da Educação, José Goldemberg, ameaçam romper legalmente este Acordo que, por parte de Portugal, já está sendo desrespeitado quando se trata dos cirurgiões-dentistas brasileiros.

“Pelo tratado existente entre os dois países, um cidadão brasileiro pode exercer a sua profissão em Portugal. Se Portugal não concordar com isso, que denuncie o tratado, mas enquanto ele estiver em vigor, deve ser cumprido. (...) O Acordo Cultural Luso-Brasileiro valeu enquanto os portugueses foram para o Brasil exercer as suas profissões e, agora que chegou a nossa vez, não vale mais” (José Goldemberg - ministro da Educação do Brasil - JORNAL DE NOTÍCIAS, 05/02/1992).

Como prova disso, pode-se dizer que o Brasil acolheu imigrantes portugueses e suas famílias por muitos séculos; o fluxo de portugueses para o Brasil continuou até a recente década de 70, garantindo direitos de igualdade a seus cidadãos firmados legalmente pelo acordo Luso-Brasileiro de 1966.

“Sou português, nascido em Lisboa e formado como cirurgião-dentista no Brasil, para onde fui com meus pais e irmão em 1975, devido à instabilidade política e econômica que existia em Portugal naquela altura. Fui acolhido maravilhosamente naquelas terras

estrangeiras, onde fiz amigos para toda a vida, incluindo a minha mulher, paulista de nascimento. Nunca naquele país sofri qualquer tipo de discriminação, nem fui considerado cidadão de segunda categoria ou inferior; pelo contrário, sempre fui tratado com respeito e admiração, tanto no colégio como na faculdade, onde era considerado um bom aluno. (...) Apesar do que se passa em Portugal em relação aos dentistas brasileiros, os portugueses que estão no Brasil, entre os quais meus pais e irmãos, não estão a ser maltratados pelo que se passa aqui; talvez questionados, mas nunca em tempo algum maltratados” (A.M.S.C.L. - cirurgião-dentista português - PÚBLICO, 21/03/1992).

Se não houve o rompimento definitivo do tratado, foram propostas alterações, ou melhor, atualizações deste, segundo o momento econômico, político e cultural pelo qual passam estes países, revisando-o de acordo com suas realidades atuais.

“Vieram para cá o Deputado Ulisses Guimarães, que era o presidente da comissão de relações exteriores da Câmara, e até uma delegação de deputados para constatar in loco a situação de desrespeito a um acordo estabelecido entre Brasil e Portugal. Essa comissão veio e aprontou um barulho aqui, falaram firme e forte. E a imprensa portuguesa interpretou aquilo como sendo uma tentativa de ingerência, uma coisa muito agressiva, mas eles vieram sentindo as nossas angústias. Nós tínhamos denúncias a toda hora, eu fui ao tribunal 3 ou 4 vezes, eu fui à delegacia 2 ou 3 vezes, por denúncias anônimas, houve processos contra colegas nossos, condenações a prisão, ninguém foi preso porque todos eram réus primários, mas houve 5 condenações a prisão” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

O governo português, na tentativa de minimizar a polêmica diplomática causada por esta questão, propõe que o reconhecimento dos diplomas

brasileiros em Portugal ficaria transferido para as entidades de classe portuguesas. No tratado está estabelecido apenas que os dois governos devem adotar medidas legais e administrativas para cumpri-lo.

Propôs-se também, pelo governo português, a fixação de regras para a equivalência de cursos ou mesmo para aqueles que quisessem transferir-se para cursos no país amigo.

VI- TRAJETÓRIAS DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS BRASILEIROS ENTREVISTADOS EM PORTUGAL

Na segunda viagem a Portugal, durante o período de 21 de novembro a 03 de dezembro de 1996, foram entrevistados 13 cirurgiões-dentistas brasileiros que lá residem, um médico dentista português e um protético brasileiro. Do total dos entrevistados, oito são do sexo masculino e cinco do sexo feminino, com idade entre 26 e 44 anos. Optou-se, como já disse anteriormente, por entrevistas qualitativas, pois considera-se que, neste caso, seria mais rica a coleta de informações sobre esta migração, as expectativas, experiências e projetos de vida de cada um destes sujeitos.

1- Circunstâncias da Migração

Entre os entrevistados, a maior parte (46%) veio da região sul do Brasil, conforme pode-se ver pelos dados da Tabela 3. Todos exerceram a profissão no Brasil, mas resolveram emigrar, no limite, para arriscar uma nova oportunidade. Quanto ao mercado de trabalho do país de origem, o Brasil, alguns dos entrevistados colocam as dificuldades como a saturação do mercado e o alto preço para manter um consultório próprio, consequência da crise econômica pela qual passava o país na época em que muitos emigraram. Outros apontam para a alta inflação, que trazia certa instabilidade a seus orçamentos, como também o crescente índice de violência nas grandes cidades.

“Eu tinha que sair, tava um mercado muito saturado, além disso estava com alguns problemas particulares (...), já estava cansado daquele sistema econômico, daquela década perdida. Aqui fiz, em três anos e meio, muito mais do que eu fiz lá em dez. (...) Foi uma série de fatores que me fizeram ir embora” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

“Em termos de Brasil, o problema é grana, porque em termos profissionais aqui a gente não faz tanto. Mas o pessoal [em Portugal] era super atrasado, principalmente onde eu moro, no norte de Portugal, quase divisa com Espanha. Aqui, você vê o retorno do dinheiro muito maior; então, você consegue fazer alguma coisa sua. Eu estive 10 anos no Brasil, não tava mal, mas pelo menos com 5 anos a gente faz muito mais. Eu morava não tinha - Minas Gerais não tem - mas *era mais retorno financeiro*. (...) Tem que ter algum retorno de alguma coisa. Aqui a gente viaja, passeia, conhece meia Europa. Trabalho sim, mas já conheço meio mundo” (M.G. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“O fator econômico não foi o mais importante pra mim, como foi pra maioria das pessoas. É que eu morava em Friburgo, interior do Estado do Rio de Janeiro. A violência começava a aumentar muito. Nós tivemos arrombamentos de casas e crimes, um crime atrás do outro, vivia numa eterna insegurança. E, dois meses antes de vir, quando eu já tinha recebido o convite, eu ia de casa para o consultório de manhã, um dia lindo e, por azar ou por coincidência, presenciei um crime bárbaro, um senhor que descarregou um revolver na cabeça do outro. Foi a gota d’água, parece que foi um sinal: tá na hora de sair, eu não quero mais conviver com essa situação. Esse foi um fator. E o outro fator é o econômico, não em termos de receita. Eu não nasci para ser comerciante, então, aquela história de no final do mês, no Brasil, quando você vai no dentista fazer um orçamento, ao final de cada mês você tem que reajustar aquilo por dólar, pôr a inflação, isso pra mim é uma agressão. Eu tinha prejuízo lá, porque eu não tinha coragem de chegar pro paciente e falar assim: ‘Olha, vamos alterar isso aqui, vamos reajustar com a inflação’. Quer dizer, esse comércio pra mim era uma coisa que me agredia muito, eu não nasci para ser comerciante, eu nasci pra tratar de saúde, não do comércio. Uma série de

coisinhas, que foram se somando e que me trouxeram para cá, me empurraram para cá” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Note-se, pela tabela 3, que a maioria destes profissionais (54%) formou-se em universidades públicas, onde o custo da formação é alto, e é responsabilidade dos governos, sejam estadual ou federal. Além disso, a maior parte destes cirurgiões-dentistas possui formação além da graduação, ou seja, especialidades tais como: Ortodontia, Implantologia e Cirurgia Reconstructiva, Endodontia, Oclusão e ATM, Dentística, Traumatologia e Prótese Bucomaxilo-facial, entre outras. Estas especializações foram feitas em cursos de mestrado, doutorado ou pós-graduação, em universidades brasileiras ou estrangeiras - nos Estados Unidos e na França. Neste sentido, retoma-se a questão: estaria o Brasil com excesso de profissionais? Ou há uma má distribuição destes pelo território nacional? Quem ganha e quem perde com a saída de profissionais qualificados?

Tabela 3

Cirurgiões-Dentistas brasileiros residentes em Portugal segundo o Estado de origem, a instituição onde se formou e o tempo de exercício da profissão no Brasil.

Nome	Estado de origem no	Faculdade onde cursou a graduação	Ano em que se formou	Tempo de exercício da profissão no Brasil
F.	PR	Católica do Paraná	1980	7 anos
R.	PB	Univ. Fed. da Paraíba	1984	4 anos
C.A.	PR	Univ. Fed. do Paraná	1987	3 anos
W.	SC	Univ. Fed. de Florianópolis	1994	1 ano
A.	RS	Univ. Fed. de Pelotas	1992	6 meses
C.C.	PR	Univ. Fed. do Paraná	1976	9 anos
H.F.	RJ	Fac. de Odont. Nova Friburgo	1975	17 anos
C.P.	RJ	Fund.Cult.de Campos -RJ	1986	3 anos
M.G.	MG	Univ. Fed. de Belo Horizonte	1979	10 anos
M.T.	RJ	Fac. de Odont. Nova Friburgo	1986	4 anos
C.S.	RS	Univ. Fed. do Rio Gde do Sul	1988	1 ano e 3 meses
G.	PA	Univ. Fed. do Pará	1987	3 anos
A.D.	SP	Univ. do Oeste Paulista	1989	não exerceu

Fonte: Entrevistas qualitativas com cirurgiões-dentistas brasileiros em Portugal, novembro de 1996.

A migração destes cirurgiões-dentistas entrevistados deu-se entre 1987 e 1995, com maior ênfase entre 1988 e 1991 (77%) - período dos governos Sarney e Collor -, e com idade entre 25 e 30 anos para as mulheres e 24 e 39 anos para os homens (ver dados da Tabela 4), consideradas idades de maior atividade econômica.

Tabela 4
Cirurgiões-Dentistas brasileiros residentes em Portugal segundo o ano e a idade em que imigrou.

Nome	Em que ano veio para Portugal.	Idade em que migrou
F.	1987	32 anos
R.	1988	29 anos
C.A.	1990	27 anos
W.	1995	25 anos
A.	1993	24 anos
C.C.	1991	39 anos
H.F.	1988	36 anos
C.P.	1989	31 anos
M.G.	1991	30 anos
M.T	1991	28 anos
C.S.	1989	25 anos
G.	1990	29 anos
A.D.	1990	29 anos

Fonte: Entrevistas qualitativas com cirurgiões-dentistas brasileiros em Portugal, novembro de 1996.

Afinal, qual o caminho que fez com que estes profissionais procurassem Portugal e não outros países? Quais os motivos de Portugal ter-se transformado na “mina de ouro” para cirurgiões-dentistas brasileiros e tantos outros profissionais qualificados, como disse certa vez a revista *Veja* (21/04/1993)?

2 - Por que Portugal: redes migratórias e melhores condições de vida

Cem por cento dos entrevistados disse ter vindo a Portugal a convite de um amigo, conhecido ou parente. Há que se levar em conta que muitos migrantes estabelecem contato com outros possíveis migrantes, formando, de certa forma, redes migratórias. As redes de migrantes, ou seja, parentes ou amigos que, já tendo emigrado, convidam outros brasileiros a fazer a mesma experiência que para eles tem sido vantajosa é um importante fator na decisão de migrar.

“Um colega que estava aqui em Portugal estava de volta pro Brasil e fez um convite pra que eu viesse para cá. Eu sou uma pessoa muito ligada a desafios, sabe? E eu achava que era um desafio interessante, eu ia crescer profissionalmente, e também a minha família, íamos ter uma experiência diferente” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Havia um amigo que estudou comigo e estava aqui há um ano que me convidou. Fiz contato com ele, eu viria até a casa dele, conheceria o ambiente e depois decidiria e, assim, sem pensar muito, eu vim. Esse amigo morava em Lisboa, mas eu fui logo para o Porto, lá tinha outro amigo, também da faculdade” (C.S. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Para muitos destes imigrantes, chegar à terra hospedeira já tendo algum contato, alguém como referência, é um dos fatores que ajuda na escolha do destino da migração, seja como apoio, seja como forma de obter informações sobre o mercado, possibilidades de moradia, estabelecimento, etc. “Criam-se redes de comunicação; estabelecem-se circularidades; aprende-se que o mundo de hoje comporta um modo de vida diferente, em outro lugar, em busca de algo que não se tem ou da concretização de um plano de retorno com ‘pé de meia’ para realizar os sonhos aqui construídos” (PATARRA, 1996:111).

“Eu vim para ver meus parentes que eu tenho cá. Cheguei cá, um dos meus primos por acaso conhecia, do lado da casa dele, uma clínica, onde estavam precisando de um dentista. Eu fui lá, conversei com a senhora; e a senhora: ‘Quer trabalhar?’. Falei: ‘É claro!’. Vamos cá ver, não sei o quê, acabei ficando. (...) Eu já tinha praticamente uma clínica, estava no início de montar outra, pois já tinha o equipamento todo pronto. E estava no início da carreira também lá [Brasil], já tinha três anos de formado. Mas você sabe que no Brasil custa um bocado. Para você formar uma clientela é um bocado difícil, a concorrência é grande. Então, foi assim. Fiquei! E você sabe que agora vale a pena, não me arrependi” (C.P. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“O meu destino nunca foi Portugal. O motivo foi porque tenho dois primos que moram aqui. Conversando com eles por telefone, um deles disse: ‘Por que você não vem para cá?’. Eu cheguei aqui e encontrei um amigo que estava precisando de um dentista. Trabalhei dois meses para dar uma força para ele. E aí, foi uma coisa vindo atrás da outra” (A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Outro fator, de igual importância, como citado em capítulo anterior (V), é que os meios de comunicação foram um dos principais difusores da imagem de Portugal como um país que, entrando na CEE, e reestruturando-se para acompanhar o desenvolvimento dos países irmãos da Comunidade, tornava-se palco promissor para muitas carreiras profissionais.

“Surgiu uma possibilidade de ir para Londres, há cinco anos atrás, em novembro de 1991. Eu fui a Londres para passar uns dez dias e falei: vou até Lisboa pra ver como é que está essa história dos dentistas lá. Conhecia uma pessoa e entrei em contato com ela, resultado: em três dias eu encontrei um ortodontista que estava indo embora para os Estados Unidos mas não tinha a mesma formação que eu tinha e estava indo buscar mais conhecimento e não tinha

ninguém para substituí-lo, e ele falou: ‘Se você quiser, tem uma clientela tal’. Fizemos um acerto. Eu sei que em uma semana eu estava com a minha situação aqui arrumada.” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

A existência de acordos e tratados entre Brasil e Portugal, que supostamente garantiriam o exercício profissional, também tiveram peso na decisão de emigrar.

“Eu sabia que aqui estava aberto, que era um mercado promissor, que era fácil estabelecer-se, que havia o Acordo Cultural, nos Estados Unidos não tinha nada disso. Depois de receber o convite de um amigo, vim passear e não voltei mais” (C.S. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Fatores como a localização geográfica de Portugal, que facilita conhecer o restante da Europa, ou mesmo a facilidade da língua também foram citados, como mais um ponto a favor da emigração.

“Agora eu estou conhecendo bem a Europa. Sempre que posso vou conhecer outro país” (W. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“A gente resolveu optar por vir prá cá justamente pela facilidade que tem de conhecer outros lugares. Portugal é um país que está no meio do mundo. Pra ganhar dinheiro, pra viver, eu poderia ir pra qualquer outro lugar, mas aqui tem a facilidade da língua, embora eu fale inglês, francês e espanhol, tem a facilidade da língua, uma certa ligação cultural, embora eu ache que são duas culturas completamente diferentes, Brasil é uma coisa, Portugal é outra, apenas têm uma língua semelhante, e nossa língua lá é uma derivada daqui.” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

Não se deve esquecer que a possibilidade de ascensão econômica, de consumo também teve seu peso neste movimento.

“Aqui sempre foi melhor, quando a questão é padrão de vida, mas ainda é um país que tem muitos problemas mesmo dentro da área da saúde bucal. Lá [Brasil] eu não vou ter perspectiva de futuro tão próximo como aqui, de consumo. Aqui eu já tenho meu apartamento, um bom carro [BMW], e junto com meus irmãos já temos sete clínicas entre Lisboa, Alentejo e Interior de Portugal” (A.D. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Em alguns aspectos sim, financeiramente sim, estou melhor aqui [Portugal]” (F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Lá é uma concorrência muito maior. Só em Curitiba tem 3 faculdades” (C.A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

O fato de sair de seu país, arriscar a vida em outro lugar faz com que cada sujeito carregue uma série de expectativas, que para serem alcançadas ou mesmo transformadas deparam-se com dificuldades, delineando a experiência do imigrante, que muitas vezes escapa do projeto inicial que motivou a migração.

3 - Expectativas, Dificuldades e Experiências

As dificuldades apontadas por cada um deles são muitas e concomitantes: choque cultural, burocracia, problemas com os patrões. É muito expressiva a diversidade cultural, em termos de relacionamentos sociais, entre uma sociedade e outra, embora essa diversidade não impeça um bom relacionamento pessoal. Mesmo falando a mesma língua, e tendo laços históricos tão fortes, a maneira de relacionar-se de ambos os povos é diferente. O português, mais reservado, e o brasileiro, comunicativo, expansivo - há de se estranhar um pouco quando se adentra

outros costumes e outra cultura, e a isto muitos dos entrevistados se referem como sendo o choque cultural. Isto faz com que a maior parte dos imigrantes brasileiros relacionem-se entre si, o que está ligado, também, a um certo saudosismo do Brasil.

“O povo português e o povo brasileiro são muito diferentes, a maneira de estar na vida, a forma de interpretar a vida, o comportamento humano é muito diferente. Como, no princípio, eu vim a passeio, você fica aberto às coisas diferentes, não me amedrontava o fato de estar aqui, você tem que respeitar as diferenças, tem que compreender que você não está no seu país. Embora todos os vínculos históricos, a retórica toda que envolve os dois povos, você está num outro país. Você tem as facilidades da língua, de alguma identidade e você tem uma grande dificuldade com o Estado, com as leis, você é perseguido, prejudicado, não consegue seus documentos” (C.S. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“É muito difícil você fazer amizade com português aqui, mas a hora que você faz, ele é teu amigo até debaixo d'água e não vai nunca te passar a perna. Mas eu me relaciono mais com brasileiros, mas brasileiros que tão ligados ou casados com portuguesas, brasileiro que tem namorada portuguesa. Então eu procuro ter uns amigos portugueses, eu procuro sempre estar circulando no meio onde há também portugueses” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

“Eu tenho um namorado português. Eu me relaciono bem onde eu estou, eu sou convidada pra tudo, é igualzinho ao Brasil de antigamente, você entende? Senhor doutor, eles te chamam, senhora doutora. Então, as festas, tudo quanto é enterro, tudo quanto é batizado, tudo quanto é casamento, você é convidado. Em termos de relacionamento, eu me relaciono bem, só que a gente fica meio à parte, entende? Relaciona-se, mas o pessoal não se mistura muito, mas eu entendo, em termos de relacionamentos eu não tenho

problema, é bom. (...) É bom, mas é muito diferente da gente, em termos de falar, de conversar, de jeito de se viver, o pessoal aqui é bom, mas eles são muito fechados, muito tristes. Brasileiro é brasileiro, por isso de vez em quando larga-se o serviço para ir ao congresso, é pra se encontrar.” (M.G. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Alguns também colocam como dificuldade para inserir-se em outras terras, e também em Portugal, a imagem que muitas vezes os telejornais, jornais e revistas passam, noticiando somente os dramas da sociedade brasileira: violência, inflação, crise econômica, crise política, fome, não deixando espaço para mostrar um povo trabalhador, alegre, disponível, afetuoso, comunicativo, entre outras tantas qualidades.

“Acham que lá no Brasil há muito ladrão, e as pessoas ficam com medo. É que o português é muito direto. A propaganda do Brasil aqui é muito negativa” (R. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Eu não tenho muita dificuldade pra me adaptar. A gente estranha muito, o pessoal é muito fechado, mas isso é um comentário que se faz em Portugal inteiro. Uma certa rejeição, eu senti, no começo, não em nível generalizado, mas eu senti uma rejeição por conta de muita coisa que já tinha acontecido: muito brasileiro vem aqui dar golpe, há muita sacanagem aí no meio odontológico, e ninguém gosta de ser sacaneado. (...) Eu sempre fui muito bem recebido aqui, não tenho queixa nenhuma, agora a gente estranha culturalmente, porque também se eu vim pra cá não adianta eu ficar aqui pensando: ‘Ah! porque a caipirinha, porque a feijoada, porque a praia!’. Não dá, assim eu volto pra lá, aí não adianta ficar. Às vezes a pessoa tá aqui pensando lá, fica sofrendo a vida inteira” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

Quem migra com a família esbarra em dificuldades na forma de educar os filhos, de integrá-los aos novos costumes e valores, como também à nova linguagem da terra hospedeira.

“Foi difícil a adaptação, muito difícil, principalmente por causa dos filhos, porque o regime escolar aqui é muito diferente do regime escolar brasileiro, meus filhos vieram pra cá - eu tenho um menino que hoje está com 15 anos e duas meninas lindas com 14 anos - na época eles estavam numa fase de primário e o ensino no Brasil é um ensino muito carinhoso, muito atencioso e aqui é extremamente rigoroso, rigoroso no sentido do tratamento com as crianças. Lá os professores são tios, aqui os professores são chamados de senhor doutor, senhor professor. A média de idade dos professores portugueses é extremamente elevada, mesmo do ensino primário, são professores sem motivação. Então é uma diferença muito grande do ensino primário brasileiro do ensino primário português” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Outra dificuldade pela qual muitos passaram foi a de cunho burocrático, conseguir vistos de residência, equivalência de diplomas, entre outras coisas, mostrando ao imigrante que os deveres são mais fáceis de se conseguir do que os direitos no país hospedeiro.

“Quando eu vim para cá, eu vim imaginando que o Acordo Cultural funcionasse, então comecei a trabalhar nessa clínica, comecei a pagar meus impostos, e a contribuir para previdência social. Fiz entrega do meu currículo na faculdade portuguesa, pra que fizesse uma análise. Foi quando eu vi que a coisa não avançava e não havia uma garantia profissional, não tinha garantia profissional nenhuma, embora pagasse os impostos como dentista” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“A minha residência não saía, quando eu cheguei aqui, porque eu era dentista. Um amigo meu veio e, de 4 a 6 meses depois tava pronta, a minha demorou dois anos, tudo por ser dentista” (M.G. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Como decorrência disto, estes migrantes afirmam que a maioria de suas amizades são com outros brasileiros. Relacionam-se com portugueses, mas de forma um pouco mais restrita. As relações com os médicos dentistas limitam-se ao convívio profissional. Além disso, outras são as dificuldades apontadas:

“Conheço sim (médicos dentistas portugueses), inclusive eu estou trabalhando com um que descobri agora, faz cirurgia, é estomatologista, cirurgião plástico. Mas eu tenho amigos médicos dentistas também, não é aquela amizade, mas tem um relacionamento bem próximo” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

“Existe uma barreira, os colegas portugueses não se aproximam da gente e não deixam que a gente se aproxime também. Às vezes a gente tenta colocar uma brecha para tentar manter um diálogo respeitoso, e isso infelizmente não acontece. São brasileiros para lá e portugueses para cá. Não há mistura” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Atualmente, a maior parte destes brasileiros já tem seu próprio consultório, com exceção de um deles, que prefere não abrir seu próprio negócio, pois não deseja ter vínculos. Todos aqueles que chegaram a Portugal, antes da Portaria 180-A/92, de 11 de novembro de 1991, conseguiram ser legalizados. Houve também quem o tenha sido em 1994, em outras possibilidades extraordinárias de legalização (Tabela 5).

“Comecei numa clínica dentária de um cidadão português, onde estou até hoje, presto serviço lá alguns dias. Há três anos montei

uma clínica própria, trabalho nos dois lugares: na minha clínica e numa outra” (C. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Eu trabalhei nessa clínica por cinco anos e quando eu vi que os meus horizontes estavam muito apertados a nível econômico, eu e outro colega nos unimos e montamos uma clínica, nossa. Então, de três anos pra cá já temos uma clínica no Porto, graças a Deus, muito bem instalada, e profissionalmente temos avançado bastante. Não tenho dúvidas que aqui, profissionalmente e economicamente, avançamos mais rapidamente do que se estivéssemos no Brasil” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Tabela 5
Cirurgiões-Dentistas brasileiros residentes em Portugal segundo a condição do trabalho à época da entrevista.

Nome	Depois	Foi legalizado?	quando?
F.	montou consultório próprio	sim	1992
R.	montou consultório próprio	sim	1992
C.A.	montou consultório próprio	sim	1992
W.	montou consultório próprio	não	—
A.	trabalha para outros cirurgiões-dentistas brasileiros	sim	1994
C.C.	montou consultório próprio	sim	1992
H.F.	montou consultório próprio	sim	1992
C.P.	montou consultório próprio	sim	1992
M.G.	montou consultório próprio	sim	1992
M.T.	montou consultório próprio	sim	1992
C.S.	montou consultório próprio	sim	1992
G.	montou consultório próprio	sim	1992
A. D.	montou consultório próprio	sim	1992

Fonte: Entrevistas qualitativas com cirurgiões-dentistas brasileiros em Portugal, novembro de 1996.

Comparando-se as condições de vida em Portugal e no Brasil, as colocações são controversas, mas a maioria afirma estar melhor do que estava no

Brasil. Para a maior parte o aumento do poder aquisitivo e do poder de consumo é o elemento mais importante.

“Agora eu acho que está melhor. Não tenho dificuldades graças a Deus. Tenho uma clientela muito boa” (C.P. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Bom salário, aqui, não tem o mesmo peso do que no Brasil. Além do custo de vida aqui ser maior, o peso do Estado, dos impostos é muito elevado. Você ganha 5 mil lá e 5 mil aqui e não corresponde à mesma coisa” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Apesar de afirmarem estar economicamente melhor em Portugal, sempre fica uma certa saudade da terra mãe, que se expressa de muitas formas:

“No sentido financeiro, aqui (Portugal) é melhor. No sentido de se realizar profissionalmente, não, porque os pacientes não colaboram, não escovam os dentes. No sentido de vida, é ruim aqui” (W. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Aqui trabalha-se muito mais. No Brasil ganha-se menos mas vive-se melhor” (A.P. - protético brasileiro em Portugal).

“Eu acho que o mercado aqui é maior, tudo bem, mas não é tão fiel quanto no Brasil” (A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Apenas um dos entrevistados considera que, de certa forma, tomando-se como referência outros aspectos (trânsito, consumo), sua posição é a mesma do Brasil:

“Olha, a gente tem um padrão de vida, um bom padrão de vida. Eu tenho uma escala de valores diferente de boa parte das pessoas. Por exemplo: eu acho que boa parte das pessoas, dos dentistas que vêm

pra cá, são muito deslumbrados. Quem tem acesso a um consumo já sai comprando. A primeira coisa que eles compram é um BMW. Tem aí uma meia dúzia de dentistas brasileiros, cada um comprou de uma cor diferente, quer dizer, isso é ostentação num país pobre. Não é nem por isso, se na minha cabeça essa fosse uma coisa importante pra mim, eu já tinha comprado um Mercedes ou qualquer coisa assim, mas pra mim não, o meu carro não sei se tem algum parecido, meu carro é um Twingo que tá lá todo sujo, todo arranhado, porque pra mim carro não tem o menor valor, é um objeto extremamente poluente, chato, de stress. E por isso é que me mudei pra cá também, pro mesmo prédio (do consultório), eu moro aqui no décimo terceiro. Quanto à qualidade de vida, eu acho que tinha a mesma lá, agora aqui a gente é melhor remunerado. Lá a gente tinha uma vida boa, viajava, tudo, mas aqui o nosso poder aquisitivo se tornou maior, não tem a menor dúvida. (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

A experiência nem sempre corresponde às expectativas, aos projetos de vida e profissionais na terra de destino. As dificuldades são muitas: de adaptação, econômicas, culturais, lingüísticas, sociais, legais, trabalhistas. Mas o imigrante, que saiu de seu país com “a cara e a coragem”, trabalha e constrói seu cotidiano com empenho, trabalhando muito, conquistando seu espaço.

4- Exploração e Discriminação

Quanto às condições de trabalho ao chegar a Portugal, nota-se que muitos foram trabalhar para médicos dentistas portugueses, para cirurgiões-dentistas brasileiros que lá já haviam se estabelecido e montado consultórios, mas houve também quem trabalhasse para odontologistas - os *práticos* portugueses. Mantiveram-se nestes empregos, juntamente com outros cirurgiões-dentistas brasileiros, ganhando de 40 a 50% do preço do trabalho efetuado, em média por um ano. Este é um

procedimento comum entre os profissionais da área de saúde bucal que empregam outros profissionais em suas clínicas. Mas há também aqueles que procuram explorar ao máximo esta mão-de-obra (Tabela 6). Dentre os entrevistados, 90% começou a trabalhar em clínicas onde também trabalhavam outros brasileiros.

“[Trabalhei] para um senhor que tinha 20 clínicas na época. Ele pagava 50% do particular e 40% dos convênios. Nessas clínicas, a grande maioria eram brasileiros que trabalhavam” (C.A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Em Lisboa, [trabalhei] para um odontologista. O odontologista é o prático que é legalizado” (A.P. - protético brasileiro em Portugal).

Tabela 6

Cirurgiões-Dentistas brasileiros residentes em Portugal segundo o primeiro empregador, o tempo e o local do primeiro emprego, o percentual sobre o ganho dos empregados.

Nome	Primeiro empregador em Portugal.	Tempo no primeiro emprego	Local	% de ganho
F.	médico dentista português	2 anos	Braga	40%
R.	médico dentista português	6 meses	Interior	50%
C.A.	médico dentista português	2 anos	Interior	50% e 40%
W.	cirurgião-dentista brasileiro	1 ano e 3m	Interior	50%
A.	cirurgião-dentista brasileiro	1 ano	Elvas	50%
C.C.	odontologista	1 mês	Interior	50%
H.F.	médico português	5 anos	Matozinhos	50%
C.P.	odontologista	2 anos	Alger	50%
M.G.	cirurgião-dentista brasileiro	1 ano	Interior	50%
M.T.	médico dentista português	2 anos	Porto	40%
C.S.	médico dentista português	7 anos	Porto	50%
G.	médico dentista português	2 anos	Interior	50%
A. D.	médico dentista português	1 ano	Lisboa	50%

Fonte: Entrevistas qualitativas com cirurgiões-dentistas brasileiros em Portugal, novembro de 1996.

“Eu cheguei aqui e encontrei um amigo (cirurgião-dentista brasileiro) que precisava de um dentista. Trabalhei dois meses para dar uma força para ele” (A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

A exploração da mão-de-obra imigrante é ponto comum no caso dos cirurgiões-dentistas brasileiros.

“Ele (um odontologista português) contrata as pessoas para vir trabalhar, ele tem até um documento que comprova isso, ele contrata as pessoas para vir trabalhar do Brasil. Chegam na clínica dele, ele larga a pessoa na clínica, manda ficar hospedada num residencial e a pessoa fica meio escrava, ele não paga, ele não pagava e a pessoa ficava na dependência dele. Eu não tinha dinheiro pra fazer nada, ficava morando no residencial, trabalhando e comendo no lugar que ele designava. Quer dizer, há quinhentos anos os escravos vinham de navio, hoje os escravos vêm de avião, por livre e espontânea vontade. Eu trabalhei com ele durante um mês” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

Por esta razão, muitos, ao observarem esta disputa no mercado de trabalho, têm suas críticas, posições, anseios:

“Os dentistas daqui (médico dentistas) têm muito orgulho, acham que os dentistas do Brasil não são bons, mas que existem alguns compatíveis com os daqui” (R. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“A diferença é a seguinte, eles fazem Medicina Dentária, que é como se fizesse um curso de Medicina com a residência em Odontologia, e a nossa formação é em Odontologia” (A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Aqui eu acho que é o único país do mundo que tem 4 classes de ‘dentistas’: o estomatologista, que é o médico, depois vem o médico dentista, que é equivalente ao nosso cirurgião-dentista, depois tem o odontologista, que é o prático, que tem muito aqui. Pela falta de profissionais nas colônias, o que eles fizeram: pegaram enfermeiro que vendia pasta de dente, e ele aprendeu a dar anestesia e arrancar o dente, ganhou uma fiança pra trabalhar nas colônias. Só que no mundo, um mundo dinâmico, tudo muda, a cada 5, 10 anos a realidade é outra. O que aconteceu? Começou a haver guerras nesses lugares (colônias) e o pessoal voltou pra cá. Eles têm uma visão, um tino comercial, financeiro muito grande. Estes odontologistas pegaram brasileiros que têm um jeitinho bom de trabalhar, e fizeram muito dinheiro” (C.C. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

A discriminação ocorre nos mais variados sentidos e é impulsionada, entre os profissionais da área da saúde bucal, principalmente por uma postura corporativista, de reserva de mercado, que procura desvalorizar o trabalho do outro.

“O orgulho dos nossos colegas portugueses é tão grande que eles não têm coragem de chegar pra gente e perguntar, ou seja, esclarecer dúvidas. Eles fazem errado, mas não encaminham para outro” (R. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“É, eu acho que eles sempre têm um pé atrás. A diferença de relacionamento das pessoas aqui é muito grande. Lá se você vai no dentista, faz amizade, aqui não existe isso” (A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Mesmo com a Portaria 180/92, que legalizava o cirurgião-dentista brasileiro, criando esta categoria profissional em Portugal, pode-se dizer que a discriminação continua. O fato de se ter criado uma outra categoria e não permitir que os dentistas brasileiros sejam inscritos na APMD coloca-os numa posição

discriminatória pelo simples fato de não conceberem sua formação como de igual competência à dos médicos dentistas portugueses.

“A portaria favoreceu, de um certo modo. Quem é da segunda lista (quem foi legalizado na segunda leva, com a portaria número 180/12) não tem a vinheta - que é um documento emitido pelo Ministério da Saúde - que tem a nossa identificação. Isso é colado nas receitas para o paciente poder comprar os medicamentos. É o nosso registro no Ministério. Se eu tiver um consultório eu vou ter que pedir para um amigo as vinhetas” (A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Eu não tô, veja bem, me colocando numa posição como os dentistas brasileiros, quer dizer, fica naquela coisa de formar um gueto no final. O que eu quero é me entrosar na comunidade, sabe, ser uma pessoa a mais, e não aquela que tá diferenciada, de uma maneira diferenciada, negativa. Aquele foi legalizado daquele jeito: ‘Ah! deixa aquele grupo lá, vamos dar uma colher de chá pra eles’ - foi o que eu senti que o governo fez. Colocaram o cirurgião-dentista brasileiro num grupo completamente isolado dos outros, se bem que entre eles (portugueses), eles não se acertam também. Odontologistas, estomatologistas, médicos dentistas também são outros grupos isolados” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

Alguns apontam que a discriminação não se dá somente para com os estrangeiros, mas também com aqueles portugueses que emigraram e depois de muito tempo resolveram voltar para sua terra. A desculpa fica por conta de traços históricos, ou seja, pelo fato de historicamente o povo português ter emigrado, saído de Portugal em busca de outros lugares, como se houvesse somente o espírito de emigrar e não o de imigrar presente na mesma ação.

“Portugal recebe mal a pessoa que vem do estrangeiro. Portugal é um país de emigração, as pessoas, culturalmente, sempre saem do país. Quase 50% da população portuguesa mora fora de Portugal. Quando ele recebe ele se assusta, ele não entende o que está acontecendo. Por exemplo, aqui há uma expressão que é o ‘retornado’, que é o cidadão português que foi viver no estrangeiro e voltou, até ele tem problemas” (C. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

O resultado desta discriminação aparece em muitas dificuldades com as quais se depara o imigrante: agressão, expropriação, dificuldades para legalizar-se, para trabalhar.

“Muitas vezes (agressão), não fisicamente, verbalmente, mas psicologicamente, digamos assim. Te dou um exemplo: entrei certa vez numa loja pra pegar o preço de uma coisa e pedi pro vendedor me mostrar e ele disse: ‘Ah, meu amigo não me dá muito trabalho porque eu já conheço os brasileiros, você vai me pedir pra tirar, não vai comprar nada e vai me dar trabalho, eu já conheço!’. Eu já tinha notado a má vontade dele, mas não esperava que fosse por eu ser brasileiro, nunca que ele viesse me dar a justificativa de que por eu ser brasileiro eu não merecia ver o que eu queria, porque ele já sabia, de antemão, que por eu ser brasileiro iria dar trabalho a ele e não iria adquirir o produto” (M.T. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Dificuldades burocráticas e resistência a nível de impor o meu trabalho como eu queria” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

A discriminação profissional responde à exploração que a sustenta. Muitos destes profissionais apontam problemas com os empregadores que se

aproveitavam de sua situação profissional “clandestina” para obter um maior lucro sobre seu trabalho.

“Não receber o salário, por eles acharem que nós íamos sacanear, porque tinha brasileiros que vinham encher-se de dinheiro e iam embora” (C.A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Não tive muitas dificuldades. Tive foram problemas com os patrões, eles são meio enrolados para pagar” (A.P. - protético brasileiro em Portugal).

“Eu vim pra trabalhar a convite de uma clínica médica em Matozinhos - cidade satélite do Porto - e nessa clínica trabalhavam mais de 20 médicos e eu era o único dentista. Pra mim fez parte desse desafio, dessa experiência interessante que no início me aliciou, eu ter, dentro da minha área profissional, uma relação com outras atividades da Medicina, outros profissionais da Medicina que muito me engrandeceram, quer dizer, eu consegui captar conhecimento de outras áreas profissionais, relacionadas a Odontologia, que me deram um conhecimento geral muito maior, como também eu tenho consciência de que pude contribuir um pouco junto a esses médicos, informá-los, passar pra eles informações da Odontologia que eles desconheciam totalmente. Um caso simples: as pessoas chegavam na clínica com um abscesso enorme na boca, e não procuravam o dentista, procuravam primeiro o médico que indicava antibiótico, antiinflamatório e quando melhorasse ela devia procurar um dentista. Então qual deveria ser o procedimento? Por que se deve primeiro procurar um dentista? Para que ele faça uma abrandagem daquele abscesso, pra que ele elimine a dor imediatamente, pra que ele trate e não precise de um tratamento médico, mas culturalmente eles tinham esse conhecimento. Então, pude conversar com eles muitas vezes e a partir daí começaram a conhecer um pouco mais a minha

especialidade, a minha atividade profissional e foi proveitoso e muito proveitoso para eles” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

A discriminação dá-se também em nível de troca de informações e conhecimentos, técnicas e práticas com o cliente.

“Eu tenho uma cliente com 22 ou 23 anos que tem só três dentes superiores. Segundo ela me disse, estavam cariados e foram queimados com pontas de fogo, que seria um bisturi elétrico. Quando a pessoa está com muito tártaro ou tem gengivite, o que eles fazem é pegar este bisturi e queimar a gengiva. É claro que aquilo vai ficar doendo 4 ou 5 dias, sangra, começa a cicatrizar, só que não foi eliminada a causa, foi eliminado o efeito. Dali a um ano e meio volta tudo de novo; e assim vai, até que se tenha o que se chama de piorrêia, o dente começa a ficar mole e cai. Ela tinha isso, foram tirados todos os dentes dela e ficaram 3: dois caninos e um pré-molar. Ela me disse que o dentista tratou uma vez, os dentes ficaram doendo, e aí resolveram tirar tudo” (A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Mesmo apesar de tantas tribulações no exercício profissional destes dentistas, o que resgata a positividade de ali continuar, entre outros fatores, é possuir uma clientela cativa, que muito confia em seus conhecimentos, ética e formação. O trabalho destes profissionais se destaca não só pela qualidade técnica dos serviços prestados mas também pelo bom atendimento à pessoa do cliente.

5- O Jeitinho Brasileiro

A expressão *jeitinho brasileiro*, que todos conhecem, pode adquirir conotações tanto negativas quanto positivas. O *jeitinho* seria uma forma especial de

se resolver algum problema, com informalidade, criatividade, esperteza, habilidade, com eficiência e num curto espaço de tempo. Este *jeitinho* pode ser cotidiano, intrínseco à pessoa, ao povo, quando a questão são as qualidades ou agruras deste povo. “O *jeitinho* surge também como uma identidade-símbolo, que congrega em si toda uma forma de perceber o Brasil e os brasileiros e que enfatiza uma vertente da sociedade brasileira. Justamente a que privilegia os aspectos ‘humanos e natais’ em detrimento dos institucionais no entendimento do que é o Brasil” (BARBOSA, 1992:134).

Os migrantes referem-se a este *jeitinho* como sendo um elemento da identidade nacional. Nesta perspectiva, os cirurgiões-dentistas entrevistados arrolam situações de seu cotidiano pessoal e profissional em Portugal em que esse *jeitinho* é explicitado.

“Minha clientela mesmo é de português e português da aldeia, pessoal que te acha esquisito falar, que fala: ‘Ai, você fala que nem da telenovela!’ (os que gostam). O pessoal fala: ‘Fique, brasileiro!’. É bom, sabe? Eles são carentes em termo de carinho. O pessoal português é muito seco, então eles gostam de brasileiro principalmente. Por isso dentista é bem aceito” (M.G. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Como eu trabalhava numa clínica médica, quando a pessoa ia lá pra procurar um dentista, e eu falava bom dia com sotaque brasileiro, o sujeito começava a tremer, certo? Eu via que era pelas informações que ele recebia. Eu sempre fiz questão de deixá-los muito à vontade, e dizia: ‘Olha, se o senhor não quiser o atendimento, o senhor fica à vontade’. As pessoas, até por cortesia, até por educação respondiam: ‘Não, senhor doutor, pode fazer’. Depois do primeiro atendimento a gente sempre cativava, conquistava as pessoas e elas voltavam. Mas quando ouviam a gente falar com sotaque brasileiro, eles ficavam logo reticentes, preocupados. Eu não tenho dúvida de que nós temos uma competência profissional

muito grande. Toda a campanha que houve contra a gente falhou. Os nossos consultórios estão sempre cheios. Então, as pessoas vão pela nossa competência e não pelo que houve e falaram aí fora. Nós estamos conseguindo mudar a mentalidade do povo português em relação à gente. Aquilo que eles ouviam, eles não comprovaram na prática, então, tá havendo uma inversão, hoje o dentista brasileiro é tido como um bom dentista, quando antes, para a opinião pública, formada pela imprensa, nós éramos profissionais de risco, profissionais mal formados e tal” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Os entrevistados afirmam que, mesmo com as represálias de alguns médicos dentistas e da imprensa portuguesa, seus pacientes não demonstraram desconfiança de suas formações e nem caiu a frequência destes em seus consultórios. Tanto que todos os entrevistados afirmaram que a maioria de seus pacientes são portugueses.

“Até pelo contrário. Eles até apoiavam a nossa causa, como apóiam. Por isso é que estamos aqui; se não fossem eles apoiarem, nós não estaríamos aqui. Pelo contrário, davam até força e sentíamos que realmente eles estavam praticamente a nosso favor e contra o caso” (C.P. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal)

“Eu digo assim para eles: o português é realmente corajoso, porque com tanta coisa que via na imprensa, procurar um consultório brasileiro é um pouco de coragem. O que eles me respondem: que eles compreendem perfeitamente o que acontece, e eles reconhecem a qualidade dos serviços que são prestados pelos brasileiros. Aqui em Portugal é mais perigoso você estar com um dentista ‘habilitado’ (*prático*), que é o odontologista, que tem, no mínimo, a 4ª série primária, e que foi legalizado administrativamente” (C. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

O caráter negativo do *jeitinho* vem da idéia daquele que age com certo individualismo, “querendo levar vantagem em tudo”, e dessa forma prejudicando aqueles que querem se estabelecer de forma mais integra.

“Existe muito colega que não tem uma conduta adequada com relação ao país estrangeiro, e eu acho que neste ponto o brasileiro peca muito, não é só dentista, o brasileiro tem um comportamento diferente fora do Brasil, mas não são todos, não. As pessoas querem chegar e impor a cultura, e isso é muito ruim, porque se você faz as coisas certas você não faz mais do que a sua obrigação; agora, se você faz errado, aparece, e o que às vezes é muito pequeno rapidamente aparece” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

Pode-se dizer, também, que além de uma característica de identidade brasileira, do aspecto positivo deste *jeitinho*, desta cordialidade, há também uma preocupação em reforçar o bom atendimento ao paciente, que vem também de cadeiras propostas e obrigatórias no currículo, nos cursos universitários de Odontologia no Brasil. Nestes cursos há uma preocupação com a formação global do profissional e do atendimento ao paciente. Disciplinas como a deontologia, que objetiva “conscientizar o futuro profissional sobre as exigências de ordem moral, social e jurídica a que está submetido. A disciplina procura oferecer o conhecimento das normas de conduta que o profissional deverá seguir, numa visão antecipada sobre o exercício profissional” (USP, 1997). A cadeira de psicologia aplicada à Odontologia, entre outras coisas, visa trabalhar sobre os aspectos psicológicos da relação profissional-cliente. Nestes cursos, a ética profissional é assinalada “frisando a responsabilidade dos profissionais para com a saúde do seu paciente e da coletividade, como princípio fundamental da profissão, bem como procurando-se coibir o abandono do paciente ou qualquer outra forma de desrespeito a ele. (...) O paciente deve ser respeitado, também, em sua dignidade, o que presume ser respeitado como leigo que merece ter informações precisas sobre a situação enquanto paciente, devendo ser sempre suficientemente esclarecido sobre *os propósitos, riscos, custos e alternativas do tratamento*” (RAMOS, 1997:52-3).

“Quando eles procuram os dentistas brasileiros, é também pelo carinho e atenção que se dá ao paciente. Pense que o cliente quando vem te procurar tem seu estado emocional muitas vezes alterado pela dor. Com certeza, na primeira vez que ele procura um dentista brasileiro, e se este é um bom profissional, que sabe conversar, dialogar, que procura deixar o paciente à vontade, este nunca mais deixa de ser seu cliente” (A.D. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“A contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal” (HOLANDA, 1984:106-7). Os cirurgiões-dentistas brasileiros em seu cotidiano de trabalho, resgatam o nosso “homem cordial”, como dizia Sérgio Buarque de Holanda, aplicando esta sociabilidade como estratégia de sobrevivência e também distinção na execução de seu trabalho em Portugal.

6- Preparando o Retorno

Quando o assunto é a possibilidade de retorno ao Brasil, a grande maioria afirma que deseja, planeja e até já faz algum investimento preparando a volta.

“Sim, nós investimos (no Brasil), mandamos dinheiro sempre que podemos. Nós temos casas lá” (F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Eu tenho uma clínica montada lá, tenho apartamento - aqui também -, mas de tudo que eu ganhei aqui, eu tenho 30% investido

no Brasil, o resto aqui” (C. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“O objetivo que eu tenho é esse: acumular dinheiro para ir para o Brasil. Não é fácil, nem é de um dia pro outro que se ganha muito dinheiro. Demora um ano ou dois para guardar cem mil dólares” (A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Este retorno pode dar-se a curto ou longo prazo, tudo depende do projeto de vida e de futuro, que a cada dia todos refazem.

“Um dia penso, sinceramente penso em voltar. Mas prá já, não. Agora, não” (C.P. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Sim. Agora eu estou me preparando para voltar para lá. Talvez mais dois anos. E talvez eu nunca volte, assim, em definitivo” (C.A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Penso em voltar, não sei quando, mas eu penso em voltar, eu tenho consciência de que cada dia eu tenho raiz mais profunda aqui, mas meu sonho, da minha mulher e meus filhos, é voltar. E a cada dia você tem notícias de colegas que voltam, o sonho de todos nós é voltar, mesmo os que se casaram com portugueses, mesmo aqueles que têm raízes mais profundas do que eu aqui, todos querem voltar. E quando você sabe, tem notícias de que o Brasil, a economia está melhorando e que aqui já não é mais como era antes, aí você começa a pensar em voltar mais seriamente, certo? Essa é a conversa que, hoje, você escuta normalmente. ‘Quando que você vai voltar?’ Mas esse é o pensamento geral” (H.F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Eu vou voltar. Eu gosto demais do Brasil, é a terra da gente, ali pode ter isso, ter aquilo, mas é o melhor lugar do mundo pra se

viver. Então, aqui, eu tenho uma adaptação temporária, tanto que eu nem tenho na minha cabeça ficar, eu vou embora acho que no final do ano que vem e quero ficar lá pro resto da vida. Eu vou, tenho uma perspectiva, já tô cumprindo as minhas metas. Agora, daqui a uns dias, é voltar e viver por lá, pequeno, pode ser o que for, mas o meu lugar é lá, eu gosto do Brasil, é uma terra boa, apesar de tudo” (M.G. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Mas há também quem experimente um gosto amargo na boca quando o assunto é voltar para o Brasil.

“Não, não, eu não volto mais. Só a passeio (...) Cansei. Por exemplo, morei 3 anos no Rio de Janeiro, que pra mim é uma cidade insuportável, eu não consigo me adaptar ao jeito carioca de ser. É uma questão muito pessoal, eu acho o brasileiro muito avacalhado, a situação de governo com o passar do tempo me irritou tanto que eu começo a sentir que é uma avacalhação total, que não existe seriedade e isto reflete na população inteira, porque se um sistema não tem uma postura, é lógico que lá, o fulaninho lá de baixo não vai ter a mesma postura, porque eu acho que tudo que vem, é tudo uma seqüência de comportamento, não é o povo que tem o governo que merece, eu não concordo muito com isso. É um sistema que foi imposto durante a ditadura militar, que fez uma reforma a nível eleitoral, que fez com que o político no nordeste tenha o mesmo peso de um político de São Paulo. Eu não sou paulista, nem nordestino, nem tenho nada de regionalismo, mas eu acho que a nível de sistema político tá completamente errado isso” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

Muitos dos entrevistados afirmaram que mesmo pensando em voltar ao Brasil, pretendem antes migrar para outros países para trabalhar, ampliar seus conhecimentos profissionais, conhecer o mundo, melhorar o “pé de meia”.

“Aqui nós não temos muitas possibilidades de aprender, já no Canadá, sim. Por isso nós pensamos em ir para lá” (F. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Esses dias eu estava pensando no Canadá, mas preciso aprender inglês. Eu acho que o principal é a língua. Mas aqui eu tenho estabilidade financeira” (C.A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Penso em ir para a Itália, para morar, trabalhar, mas não como dentista” (A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Eu tinha uma proposta pra ir pro Canadá, uma possibilidade de trabalho em Vancouver. Por que Vancouver? Porque fica perto de Seattle e em Seattle está a Universidade de Washington, em que se baseia o modelo de onde eu fiz pós-graduação no Rio de Janeiro, que é um dos melhores cursos de pós-graduação, senão o melhor da América do Norte. Lá passaram esses grandes professores, grandes nomes dentro da ortodontia, autores de livros, de conceitos e tal, passaram por esta universidade. A Universidade Federal do Rio de Janeiro copiou este modelo, então existe um certo intercâmbio entre essas faculdades, e eles conhecem muito bem o pessoal do Rio de Janeiro, que é um pessoal que tem uma boa formação e procura fazer um trabalho certo. (...)” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

Neste sentido, pode-se dizer que estes brasileiros, na sua maioria, ouvindo nostalgicamente músicas brasileiras, comendo a feijoada e tomando a caipirinha em seus fins de semana, reunidos a outros amigos brasileiros também migrantes, quotidianamente refazem seu caminho de volta, pensam em seu retorno ao Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil ainda é um país de imigração. Atualmente, judeus, árabes, coreanos e cidadãos latino-americanos adentram nossas fronteiras. Mas o Brasil também passou a experimentar a saída de seus cidadãos, de brasileiros que emigram rumo a países como Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Portugal, França, Inglaterra, entre outros. Entre estes migrantes nota-se que há um número considerável de profissionais qualificados. Migram, seja por aspectos da economia interna do país, principalmente em meados da década de 80 e início dos anos 90, por razões de disputa de mercado dentro de suas categorias profissionais e, vislumbrando mercados mais atrativos, estáveis ou desafiantes, com possibilidades de mobilidade social, consumo, status.

A meu ver, o fluxo migracional do Brasil para Portugal e, especificamente neste caso, a migração de cirurgiões-dentistas brasileiros para Portugal, merecia ser caracterizada e analisada, pois participa do quadro atual de migração a nível mundial e responde às exigências de uma economia internacionalizada, responde ao atual processo de globalização.

Mesmo que o problema com os cirurgiões-dentistas brasileiros ficou, neste momento, marcado pela polêmica e pela luta corporativa de alguns segmentos profissionais portugueses, isso não reflete totalmente a realidade político-econômica luso-brasileira. Há de se levar em consideração que a entrada de capital brasileiro em terras portuguesas via empresas que lá se instalaram, principalmente em fins da década de 80, geram empregos para os nativos deste mercado de trabalho.

Juntamente com os cirurgiões-dentistas, outras classes profissionais brasileiras têm disposto de seus integrantes para compor o mercado de trabalho português. Engenheiros e publicitários brasileiros também aparecem transformando o cenário arquitetônico e audiovisual português.

Não se pode descartar que a experiência dos primeiros cirurgiões-dentistas que foram para Portugal trabalhar e lá obtiveram êxito serviu de referência para aqueles que aqui estão, ou melhor, estavam. E assim, nota-se também a formação de “redes” migracionais³². Em algumas entrevistas pode-se entrever isto:

“Eu vim a passeio para cá. Conversei com um amigo da minha família que já estava aqui. Voltei para o Brasil. Um colega dele precisava de alguém para trabalhar, ele me ligou e eu voltei” (W.P. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Bateu uma loucura na época, eu vim para passear. Eu tinha seis amigas da USP que já estavam em Portugal. Todos diziam para eu não vir, pois eu estava bem no Brasil. Eu só fiquei por causa das dificuldades. A concorrência aqui, mesmo entre os brasileiros, é grande.” (C. A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

A presença dos profissionais brasileiros da área odontológica em Portugal, pode-se dizer, revolucionou a postura de trabalho e tumultuou um mercado de trabalho aberto e não regulamentado.

“Ele [dentista brasileiro] tem um feeling, um jeito de tratar muito diferente, o europeu é mais grosseiro, nós, nesse ponto, tratamos o paciente com carinho. Aqui o dentista nunca quer - aquela coisa antiga - anestesiá-lo pra tratar do dente. No Brasil é fundamental, o paciente senta na cadeira, ele é anestesiado pra começar a trabalhar, então o paciente prefere arrancar o dente, do que tratar com dor” (C.C. - ortodontista brasileiro em Portugal).

“Eles não vão nos médicos dentistas, eles preferem os brasileiros. Eu acredito que os portugueses são um pouco carentes, sabe! Nós lá no Brasil já saímos da Faculdade com um pouco de prática,

³² A pesquisa de Teresa Sales sobre a migração de pessoas de Governador Valadares, em Minas Gerais, para Boston, nos Estados Unidos, ilustra com clareza essas redes migracionais (SALES, 1995).

porque as pessoas nos procuram nas faculdades para terem um atendimento gratuito” (W. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

“Se você faz as coisas direitinho, você percebe que aparece uma rivalidade. É a concorrência de mercado” (C.A. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

Apesar de uma conquista, embora ora legal ora ilegal, de espaço e clientela neste mercado, alguns demonstram insatisfação, em termos de aprimoramento e constante atualização de conhecimentos nesta área em Portugal, por ser ainda um mercado de formação profissional muito recente.

“Eu só faço clínica aqui. A não ser em centros grandes, você não tem muito o que fazer numa especialização, você faz um pouquinho de tudo. Eu tive dez anos de experiência lá, então já deu pra chegar aqui e não sentir, mas pra se especializar tem que ser numa cidade grande, trabalhar em Lisboa, Porto. Onde eu moro, é trabalhar assim. Eu moro no norte de Portugal, chama Pinhéu. É uma Odontologia assim, você faz, como se diz, um arroz com feijão, um arroz com feijão bem feito, sem dor, direitinho, conversa. Quer dizer, em termos profissionais eu não tenho acrescentado nada, só mais experiência, é bom” (M.G. - cirurgião-dentista brasileiro em Portugal).

A situação dos dentistas brasileiros em Portugal ainda não está resolvida, ou melhor, não regulamentada. Uma situação que as autoridades devem encarar de frente, dado que estes cirurgiões-dentistas têm uma clientela cativa, conquistada com eficiência e *jeitinho*, ou seja, atenção e simpatia, o que significa uma conquista de espaço profissional em Portugal. Uma situação em que profissionais exercem sua especialidade, são remunerados, possuem seus postos de trabalho (consultórios), são reconhecidos por sua clientela, porém não estão numa situação de direito, pois não estão devidamente regulamentados.

O retorno para o Brasil é previsto por todos, mas não se sabe quando. Por isso, investem seus ganhos na terra natal, e cultivam aquele “brasileirismo”, para não perder o gostinho das origens. Como dizia Darcy Ribeiro, “esse brasilianismo é hoje tão arraigado que resulta em xenofobismo, por um lado, e, por outro lado, em vanglória nacionalista. Os brasileiros todos torcem nas copas do mundo com um sentimento tão profundo como se se tratasse de guerra de nosso povo com todos os outros povos do mundo. As vitórias são festejadas em cada família e as derrotas sofridas como vergonhas pessoais. Pude sentir, no exílio, como é difícil para um brasileiro viver fora do Brasil. Nosso país tem tanta seiva de singularidade que torna extremamente difícil aceitar e desfrutar do convívio com os outros povos. (...) Basta ver uma reunião de brasileiros, do meio milhão que estamos exportando como trabalhadores, para sentir o fanatismo como se apegam a sua identidade de brasileiros e o rechaço a qualquer idéia de deixar-se ficar lá fora” (RIBEIRO, 1995).

Ressalte-se que esta dissertação insere-se numa questão atual, apontando as implicações da formação de blocos econômicos e a livre circulação de seus profissionais, como se vê na União Européia. Da mesma forma, o Mercosul poderá ver refletido em seu interior os mesmos dilemas, dado que a formação de profissionais nas mais diversas áreas dá-se de forma não uniforme, dentro de cada país.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus, 1992.
- BASSANEZZI, M.S.C.B. “Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico”. In: *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. FNUAP, 1995.
- BERNARDES, Roberto. “Trabalho: a centralidade de uma categoria analítica”. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, vol. 8 (1), jan./mar. 1994.
- BHAGWATI, Jagdish. *The Brain Drain*. UNESCO, 1976.
- BIANCO, Bela F. “Multiple Layers of Time and Space: the construction of class, ethnicity, and nationalism among portuguese immigrants”. In: SCHILLER, N.G., BASCH, L. & BLANC-SZANTON, C., *Towards a transnational perspective on migration - race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*. Annals of the New York Academy of Sciences, v. 645, 1992.
- BÓGUS, Lúcia M. M. “Migrantes Brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar”. In: *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. FNUAP, 1995.
- CALVIELLI, Ida T.P. “Lei no. 5.081, de 24 de agosto de 1966 ‘regulamenta o exercício da Odontologia no Brasil’”. In: *Compêndio de Odontologia Legal*. MEDSI Editora Médica e Científica, Rio de Janeiro, 1997.
- CARVALHO, José A. M. de. “O saldo dos fluxos migratórios internacionais do Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação”. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, vol. 13 (1), jan./jun. 1996.

- CAVARZERE, Thelma T. *Direito Internacional da Pessoa humana: a circulação internacional de pessoas*. São Paulo, tese de doutoramento, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1991.
- CERÓN, Alejandro Canales. “Análise da migração laboral internacional: proposta metodológica para o caso México-Estados Unidos”. In: *Migrações Internacionais: herança XX, agenda XXI*. FNUAP, 1996.
- CHAVES, Mário de M. *Odontologia Social*. Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil S.A., 1977.
- CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO). *Relatório sobre a criação de novos cursos de Odontologia*. CFO, Rio de Janeiro, 01/09/1994.
- CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO (CRO-SP). *Íntegra do pronunciamento do Presidente do CROSP na 1ª Audiência Pública da Subcomissão Permanente para Assuntos Luso-Brasileiros da Comissão de relações exteriores da Câmara Federal*. São Paulo, CRO-SP, 1993.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo, Saraiva, 1997.
- DOLLOT, Louis. *Les migrations humaines*. Paris, PUF, 1970
- FOLHA DE S. PAULO. *Atlas Geográfico Mundial*. São Paulo, Folha da Manhã, 1994.
- FORJAZ, Maria Cecília. “Os exilados da década de 80: imigrantes brasileiros nos Estados Unidos”. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, RAE, 33(1), 1993.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -
IBGE. *Censo Demográfico do Brasil de 1980*. Rio de Janeiro, IBGE, 1983.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO - FNUAP. *A situação da
população mundial*. New York, FNUAP, 1993.

GIUSSANI, Luigi. “Contro la disoccupazione usiamo la fede”. In: *Corriere delle
Oppere*. Ano XI (5), giugno, 1996.

HANNUM, Hurst. *The right to leave and return in internacional law and practice*.
Intergovernmental Committee for European Migration. Geneve, 1987.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio,
1984.

IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.

_____. “O mundo do trabalho”. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*.
São Paulo, Fundação SEADE, vol. 8 (1), jan./mar. 1994.

_____. “Globalização e Diversidade”. In: *Migrações Internacionais:
herança XX, agenda XXI*. FNUAP, 1996.

ITAMARATY. “Censo de brasileiros no exterior”. In: *Migrações Internacionais:
herança XX, agenda XXI - dados, fatos e flashes*. FNUAP, out./1996.

KLAGSBRUNN, Victor H. “Globalização da economia mundial e mercado de
trabalho: a emigração de brasileiros para os Estados Unidos e Japão”. In:
Migrações Internacionais: herança XX, agenda XXI. FNUAP, 1996.

- LEVY, Maria S. F. “O Papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1982-1972)”. In: *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, (Suplemento): 49-90, jun. 1974.
- MARTINE, George & PELIANO, J. C. P. *Migrantes no mercado de trabalho metropolitano*. Brasília, IPEA/IPLAN, 1978.
- MAYER, K. “Intra-European Migration During The Past Twenty Years”. In: *International Migration Review*. vol. IX (4), winter 1975.
- MERRICK, Tomas W. & GRAHAM, Douglas H. *População e Desenvolvimento Econômico no Brasil de 1800 até a atualidade*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Tratado de Amizade e Consulta: Brasil-Portugal*. Rio de Janeiro, 1955.
- _____. *Acordo Cultural: Brasil-Portugal*. Brasília, 1966.
- _____. *Acordo de Comércio: Brasil-Portugal*. Brasília, 1966.
- _____. *Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses*. Brasília, 1972.
- _____. *Balanço de Pagamentos*. Brasília, 1995.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. “A Inserção do Brasil no Sistema Internacional”. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, vol. 5 (3), jul./set. 1991.
- NAZO, Georgette N. “O fenômeno da imigração ilegal na legislação”. *Emigrazioni Europee e popolo brasiliano: Atti del Congresso Euro - Brasiliano sulle migrazioni*. São Paulo, 19-21 agosto, 1985.

- OLIVEIRA, Antonio Tadeu R. de, COSTA, Célia D.A. da, ALBUQUERQUE, Fernando R. P. de C. e, OLIVEIRA, Juarez de C. & MONTEIRO, Vânia S. "Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80". In: *Migrações Internacionais: herança XX, agenda XXI*. FNUAP, 1996.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *The Future of Migration*. 1987.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Convenção Internacional das Nações Unidas sobre a Proteção aos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e todos os membros de suas Famílias*. 45ª sessão, dez.1990.
- PATARRA, Neide. "Migrações internacionais: uma nova questão demográfica". In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, vol. 13 (1), jan./jun. 1996.
- _____. "Introdução". In: *Migrações Internacionais: herança XX, agenda XXI*. FNUAP, 1996.
- PATARRA, Neide L. & BAENINGER, Rosana. "Migrações Internacionais Recentes: o caso do Brasil". In: *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. FNUAP, 1995.
- PIORE, Michael. *Birds of Passage: imigrant labor and industrial societies*. Cambridge University Press, 1979.
- PIORE, Michael & SABEL, C. *The Second Industrial Divide*. New York, Basic Books, 1984.
- PIRES, Nielsen de P. & CASTRO, Gustavo. "A questão da Hegemonia Mundial na Década de 90". In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, vol. 5 (3), jul./set. 1991.

- PORTES, Alejandro. "Modes of Structural Incorporation and Present Theories of Labor Migration". In: *Global Trends in Migration: theory and research on international population movement*. Center of Migration Studies, 1981.
- PORTES, Alejandro and BACH, R.L. *Dual Labor Markets and Immigration: a test of competing theories of income inequality*. Ocasinal Papers series. Durham, Duke University, 1978.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- RAMOS, Dalton L. de P. "Alguns Comentários sobre Ética Profissional Odontológica". In: *Compêndio de Odontologia Legal*. Rio de Janeiro, MEDSI Editora Médica e Científica, 1997.
- REZEK, José F. *Direito Internacional Público: curso elementar*. São Paulo, Saraiva, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- SALES, Teresa. "Migrações Internacionais Recentes: algumas anotações para pesquisa". In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. ABEP, vol. 9 (1), jan./jun. 1992.
- _____. "Imigrantes Estrangeiros, Imigrantes Brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa". In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. ABEP, vol. 9 (1), jun./jul. 1992.
- _____. "Brasil migrante, Brasil clandestino". In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, vol. 8 (1), jan./mar. 1994.

- _____. “O Trabalhador Brasileiro no Contexto das Novas Migrações Internacionais”. In: *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. FNUAP, 1995.
- SALT, John. “The Future of International Labor Migration”. In: *International Migration Review*, v. XXVI (4), winter 1992.
- _____. “Migration Processes among the Highly Skilled in Europe”. In: *International Migration Review*, v. XXVI (2), winter 1992.
- SANTOS, Boaventura de S. “Onze Teses por Ocasão de Mais uma Descoberta de Portugal”. In: *Cadernos CEBRAP*. São Paulo, CEBRAP, (11) 1992.
- SCHILLER, Nina G., BASCH, Linda & BLANC-SZANTON, Cristina. “Towards a Definition of Transnationalism”. In: SCHILLER, N.G., BASCH, L. & BLANC-SZANTON, C., *Towards a transnational perspective on migration - race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*. Annals of the New York Academy of Sciences, v. 645, 1992.
- SCHILLER, Nina G., BASCH, Linda & BLANC-SZANTON, Cristina. “Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration”. In: SCHILLER, N.G., BASCH, L. & BLANC-SZANTON, C., *Towards a transnational perspective on migration - race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*. Annals of the New York Academy of Sciences, v. 645, 1992.
- SILVA, Jair M. da. *Democracia e educação: a alternativa da participação popular na administração escolar*. São Paulo, tese de doutoramento, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1989.
- TOFFLER, Alvin. *A Terceira Onda*. Rio de Janeiro, Record, 1992.
- WORLD BANK. *World Development Report 1991: the challenge of development*. World Bank, Oxford University Press, 1991.

_____. *World Development Report 1995: international integration and workers*. World Bank, Oxford University Press, 1995.

REFERÊNCIAS DE ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS NÃO CIENTÍFICOS

ABB EM FORMAÇÃO. *É preciso ser múltiplo*. São Paulo, ABB Brasil, Ano I (1), ago./1996.

_____. *Executivos Globais*. São Paulo, ABB Brasil, II (4), mai./1997.

CRO AGORA. *Acordo de governos põe fim ao drama dos colegas brasileiros em Portugal*. São Paulo, CRO-SP, (51) mar. 1992.

_____. *Chega ao fim o drama dos colegas brasileiros residentes em Portugal*. São Paulo, CRO-SP, (55) out. 1992.

CORREIO DA MANHÃ. *Legalizar odontologistas sem necessárias habilitações é porque o crime compensa*. Lisboa, 18/09/1982.

_____. *Portugal necessita de mais 3.800 dentistas*. Lisboa, 05/01/1987.

_____. *Odontologistas brasileiros são “perigosos” para nós*. Lisboa, 08/05/1991.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. *Lei no. 110/91*. Lisboa, (198) 29/08/1991

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Extensão económica de terras de Santa Cruz*. Lisboa, set. 1993.

FOLHA DE S. PAULO - 29/08/1988

_____. *Dentistas brasileiros protestam em Portugal*. 11/01/1991

_____. *CE tenta restaurar confiança união*. 16/10/1991

- _____ . *Dentistas portugueses querem rever acordo.* 28/11/1991
- _____ . *Brasil discute com Portugal a legalização de dentistas.* 11/12/91
- _____ . *Dente por dente.* 02/02/1992
- _____ . *Portugal rompe a “trégua” e processa outro dentista.* 06/02/1992
- _____ . *Portugal faz nova proposta para situação dos dentistas.*
07/02/1992
- _____ . *Dentista do Brasil obtém o direito de agir em Portugal.*
10/02/1992
- _____ . *Brasil propõe estágio para os dentistas em Portugal.* 15/02/1992
- _____ . *Dentistas pedem ação jurídica contra Portugal.* 29/02/1992
- _____ . *Estudantes portugueses querem brasileiros fora.* 03/04/1992
- _____ . *Estudo aponta aumento da imigração.* 13/07/1992
- _____ . *Coalizão alemã acerta emenda para expulsar imigrantes.*
14/10/1992
- _____ . *Austriacos querem barrar estrangeiros.* 29/10/1992
- _____ . *BB capta US\$30 milhões de brasileiros no Japão.* 02/11/1992
- _____ . *Governo português amplia prazo para legalização de clandestinos.* 12/02/1993
- _____ . *Jogadores brasileiros em Portugal terão que regularizar situação.*
12/02/1993
- _____ . *Lisboa descarta rompimento de acordos.* 20/02/1993
- _____ . *Justiça dá igualdade de direitos a 21 cidadãos portugueses no Brasil.* 20/02/1993
- _____ . *Ibama apreende carga de pesqueiro português.* 20/02/1993
- _____ . *Portugal e Espanha ameaçam apreender navios brasileiros.*
21/02/1993
- _____ . *Acordo pode ser “barrado”.* 22/02/1993
- _____ . *O Império contra-ataca: Portugal quer esquecer ligações com a ex-colônia, agora que faz parte da Comunidade Econômica Européia.*
22/02/1993
- _____ . *Imigração ilegal aumenta no Japão.* 25/02/1993
- _____ . *Um elevador em Lisboa.* Carlos Heitor Cony. 21/07/1993
- _____ . *A conferência dos direitos humanos e o Brasil.* 21/07/1993

- JORNAL DO BRASIL. *A 'terra de migração' na era da rejeição*. 11/08/1991
_____. *Política de restrições ao asilo político*. 11/08/1991
_____. *Imigração vira calamidade para mundo rico*. 11/08/1991
_____. *Invasão dos pobres desafia países ricos*. 15/09/1991
- O ESTADO DE S. PAULO. *Emigração para o Japão começa a diminuir*.
26/07/1992.
- O GLOBO. *Os 'colonos' fazem o caminho de volta*. 22/01/1989.
_____. *Dentistas brasileiros condenados em Portugal*. 23/06/1991.
- OPINIÃO PÚBLICA. *Há 'dentistas' portugueses ilegais em Famalicão!* Lisboa,
30/10/1991.
_____. *Europa debate restrições para a entrada de refugiados*.
16/02/1993.
- PÚBLICO. *Dentista luso-brasileiro*. 21/03/1992
- SÁBADO. *Desordem Médica*. 06 a 12/03/1992.
- SABIÁ. *Mais solidariedade e elogios*. Lisboa, Casa do Brasil, (14) jul. 1993.
- SEMANÁRIO. *Dentes: camudo só português*. Lisboa, 11/05/1991.
- TAL & QUAL. *Brasuca sofre....* Lisboa, 22/11/1991.
- VEJA. *Os brasileiros vão à luta: bye-bye, Brasil*. 16/03/1988.
_____. *Estranhos no ninho*. São Paulo, 02/10/1991.
_____. *Guerra dos dentistas*. 27/11/1991.
_____. *A Europa descobriu Portugal*. 21/04/1993.

DOCUMENTOS DA INTERNET

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Disciplinas do curso de Odontologia*.
<http://www.usp.br/fo/infoger/graduacao/graduacao.html>. - mai./1997.

EUROPA. *Grandes Opções do Plano 1997: integração europeia um período de complexas negociações*. <http://www.mct.pt/forum/gop.htm>. - mai./1997.